

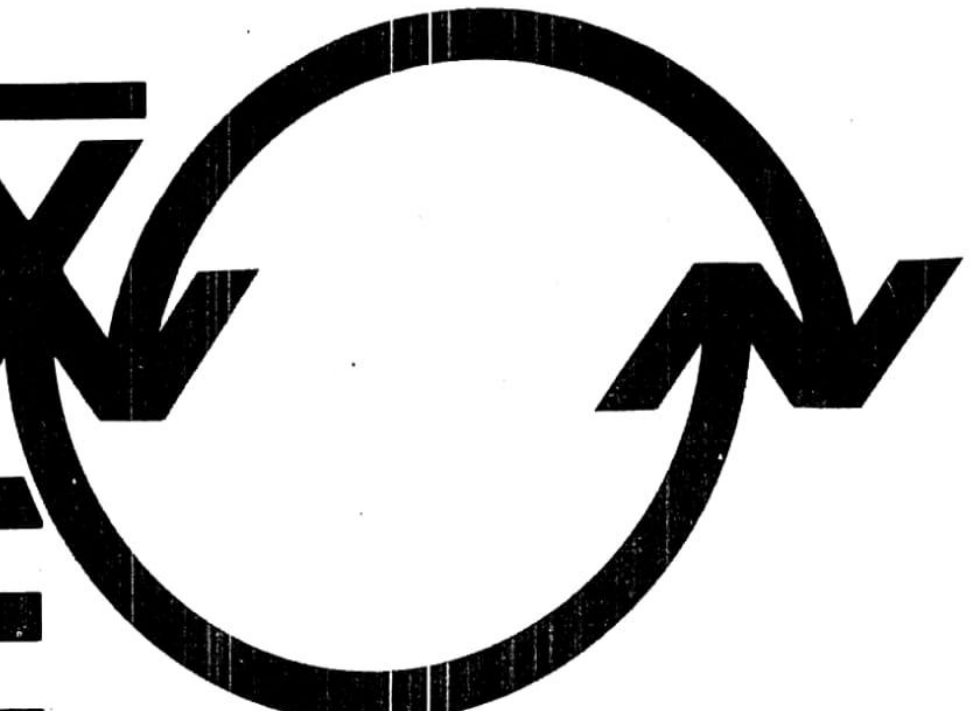


UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Pró-reitoria de Extensão

SABER E COMPROMISSO SOCIAL

**EX
TE
NS
ÃO**



*A EXTENSÃO
NA UFAL
1987/1991*

PONTE EM MÃO DUPLA: UFAL/SOCIEDADE



UNIVERSIDADE

FEDERAL DE ALAGOAS

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Ponte em mão dupla UFAL-SOCIEDADE

EXTENSÃO

SABER E COMPROMISSO SOCIAL

1987/1991

A EXTENSÃO

NA UFAL

1987/1991



HONRA AO MÉRITO AOS CONSTRUTORES DA EXTENSÃO NA UFAL

Profª Ana Maria Ávila de Medonça
Profª Maria Cristina de A. Nolasco
Profª Judith Feitoza de Carvalho
Tec. Ad. Eliezel Alves dos Anjos
Prof. Almir Huilhermino
Profª Zilta Nogueira
Profª Heliane Garcia Agreda

- Programa Cidadania
- Programa Periferia
- Programa Vida e Saúde
- Programa Vida e Saúde
- Programa Cultura e Lazer
- Banco a e Dados
- Coordª Núcleos Permanentes

CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Francisco Amorim da Silva
Vandete de Almeida Barros
Elson de Souza Silva
Fátima Ma Ramalho Vespasiano
José Cosmo Medeiros Rodas
Izabel Cristina B. de Oliveira
Antônio Tavares Simões
Ernande França
José Freitas dos Santos
José Lima
Vera Regina Cabral Barros

Maria Delma P. Melo
João Romão de Oliveira
Antônio Davi Santos
Agildenice Carol Araújo
Givanildo Lopes Machado
Rubenita dos Anjos
Audenízio Gregórui Albuquerque
Eva Ucy Miranda S.Soto
José Ciríaco da Silva
Margarida Batista G. Correia
Verônica Barros Florêncio

"Quem construiu a Tebas das sete portas?"

**A todos aqueles que, na comunidade acadêmica, acreditaram no
Compromisso Social da Universidade, a homenagem do povo do Brasil.**

**Prof. Salomão Almeida de Barras Lima
Pró-Reitor de Extensão**

SUMÁRIO

◆ DO GABINETE DA REITORA A Universidade sai do casulo	05
◆ INTRODUÇÃO	07
◆ TRAJETÓRIA DA EXTENSÃO NO BRASIL	
▪ Política Nacional de Extensão	
▪ Caminhada Histórica da Extensão no Brasil	
◆ FÓRUM DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS	
▪ FÓRUM NORDESTE:	
. Criação e Instalação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Nordeste (Aracaju, 1987)	17
. Carta de Fortaleza. Ito Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Nordeste (Fortaleza, 1987)	18
▪ FÓRUM NACIONAL:	
. Iº Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Brasília, 1987)	21
. IIº Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Belo Horizonte, 1988)	25
. IIIº Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Belém do Pará, 1989)	30
. IVº Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Florianópolis, 1990)	34
. Vº Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (S. Luís do Maranhão, 91)	38
◆ II. A UFAL SAI DO CASULO	
Em busca do Compromisso Social	43
▪ Seminário UFAL/Sociedade	45
▪ Diretrizes Políticas da Extensão na UFAL	49
▪ Fórum de Extensão da UFAL	
▪ Plano de Ação da PROEX. Metodologia e Programas	

◆ III. A EXTENSÃO NA UFAL	
Delineamento e Configuração de uma Trajetória	57
▪ A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA UFAL	59
. CONSU Res. 09/88 - Cria Campus Vicinal	60
. CEPE Res. 12/89 - Regulamenta Atividades de Extensão	61
. CONSU Res. 42/91 - Cria o Espaço Cultural Universitário	74
Regimento Interno do Espaço Cultural	76
. CEPE Res. 33/90 - Cria o Departamento do Saber Acumulado	87
▪ CAMPUS VICINAL	
Uma Experiência Piloto de Extensão na UFAL	91
. Uma Aproximação da Realidade	93
. Fórum Política e Cidadania	
Um Encontro com a Sociedade Civil Organizada	94
. Estágio Curricular no Campus Vicinal	95
. Implementação de Projetos Prioritários	97
▪ ESPAÇO CULTURAL UNIVERSITÁRIO	
"A Arte em Terreno Fértil"	101
. Objetivos do Espaço Cultural Universitário	104
. Programas Prioritários	104
. Fórum das Nações (Casas de Culturas Estrangeiras)	108
▪ BANCO DE DADOS DA PROEX	
Subsídios para a Elaboração de Projetos de Extensão	111
. Cadastro de Proj. apresentados ao Comitê Assessor de Extensão	112
. Cadastro das Associações de Moradores do Campus Vicinal	119
. Cadastro de Serviços Públicos:	
. Unidades de Ensino	120
. Unidades de Saúde	121
. Representação Gráfica dos Dados	122
▪ COMITÊ ASSESSOR DE EXTENSÃO	
. Como Fazer Extensão na UFAL	127
. Processo da Prática Extensionista na UFAL	129
◆ IV° PERSPECTIVAS PARA O FUTURO	
UFAL e Comunidade na Caminhada do Amanhã	133



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Do Gabinete da Reitora

Ao apresentar "EXTENSÃO, SABER E COMPROMISSO SOCIAL" aproveito para dar o testemunho do esforço, do empenho e da dedicação de toda a equipe da PROEX e órgãos vinculados. Nesse quadriênio, 87-91, no Campus Vicinal do Tabuleiro do Martins e no Espaço Cultural Universitário, a Universidade Federal de Alagoas, ao identificar seu compromisso social, rompe os muros e se legitima no seio do povo alagoano.

Releve-se a dimensão do esforço para alicerçar o futuro na busca do encontro entre os saberes popular e acadêmico.

Retrata-se nesse documento retrazos da caminhada - percurso apenas delineado - dadas a grandeza e ousadia do trabalho.

Por sua leitura remonte-se à reflexão da construção cotidiana e coletiva graças à determinação política e ao trabalho persistente.

assim, motivo de orgulho e satisfação apresentar este documento. Maior orgulho ainda de, na gestão "A Universidade somos nós" termos contado com os companheiros da PROEX.

Profª Delza Leite Goes Gitai
Reitora

UNIVERSIDADE

SABER E COMPROMISSO SOCIAL

“A única finalidade da ciência é aliviar a miséria humana”
(B. Brecht)

INTRODUÇÃO

Não se pode pensar a Universidade no vazio, pois ela está situada no contexto da vida dos homens que a produziram. Neste contexto, ao longo do processo histórico, os homens buscaram o SABER para se apropriarem do PODER capaz de libertá-los de suas necessidades diante da Natureza e da História para construírem o seu “Reino de Liberdade”.

Assim, a Universidade, situada, deve ser uma instância crítica, desempenhando suas funções de conquista e ampliação do patrimônio do saber, que vem sendo construído pela humanidade para possibilitar a existência humana no mundo da natureza que a cerca e, ao mesmo tempo, produzir o cidadão para o pleno exercício de sua liberdade e consciência.

Toda esta relação Homem-Mundo-História se faz pela mediação do trabalho, como práxis, transformando a natureza e as relações sociais, num movimento contínuo de ação-reflexão-ação. Isto se dá na Universidade, como instância privilegiada.

Hoje, a UFAL, no contexto da existência humana, reflete a crise da sociedade brasileira, onde está inserida, buscando ingressar no movimento da história recente do país. Numa sociedade em transição, também a UFAL está em transição. Transição na UFAL não deve ser caos ou apatia, nem tarefa de uma administração, mas balizamento, numa perspectiva de futuro por onde outras gerações trilharão o caminho na direção do pleno desenvolvimento do SER-HOMEM, numa Universidade em constante busca de aperfeiçoamento, pois "o caminho se faz caminhando".

Numa região conturbada por problemas crônicos, espera-se da UFAL o repensar a razão do seu existir e de sua função. Ilhar-se no vazio, fora do contexto social, político, econômico e cultural, seria sua condenação para a inutilidade. O seu repensar também não deve ser "uma crítica de arquibancada daqueles que não querem sujar as mãos no que fazer da História" isolados na torre de marfim do pensamento puro e a-histórico, enquanto protegidos funcionalmente pelos muros da Universidade. O repensar a Universidade deve ser a busca constante de uma UTOPIA, não no sentido de uma ilusão, mas de um real ainda não presente, mas possível. Uma utopia concreta.

Nesta perspectiva de uma sociedade em transição, a **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA** tem papel importante a desempenhar. A Extensão na UFAL não quer ser a mão estendida do que sabe para levar migalhas do saber ao que não sabe. Ao contrário, deve ser o processo de inserção da Universidade no que fazer da História, construindo a "ponte em mão dupla, onde o saber acadêmico se encontrará com o saber popular para produzir o saber transformador". Pela Extensão, a UFAL abre seus ouvidos para o grito e as angústias de nosso povo. Pela Extensão, como processo constante de oxigenação da vida acadêmica, a Pesquisa e o Ensino serão realimentados, no contexto da vida social.

O refrão da sabedoria popular "a teoria na prática é outra" reflete o fracasso da postura positivista, ao separar a teoria da prática, numa universidade de bacharéis. Agora, ao consolidar a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e extensão, a Constituição Brasileira aponta o caminho da prática acadêmica para a formação do profissional compatível com as necessidades do país, onde o confronto da sala de aula e do laboratório de pesquisa com a realidade deve ser um dos critérios de avaliação da produção universitária.

Ao término de um mandato como Pró-Reitor de Extensão, cumpre-nos mostrar o caminho andado na UFAL e apontar as trilhas do futuro no emaranhado da crise que se avoluma no país. Apesar de todos os obstáculos, a comunidade acadêmica dispõe de otimismo e vontade para construir um Brasil melhor a partir de sua reflexão-ação, numa universidade competente comprometida com a região. A Política de Extensão estará sempre aberta às mudanças decorrentes de sua práxis, da crítica da comunidade acadêmica e das necessidades concretas da população, onde a regência da realidade estará sempre acima da crítica "iluminada" dos que não mergulhar no que fazer da História.

Maceió/UFAL, 28 de novembro de 1991

Prof. Salomão Almeida de Barros Lima
Pró-Reitor de Extensão

I.TRAJETÓRIA DA EXTENSÃO NO BRASIL

POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO

A nível nacional, a Extensão, apesar de ser proclamada já, há bastante tempo, ao lado do Ensino e da Pesquisa, como constitutiva do tripé da Universidade, tem ela sofrido uma indefinição, no meio acadêmico, por falta de diretrizes básicas e por injunções da política educacional brasileira, sobretudo a partir de meados da década de 60. De extensão assistencialista a uma mera transmissão de informações, em cursos desvinculados dos interesses da população tem sido a extensão uma presença estranha e, muitas vezes inútil, no processo educativo brasileiro. Inadivindo o espaço cultural das populações mais carentes, a extensão ressaltou os vícios do seu caráter antidialógico. Em vez de se estabelecer canais de comunicação com a sociedade, a Universidade oferecia apenas comunicados, numa perspectiva de dominação. A trajetória histórica da extensão, no entanto, nos aponta para outros caminhos.

CAMINHADA HISTÓRICA DA EXTENSÃO NO BRASIL

O Prof. Roberto Mauro Gurgel, em seu trabalho: "*EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA Comunicação ou Domesticação*", analisa as vertentes históricas da extensão universitária brasileira, que incidiram direta ou indiretamente em todas as propostas relativas à extensão universitária, que se conhece presentemente ou que existiram em outras épocas. São elas:

I. AS UNIVERSIDADES POPULARES surgiram na Europa, no século XIX, com o objetivo de disseminação de conhecimentos técnicos para o povo. No Brasil, o eco das preocupações de Além-Mar já reverberavam por aqui, devendo ser lembradas:

1. A UNIVERSIDADE POPULAR DO RIO DE JANEIRO, fundada em 1900 por um grupo de intelectuais que sentia a "*necessidade imperiosa da ação e da luta contra a mentira, a hipocrisia, o roubo e a iniquidade imperante*". Eles se lançaram decididamente no movimento social, freqüentando os centros operários, realizando

conferências populares, fundando periódicos e revistas. A Universidade Popular do Rio de Janeiro tinha como meta "*a instrução superior e a educação social do proletariado*".

2. A UNIVERSIDADE POPULAR DO MARANHÃO, fundada em 1906, funcionava nas noites de terça-feira, visando colocar o conhecimento científico e literário ao alcance de todos, ministrando igualmente conhecimentos de ordem prática.

3. A UNIVERSIDADE POPULAR DE SÃO PAULO, como estrutura vinculada ao sistema de ensino superior aparece no Brasil com a criação da Universidade Livre de São Paulo, em 1912. Seu surgimento diretamente relacionado a uma instituição de ensino superior, foi certamente a primeira experiência de extensão universitária do país. Na Universidade Livre de São Paulo foi definida a primeira formulação extensionista do país: "*OS CURSOS DE EXTENSAO*". Estes, ainda hoje, representam a prática extensionista mais conhecida nacionalmente.

4. MOVIMENTOS ESTUDANTIS. A idéia da universidade popular ressurgiu no país em 1938 com a UNE, brasileiros assimilaram a idéia a partir do **MANIFESTO DE CORDOBA** (1918), que foi a expressão da primeira manifestação estudantil de significação acontecida na América Latina. O Movimento de Córdoba iniciou o questionamento da universidade latino-americana tradicional, propiciando uma confrontação entre uma instituição de ensino superior arcaica e fechada em si mesma com uma sociedade que procurava novos caminhos pela via da modernização.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, no documento de Córdoba, é vista como objetivadora do "*fortalecimento da universidade, pela projeção da cultura universitária ao povo e pela maior preocupação com os problemas nacionais*". A partir de Córdoba, a questão do COMPROMISSO SOCIAL DA UNIVERSIDADE passou a constar efetivamente dos discursos oficiais e das propostas dos segmentos componentes da estrutura universitária. No desempenho da missão social, far-se-ia com que o estudante tivesse a oportunidade, não somente de

"familiarizar-se com os problemas de seu meio e de entrar em contato com o povo, mas também, de devolver em forma de serviços parte do benefício que significa pertencer a uma minoria privilegiada, que tem acesso a uma educação superior, em última instancia pago pelo esforço de toda a comunidade"

5. A UNE (União Nacional dos Estudantes) e a EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Em agosto de 1937 a Casa do Estudante do Brasil convoca o primeiro Conselho Nacional dos Estudantes e em dezembro de 1938, com a participação de oitenta organizações universitárias do país, foi escolhida a primeira diretoria da UNE e lançado o "Plano de Sugestões para uma Reforma Educacional Brasileira". Neste documento, onde definem as funções que a universidade brasileira deveria ter, ressalta-se:

"propiciar a difusão da cultura pela integração da universidade na vida social popular" "promover e estimular a transmissão e o desenvolvimento do saber e de métodos de estudo e pesquisa, através do exercício das liberdades de pensamento, de cátedra, de imprensa, de crítica e de tribuna, de acordo com as necessidades e fins sociais."

6. A UNE e a DECLARAÇÃO DA BAHIA (1961). Este foi o documento bem mais trabalhado e analítico, sendo resultado de um encontro de caráter nacional, onde se encontraram as lideranças estudantis progressistas do país, traçando o esboço da

“missão de uma universidade existencialmente estendida, comprometida com: as necessidades concretas do povo brasileiro, universidade historicamente datada e sociologicamente situada na segunda metade do século XX, num país em fase de desenvolvimento”.

Ao analisar a situação da universidade brasileira, fala-se ser imprescindível sua relação com a sociedade que a cria e com seu meio:

“universidade e sociedade se interpenetram e influenciam inelutavelmente. Uma sociedade deformada conterá, certamente, uma universidade mutilada e, reciprocamente, uma universidade infiel a suas responsabilidades históricas estará conformando uma sociedade incapaz de auto-superar-se, insensível à autocrítica, vedada à evolução”

As diretrizes da reforma propugnada pela UNE destacam a intensa relação universidade/sociedade, explicitando formas de extensão universitária que deveriam ser acionadas:

"abrir a universidade para o povo e colocá-la a serviço das classes desvalidas com a criação de escritórios de assistência judiciária, médica, odontológica técnica (habitação, saneamento de vilas e favelas), etc. Que isto não seja realizado paternalisticamente, a título de esmola, concorrendo para atenuar os males sociais e indiretamente solidificando a estrutura iníqua em que vivemos. É necessário, sobretudo despertar a consciência popular para seus direitos. Entretanto, enquanto se vai lutando, não podemos deixar que milhares de pessoas morram do nosso lado”

7. AS EXPERIÊNCIAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (Início da década de 60). O início da década de 60 assiste ao aparecimento de toda uma série de experiências no sentido de um relacionamento entre a universidade e a sociedade. Das formulações existentes que podem ser caracterizadas como extensão universitária, três assumiram maior dimensão:

- ◆ O CENTRO DE CULTURA POPULAR. (1962)
- ◆ O MOVIMENTO DE CULTURA POPULAR (MCP) e o SERVIÇO DE EXTENSÃO CULTURAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (1960)
- ◆ A UNIVERSIDADE VOLANTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (Contestada por estudantes e aproveitada pelo Governo, depois de 1964)

II. O MODELO EXTENSIONISTA NORTE-AMERICANO é associado à idéia de extensão como prestação de serviço e teve larga influência nas Escolas de Agronomia e Veterinária. Já em 1926, foi realizada a experiência no sentido de levar assistência técnica aos agricultores. Esta experiência representa a primeira forma de extensão sistematizada de acordo com o modelo norte-americano, na linha de prestação de serviços no meio rural, desenvolvida no

Brasil influência do modelo norte-americano de extensão somente se faz sentir mais intensamente na década de 50, quando a extensão rural passa a ser considerada como um instrumento eficaz pelo Estado.

Na década de 60, após o movimento militar, a extensão sofreu profundo golpe, quando o compromisso social do saber foi escamoteado por um mero assistencialismo. Com a chegada ao Brasil de Rudolph Atcon, responsável pela constituição do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e seu primeiro secretário executivo (1965-68), no interior dos Acordos MEC/USAID, a extensão universitária começa a tomar outros rumos. A partir da Lei n 5.540 se define o novo perfil da universidade brasileira e a extensão assume seu lugar dentro da estrutura universitária, ao lado do ensino e da pesquisa. Novas formas de extensão são criadas a serviço de um Estado repressor e assistencialista:

- ◆ CRUTAC (Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária) 1969
- ◆ CODAE (Coordenação de Atividades de Extensão) MEC 1974
- ◆ PROJETO RONDON. Ministério do Interior (anos 70)
- ◆ OPERAÇÃO OSVALDO CRUZ. Ministério da Saúde (anos 70)
- ◆ OPERAÇÃO DA AÇÃO CÍVICO-SOCIAL. Ministério do Exército
- ◆ OPERAÇÃO MAUÁ (OPEMA). Ministério dos Transportes

Mecanismos privados estimulados pelo Governo:

- ◆ INSTITUTO EUVALDO LODI
- ◆ CIE-E (Centro de Integração Empresa-Escola)
- ◆ MUDES (Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social).

Vale destacar, ainda, que os programas e projetos elaborados a partir de 1968 sempre articulam a extensão universitária com a ação junto às populações carentes e apresentam o e comunidades como metodologia de trabalho. Tais propostas enfatizam que idades extensionistas viabilizam formas de participação da universidade em seu meio e desenvolvimento de modo recíproco, propiciam a presença do povo na instituição de ensino superior. Os "CAMPI AVANÇADOS" e os "CRUTAC" foram indubitavelmente reconhecidos como as formas mais expressivas de extensão pelo MEC.

A partir das experiências da década de 70, com o processo de abertura do processo político brasileira e a emergência dos Movimentos Sociais organizados no Brasil, se começa a repensar a função da extensão como ponte para realimentação da estrutura acadêmica, funcionando como elemento provocador de mudanças a nível interno da universidade e da sociedade de um modo geral.

O ponto alto da Política de Extensão, no Brasil, foi a constituição do FORUM DE PRO-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. A semente desse Fórum foi o Iº Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Nordeste (maio de 1987), em Aracajú, para implementação do Projeto CUCA (Circuito Cultural Universitário), com a presença do Pró-Reitor de Extensão da Federal de Minas Gerais (UFMG) e todos os outros das universidades nordestinas. Depois de frutuoso debates e encaminhamentos ficou definida a criação de um FÓRUM DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO NORDESTE. A idéia foi tão carregada de entusiasmo pela vida acadêmica que, logo, foi assumida pelos Pró-Reitores de Extensão da UNB, UFMG

e UFMA, no sentido da criação de um FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO. A Universidade de Brasília (UNB) sedeu o Iº Encontro Nacional (1987) e, a partir dos Fóruns subsequentes as Universidades Públicas Brasileiras reassumiram o seu compromisso social histórico, numa nova visão das atividades extensionistas.

Nas próximas páginas, encontram-se os Anais do Fórum Nacional de Extensão com seus documentos finais. Antes, porém, num resgate da História, vale a pena apresentar também o Documento Final aprovado no Iº e IIº Encontros de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Nordeste, que foi a semente do Fórum Nacional.

**FÓRUM DE
EXTENSÃO
DAS
UNIVERSIDADES
PÚBLICAS
BRASILEIRAS**

FÓRUM DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO NORDESTE

DA CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DO FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DOS NORDESTE

(Aracajú, 29/04/1987)

Os Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Nordeste reuniram-se em Aracaju, no dia 29 de abril de 1987, sob os auspícios da Universidade Federal de Sergipe, para criar e instalar o Fórum de Pró-Reitores de Extensão do Nordeste, tendo como objetivos:

- 1) contribuir para a formulação de diretrizes básicas de uma política de extensão que seja comum às Universidades da Região;
- 2) gerenciar meios que possam garantir melhor integração das ações extensionistas das Universidades, através das Pró-Reitores de Extensão ou equivalentes.

Durante o encontro, o Prof. Aldyr Mello de Araújo, Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Estudantis da Universidade Federal foi eleito e empossado primeiro presidente do Fórum, a quem coube a atribuição de organizar o órgão e sistematizar os seus trabalhos.

Naquela oportunidade, foram tomadas as seguintes deliberações:

- 1) criação de uma Comissão para elaboração do Regimento do Fórum;
- 2) realização do II Fórum de Pró-Reitores de Extensão do Nordeste em Fortaleza, sob os auspícios da Universidade Federal do Ceará, no decorrer do segundo semestre de 1987.

(Ata de criação e instalação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Nordeste)

FÓRUM DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO NORDESTE

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO NORDESTE

(Fortaleza, 17 e 18 de setembro de 1987)

CARTA DE FORTALEZA

Os trabalhos do II Fórum de Pró-Reitores de Extensão do Nordeste, realizado na cidade de Fortaleza, nos dias 17 e 18 de setembro de 1987, desenvolveram-se a partir de uma reflexão sobre o atual estágio da extensão universitária na Instituição de Ensino Superior da Região.

Entende-se que, através da extensão, a universidade possa chegar à plenitude do seu papel social. Esta preocupação, no entanto, não tem representado a consciência da instituição universitária no país, perdurando, ainda, a dissonância entre as funções acadêmicas.

Não tem a Universidade Brasileira procurado orientar suas ações dentro de um sistema integrado para o Ensino, Pesquisa e Extensão. Esta última função não ocupa o mesmo plano de interesse das outras componentes, por compreendê-la como secundária, desligada do todo e sem o caráter de função projetiva das demais.

Não é de admirar que, por isso mesmo, a Extensão seja sempre questionada largamente discutida, mas nunca realmente viabilizada, uma vez que ainda não se incorporou ao espírito universitário brasileiro a conscientização de que, sem o trabalho extensionista, o Ensino Superior não conduz as IES ao nível de sua verdadeira dimensão social.

Dentro de um contexto geral, esse fato nos leva a reconhecer que a educação em nível de terceiro grau, no país, não vem assumindo um comprometimento mais profundo com a nossa realidade, no sentido de fazer que as TES se tornem autênticos agentes de transformação social. Esse fato, igualmente, parece ser mais perceptível no Nordeste, onde há a ausência de uma ação contínua coordenadora e coerente, capaz de integrar as universidades numa promoção conjunta que se oriente pelas determinantes da vocação regional.

Não é que as universidades estejam indiferentes ao seu papel. É que grandes e louváveis esforços são, não raro, desperdiçados, por falta de informação, articulação, entrosamento troca de experiências entre as IES responsáveis pelo desenvolvimento sócio-educativo da Região.

Isso, aliás, também se reflete em todo o país, que se ressent de uma política de educação que, nos diversos níveis de ensino/aprendizagem, possa, com base numa filosofia voltada efetivamente para a realidade brasileira, compatibilizar as vertentes culturais da diferentes regiões e permanentemente responder aos anseios e interesses comuns da nacionalidade.

Decorre daí, em acentuada conseqüência, a ausência de política a nível das Instituições de Ensino Superior, permitindo que a ações das universidades, quando não alienadas em certa escala, possam parecer descompassadas diante do que lhes vem a exigir a sociedade. Sob esse ângulo, cabe à Extensão exercício do relacionamento Universidade/Sociedade, propiciando a que a competência acadêmica estenda-se ao uso comum. Não obstante este propósito, a Extensão pouco tem significado para o próprio contexto universitário. Sua prática não tem sido a resultante das atividades acadêmicas como um todo, podendo-se observar que tem faltado às próprias IES a legitimação da ação extensionista.

A não institucionalização da Extensão pelas próprias IES tem restringido o seu papel, e essa é a questão fundamental que o Fórum de Pró-Reitores do Nordeste discute no momento. Para solucioná-la, vem buscando meios consistentes, fundamentando-se na política de valorização da Extensão na Região Nordeste.

Para que não continuemos no plano do puro questionamento, sem que se ultrapasse o nível do discurso e da teoria, faz-se necessária uma tomada de posição definitiva através da qual se tracem claras estratégias de ação como as que são aqui propostas:

1. valorização da Extensão no âmbito interno das Universidades, através da areal institucionalização das ações desenvolvidas a partir dos Departamentos, possibilitando trabalhos interdisciplinares com vistas à formação de recursos humanos e produção de conhecimentos e tecnologias alternativas que atendam às necessidades sócio-econômicas e culturais da sociedade.
2. Financiamento da Extensão como medida prioritária para sua efetivação. Nesse sentido, propõe-se a implementação de um fundo de apoio à Extensão, com disponibilidade orçamentária capaz de garantir o fomento de projetos e de atividades extensionistas, além de bolsas equivalentes às já tradicionais bolsas de iniciação científica e de Pesquisa.
3. Estabelecimento de um sistema de aferição do produto extensionista universitário, através de indicadores que traduzam a importância da Extensão, comparativamente com as demais funções universitárias, conferindo-lhe status de dignificação perante o universo acadêmico.

4. Estímulo à divulgação de toda a produção na área da Extensão, através de publicações de livros, revistas, artigos e periódicos.

5. Fortalecimento de Encontro e Fórum regionais de Pró-Reitores de Extensão criação de um Fórum Nacional, como instrumentos que possibilitem a troca de experiências e circulação de informações, e que se constituam força de pressão e de representação dos interesses da área, junto aos organismos oficiais responsáveis pela educação superior no país, bem como a outras instituições, oficiais ou não envolvidas com as questões de desenvolvimento sócio-econômico cultural, científico e tecnológico.

6. Inclusão da Extensão como item de preocupação habitual e programática perante o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras CRUB, garantindo assento e voz à representação dos Pró-Reitores de Extensão, a exemplo do que vem ocorrendo com outras funções acadêmicas.

7. Finalmente, entendem os Pró-Reitores de Extensão do Nordeste que a valorização da Extensão passa, necessariamente, pela criação ou reativação, no próprio MEC, de um organismo forte, capaz de se tornar instrumento de referência e apoio a uma política extensionista, no seu verdadeiro sentido.

Fortaleza, 18 de setembro de 1987

(ass) Pró-Reitores de Extensão do Nordeste

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS.

1º ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS.

Brasília, 4 e 5 de novembro de 1987

Foi realizado na Universidade de Brasília, no Distrito Federal, nos dias 4 e 5 de novembro de 1987, o Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Participaram do evento 33 universidades públicas, representadas por seus pró-reitores ou ocupantes de cargo similar nas instituições.

Neste documento, são apresentadas as conclusões aprovadas nas sessões plenárias do Encontro.

I. CONCEITO DE EXTENSÃO

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizado acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade.

Além de instrumentalizadora deste processo dialético, de Teoria/Prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integradas do social.

II. INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Como um processo que permeia o ensino e a pesquisa, integrando essas atividades, a extensão deve ser parte indispensável da rotina universitária, institucionalizando-se tanto do ponto de vista administrativo como da prática acadêmica.

A institucionalização da prática extensionista, na medida em que reduz a distância que atualmente separa a atividade acadêmica dos interesses concretos da população, deve ser visualizada como um instrumento básico da recuperação da função social da universidade e restauração de sua credibilidade.

A institucionalização da extensão implica na adoção de medidas e procedimentos necessários ao direcionamento das atividades acadêmicas às questões de relevância social. Essas medidas e procedimentos podem ser classificados em três grandes grupos:

- medidas e procedimentos de ordem metodológicas
- medidas referentes à estrutura universitária
- medidas para valorização da extensão a níveis regional e nacional.

2.1. MEDIDAS E PROCEDIMENTOS DE ORDEM METODOLÓGICA

As medidas e procedimentos de ordem metodológica dizem respeito à forma como as ações acadêmicas devem ser desenvolvidas, visando maior integração da universidade na sociedade. Neste contexto, devem ser enfatizadas no processo extensionista os seguintes enfoques e ações:

1. As Instituições de Ensino Superior Públicas/IES orientarão sua política de extensão objetivando prioritariamente a transformação social que implique na melhoria das condições de vida para a maioria da população.
2. Serão consideradas atividades de extensão, exclusivamente aquelas referenciadas nas diretrizes conceituais deste documento.
3. Os estágios curriculares e extra-curriculares estarão inserido na política extensionista definida pela Universidade
4. Será garantida a participação das comunidades envolvidas com os trabalhos, na elaboração execução e avaliação dos projetos de extensão das Universidade
5. Serão fomentadas ações que propiciem a sensibilização da comunidade acadêmica às atividades de interesse social.
6. A divulgação dos trabalhos de extensão será estimulada através de publicações e outros meios de comunicação.

7. Recomenda-se que as universidades desenvolvam mecanismos de avaliação permanente da pesquisa e do ensino, do ponto de vista de suas importâncias para a sociedade.

2.2. MEDIDAS REFERENTES À ESTRUTURA UNIVERSITÁRIA

1. O órgão de extensão em cada IESP deverá se ater exclusivamente a este tipo de atividade, ocupando, na estrutura organizacional, o mesmo nível dos órgãos de ensino e pesquisa. A este órgão deverá competir: propor normas e políticas aos conselhos competentes, a partir de ampla discussão com a comunidade acadêmica; fomentar, acompanhar, avaliar, articular e divulgar os trabalhos de extensão em cada IESP.

2. A política de extensão deve ser gerenciada de forma colegiada pelos responsáveis.

3. Caberá aos Departamentos acadêmicos a promoção e a execução das atividades de extensão, de forma articulada às de ensino e pesquisa.

4. A extensão deverá ter representação específica nos órgãos colegiados superiores de cada IESP, já responsáveis pelas atividades fins.

5. As atividades de extensão deverão ser computadas na carga horária semanal mínima do departamento, bem como constar do plano individual de trabalho dos professores.

6. O trabalho de extensão também será computado para concessão de regime de DE, de acordo com os planos aprovados por cada Departamento.

7. Deve ser observado o grau de envolvimento de cada departamento em atividades de extensão, para fins de atendimento às solicitações de contratação de pessoal.

8. Também deve ser considerada, para efeito de contagem de pontos, a experiência extensionista dos candidatos aos concursos públicos nas IESP.

9. Nas avaliações para a progressão dos docentes, deve-se considerar o seu envolvimento nas atividades de extensão para efeito de pontuação.

10. Deve-se definir mecanismos que incentivem e garantam a participação dos docentes no planejamento e execução das atividades de extensão

11. Deve ser assegurada a participação de representantes de organizações populares nos conselhos decisórios da universidade

2.3. MEDIDAS PARA A VALORIZAÇÃO DA EXTENSÃO A NÍVEIS REGIONAL E NACIONAL

1. Na estrutura organizacional do MEC, deverá existir um órgão de caráter representativo responsável pela extensão.

2. Deve-se buscar uma participação formal de representação da área de extensão junto ao CRUB

3. Criação e fortalecimento dos Fóruns Regionais e Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas

RECOMENDAÇÃO

Que se busque uma integração efetiva entre os Pró-Reitores de Extensão, de Ensino e de Pesquisa e Pós-Graduação a níveis regional e nacional, através de encontros periódicos.

III. FINANCIAMENTO DA EXTENSAO

1. Obedecendo o princípio de descentralização de alocação de recursos, é imprescindível que sejam reservados recursos do tesouro para extensão, através de destaque orçamentário ou outro mecanismo que garanta disponibilidade permanente de verbas para os programas/projetos de extensão, de modo a assegurar continuidade de atividades.

2. Além dos recursos orçamentários, as IESP deverão captar recursos junto a agências e/ou fontes financiadoras para os projetos de extensão.

3. Criação, no MEC, de um fundo especial para financiamento de Programas/Projetos de extensão.

4. Restabelecimento do sistema de bolsas de extensão do MEC, nos mesmos níveis das bolsas de iniciação científica, de monitoria, além das bolsas próprias já existentes em algumas IESP ou bolsas oferecidas por outras agências.

5. As agências de fomento e financiamento deverão financiar também programas/projetos de extensão, como atividades acadêmicas.

FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

II Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

Belo Horizonte, 23 a 24 de maio de 1988

Os participantes de II Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão da Universidades Públicas, realizado em Belo Horizonte, de 23 a 24 de maio de 1988, discutiram sobre o tema: Estratégias de Articulação com o Ensino e a Pesquisa.

Sub-temas:

- Extensão/Pesquisa e Compromisso social
- O conceito de Sala de Aula
- Extensão/Estágio e Crédito Curricular
- Projeto/Atividades de Extensão

I EXTENSÃO/PESQUISA E COMPROMISSO SOCIAL

O compromisso social da Universidade é inserir-se nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, da igual e desenvolvimento social, notadamente resgatando a cidadania como valor norteador da práxis universitária e priorizando as atividades direcionadas à luta contra a dependência econômica, cultural e política.

A Universidade deve dirigir seus interesses e preocupações para a questão social. Para tanto, cabe-lhe buscar junto à própria comunidade subsídios que lhe permitem detectar seus anseios, numa postura de convivência e horizontal.

A Extensão como prática acadêmica visa interligar a Universidade em suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da sociedade, buscando respeitar o compromisso social da Universidade.

O conteúdo da Extensão deve ser definido a partir das diretrizes políticas da Universidade, onde se há de considerar a relação entre realidade institucional e o processo histórico. Dessa forma, o projeto extensionista poderá ser uma resposta permanente aos anseios da sociedade.

A relação entre extensão e pesquisa ocorre sobretudo pelo papel que esta passa a desempenhar enquanto criadora e recriadora de conhecimento, enquanto seja capaz de contribuir para a transformação da sociedade.

A questão da relação entre pesquisa e compromisso social tem, como núcleo central, saber-se o que deverá ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscam os novos conhecimentos.

A mobilização da comunidade acadêmica na direção das necessidades sociais requer uma mudança estrutural do comportamento acadêmico não só nas bases (docente, discente e técnico-administrativo) como também numa nova visão de integração das Pró-Reitorias, colegiados e administração superiores das Universidades.

II O CONCEITO DE SALA DE AULA

Na realidade recente das Universidades Brasileiras, o conceito de sala de aula pode ser entendido em uma dimensão tradicional e crítica.

Na dimensão tradicional, tem sido um espaço de elaboração teórico-abstrata, substanciada na ruptura teoria e prática, trabalho intelectual e trabalho manual. Aqui, não se dá a sistematização da relação homem-mundo, sujeito-objeto. Dá-se uma prática acadêmica alienante, confirmadora do "status quo", através de uma mera transmissão de informações.

A dimensão crítica do conceito emerge à medida que a ação da extensão, articulando ensino e pesquisa, pressupõe a produção de conhecimento e a formação de recursos humanos em confronto e como resposta aos desafios da realidade. Aqui, professores, alunos e população são atores, sujeitos no ato de aprender, de produzir conhecimentos e formar recursos humanos. Não se restringe mais ao espaço físico da dimensão tradicional, mas diz respeito a todos os espaços dentro e fora da Universidade, em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações. Deixa de ter caráter exclusivamente unidisciplinar e passa a expressar um conteúdo interdisciplinar/transdisciplinar, como exigência decorrencial da própria prática. Além disso, se alicerça no conceito da relação teoria-prática, consciência/auto-consciência, enfim, como expressão de uma práxis acadêmica.

III EXTENSAO/ESTÁGIO E CRÉDITO CURRICULAR

O Estágio Curricular, na medida em que é momento da prática profissional, da consciência social e do compromisso político, é também um dos mais adequados instrumentos para viabilizar a extensão universitária.

Entretanto, da maneira como vem sendo desenvolvido, não atende suficientemente aos objetivos da universidade nem contribui para o desenvolvimento da sociedade.

Entre as dificuldades que o estágio curricular enfrenta, destaca-se sua inexistência no currículo de alguns cursos e sua oferta ao aluno, numa etapa do curso em que sua preparação acadêmica está praticamente concluída, além de distante do contexto social. Conseqüentemente não proporciona subsídios adequados à formação profissional e a transformação social. Face a esta situação, sugere-se:

1. A obrigatoriedade do estágio curricular para todos os cursos, respondendo às questões sociais, dimensionadas em debates universidade/comunidade. O estágio deveria, ser desenvolvido sempre que possível, desde os primeiros semestres.
2. O estágio curricular deve integrar projetos decorrentes dos Departamentos, priorizando sobretudo, a contribuição à solução de problemas sociais.
3. A participação dos discentes em projetos e atividades de extensão deve ser computada para integralização curricular. Os mecanismos de operacionalização deste processo deverão ser definidos por cada universidade.
4. As universidades a médio prazo, devem reformular seus currículos, de modo a garantir que a prática vivenciada no estágio integre crítica e mais comprometida, capaz de propor alternativas de soluções para os problemas sociais.

Atentou-se, ainda, para o caso de atividades impropriamente denominadas "estágios", fora do controle das universidades e que vêm atendendo a interesses empresariais. Esta evidente distorção dos estágios tem ocorrido sobretudo, quando da intermediação dos chamados de organismos de integração empresa/universidade, a despeito da norma legal existente.

IV PROJETOS/ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Entende-se como projeto de extensão aquele que contemple, pelo menos, as seguintes dimensões:

- a. articulação com o ensino, especialmente na graduação;
- b. previsão, de alguma forma, de ações de pesquisa;
- c. colaboração na transformação da sociedade, através de formas diretas de atuação;
- d. consideração do conhecimento socialmente adquirido e o desenvolvimento dos movimentos;
- e. organizações populares.

Quanto à questão financeira, faz-se necessário que os projetos de extensão sejam viabilizados pela universidade, com recursos do seu próprio orçamento. Entretanto, pode-se buscar o apoio de agências financiadoras a partir do momento em que a indissociabilidade ensino/pesquisa, se torne o ponto de partida para a prática acadêmica e, sempre que possível, estabelecer mecanismos q viabilizem a integração interinstitucional.

V CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO DO ENSINO E DA PESQUISA ATRAVES DA EXTENSÃO

Uma condição essencial identificada para se viabilizar a extensão como prática acadêmica é a de que, no âmbito de cada universidade, fosse discutida sua proposta de ação global, definindo suas linhas de ensino e pesquisa, em função das exigências da realidade. Tal discussão teria a participação de todas as Pró-Reitorias e órgãos similares, departamentos, unidades, cursos, professores, alunos e população.

Uma outra medida fundamental seria a revisão do próprio modelo estrutural da universidade.

Estas medidas, de caráter mais amplo e global, teriam como uma das decorrências o reconhecimento curricular programático-administrativo das atividades de docentes e alunos, numa expressão orgânica de ensino e pesquisa articulada pela extensão.

Neste contexto, o próprio estágio curricular não significaria um momento único de expressão da relação dialética teoria-prática, sendo que esta seria um componente a permear a concepção e o funcionamento dos recursos e da universidade, enquanto um todo.

As Pró-Reitorias de Extensão ou órgãos similares teriam sua existência vinculada a uma ação tática de articulação, sensibilização e coordenação, no contexto estratégico de construção processual da abertura e do confronto universidade-sociedade.

VI RECOMENDAÇÕES/SUGESTÕES

1. Que os próximos encontros nacionais de Pró-Reitores de Extensão expressem caráter processual, constituindo-se momento de reflexão sobre a prática ocorrida ou ocorrente em cada universidade.
2. Que as conclusões e resultados dos encontros dos Pró-Reitores de Extensão sejam encaminhados aos fóruns de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, Ensino e Planejamento.
3. Que seja destinado tempo específico, nos próximos encontros, ou promovidos eventos específicos, em que se viabilize a discussão das experiências de extensão ocorrentes no âmbito de cada universidade.

4. Que seja criada uma publicação de âmbito nacional pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão, tendo por finalidade divulgar e facilitar o debate de temas relacionados à extensão universitária.
5. Que seja intensificada a articulação e a ação conjunta entre os vários Fóruns de Pró-Reitores
6. Que se aprofunde, em um próximo encontro a questão aluno/mercado de trabalho/compromisso social da universidade.
7. Que se considere a avaliação universitária como uma oportunidade significativa para integrar as ações do ensino e do pesquisa, através da extensão, recomendando-se o incentivo e a participação das Pró-Reitorias de Extensão nos processos avaliativos em desenvolvimento ou que venha a ser realizados.
8. Que se reafirme a necessidade de existir na estrutura organizacional do MEC, um órgão de caráter representativo, responsável pela Extensão.
9. Que se realizem Seminários Regionais entre a Universidade e o Projeto Rondon, programados e organizados pelas Coordenações Regionais do Fórum de Pró-Reitores de Extensão e Coordenações Estaduais da Fundação Projeto Rondon.

FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

III. Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

Belém, 23 a 25 de julho de 1989

a) INTERDISCIPLINARIDADE

Os participantes do III Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas ao discutirem a questão da "INTERDISCIPLINARIDADE" posicionaram-se a respeito do tema entendido que a questão da interdisciplinaridade é ao mesmo tempo um problema e um desafio exclusivamente de ordem interna ao ambiente acadêmico, intrínseco ao processo da produção e transmissão de conhecimento já que a realidade concreta não se apresenta em si própria dividida em categorias. Nesse sentido, a extensão deve ser considerada como um dos espaços estratégicos para promover atividades acadêmicas de caráter interdisciplinar, integrar do grupos de áreas distintas do conhecimento e, mediante os resultados dessas novas práticas, contribuir à modificação progressiva da forma de fazer ciência e da transmissão desse tipo de saber, revertendo a tendência historicamente dominante de compartimentação do conhecimento da realidade.

Pelo exposto recomendam que haja continuidade dos estudos e debates nas universidades públicas brasileiras acerca da questão da interdisciplinaridade, objetivando:

1. buscar maior institucionalização da interdisciplinaridade e como decorrência da ação, operacionalizar condições mais favoráveis à prática da extensão;
2. integrar as várias Pró-Reitorias, de forma a obter uma atuação consistente em relação a um projeto acadêmico integrado;
3. promover modernização administrativa coerente com as necessidades de atuação interdisciplinar, dentro da extensão, de forma a permitir avanço e inovação;

4. criar espaços nos diversos cursos regulares para atividades interdisciplinares.

A N E X O

CONCLUSÕES DO III ENCONTRO NACIONAL DE PRO-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS REALIZADO, NO PERÍODO DE 23 A 25 DE JULHO DE 1989,

a) A QUESTÃO DA "INTERDISCIPLINARIDADE"

Os participantes do III Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, ao discutirem a questão da "Interdisciplinaridade" consideram de fundamental importância que, durante os estudos e debates nas universidades haja reflexões sobre:

1. Vantagens da ação interdisciplinar

- . oportunizar aos alunos uma atuação conjunta com profissionais de outros campos de conhecimento em projetos coletivos;
- . promover a vivência de alunos através de trabalho junto às comunidades, possibilitando a problematização e o questionamento do ensino e da ciência realizada pela universidade.

2. Problemas relativos à ação interdisciplinar

- . desarticulação entre atividades fim e meio;
- . descompasso entre a administração universitária e as propostas inovadoras;
- . desconhecimento das atividades de extensão de caráter interdisciplinar como atividade regular acadêmica;
- . descontinuidade das atividades de extensão em função da ausência de projetos acadêmicos que contemplem a interdisciplinaridade;
- . insuficiência de suporte administrativo especialmente para sustentar propostas interdisciplinares.

b) “RELAÇÃO UNIVERSIDADE/SOCIEDADE -
A QUESTÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS”

Os participantes do III Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, realizado em Belém do Pará, de 23 a 25 de julho de 1989, discutindo o tema “Relação Universidade/Sociedade - a questão da prestação de serviços”,

I. Identificaram que:

- . a prestação de serviços é hoje uma realidade nas universidades públicas brasileiras;
- . a concepção de prestação de serviços, contudo não é vista de modo unitário: na grande maioria delas há predominância de atendimento às demandas sociais imediatas pela via de serviços como um fim em si mesmo, remunerados ou não. Coerentes com a concepção de extensão definida pelo Fórum de Extensão, há segmentos que a entendem como momento do processo **acadêmico global que envolve o ensino e a pesquisa**. As duas abordagens tem levado a resultados concretos e em direções diferenciadas, o que denota concepções distintas de Universidade.

Assim, diante de tal realidade,

II. Deliberaram pela:

- . reafirmação das diretrizes políticas da extensão universitária já discutidas e aprovadas nos Encontros Nacionais anteriores (Brasília/1987 e Belo Horizonte/1988), com redirecionamento da prestação de serviços nas universidades de acordo com a nova concepção de extensão¹. Redirecionamento este que deve ser coordenado pelas Pró-Reitorias de Extensão ou similares de modo que:

¹ A Extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.

A Extensão é uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizado acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade.

Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (Encontro de Brasília)

. os serviços sejam concebidos segundo dimensão emancipatória, não assistencialista

. os serviços sejam assumidos em plano institucional, superando-se os interesses que comprometem o projeto político acadêmico das universidades

. os serviços se insiram numa proposta pedagógica que os integre no processo educativo, desenvolvido com competência técnico-científica e comprometida com a realidade social.

Além disso, convém ressaltar que as questões relativas a remuneração sejam claramente definidas, de modo a não se criar precedente que venha a justificar futuramente qualquer intento da responsabilidade do Estado frente ao ensino superior público e a autonomia da Unversidade.

III. Decidiram ainda recomendar que:

Haja continuidade dos estudos e debates nas universidades públicas brasileiras acerca da prestação de serviços, com vistas a sua definição ou conceptualização, bem como sua normalização operacional.

Seja procedida, pelas Universidades Públicas, uma avaliação criteriosa a respeito das prestações de serviços executadas pelas Fundações de apoio.

ANEXO II

Os participantes do III Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, realizado em Belém do Pará, de 23 a 25 de julho de 1989, discutindo o tema "RELAÇÃO UNIVERSIDADE/SOCIEDADE - a questão da prestação de serviços", decidiram indicar os seguintes pontos para reflexão, quando do debate do tema:

distinção conceitual sobre:

- a. a prestação de serviços e comércio de serviços;
- b. assistencialismo e assistência;
- c. paternalismo e prestação de serviços;
- d. relação com setor produtivo e atrelamento ao setor produtivo;
- e. atender demandas e ofertar serviços;
- f. reagir ao mercado e criar campos de atuação (influenciar no mercado)
- g. substituição do Estado e potencialização da população para obtenção dos serviços que lhe cabem de direito;
- h. reforço ao paternalismo/assistencialismo do Estado e reforço aos Movimentos e Organizações Populares;
- i. atividade fim e atividade meio.

FÓRUM DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

IV. ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Florianópolis (SC), 06 a 09 de maio de 1990

TEMA 1: Extensão Universitária: As Perspectivas nos anos 90

Os marcos referenciais teóricos resultantes dos trabalhos desenvolvidos nos três Fóruns de Pró-Reitores de Extensão se constituem em diretrizes para formulação de uma nova concepção de Universidade.

Ao longo desse período, reconhece-se que inúmeros avanços foram conquistados, tais como

1. a afirmação de um *novo conceito de extensão*, entendido como um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade;
2. maior institucionalização das atividades de extensão que, através de processos diferenciados, permite uma enriquecedora troca de experiência interinstitucionais;
3. a criação de novos espaços de colaboração acadêmica via projetos e ações interdisciplinares.

Tais conquistas apontam para a necessidade de continuidade dos esforços empreendidos, tendo em vista a consolidação da trajetória percorrida. Neste sentido, impõe-se:

1. maior articulação entre as atividades-fins universitárias, privilegiando a institucionalização da extensão enquanto atuação permanente de programas e práticas de integração da pesquisa com o ensino, que não se esgota em sua regulamentação formal;
2. progressiva socialização do conhecimento, entendida como democratização da informação e apropriação do saber gerado e sistematizado pela Universidade;
3. maior compromisso da Universidade com a produção de um conhecimento científico para a busca de soluções dos problemas sociais do país em relação às demandas populares.

O cumprimento desses requisitos garantirá a real inserção da universidade na sociedade - um dos grandes desafios a serem vencidos durante a próxima década.

Com esta perspectiva, reivindica-se ao Ministério da Educação que:

I. considere as deliberações dos 4 (quatro) Encontros de Pró-Reitores de Extensão como expressão legítima da comunidade acadêmica quanto à política de extensão, incluindo representantes do Fórum nas comissões de estudos a serem criadas pelo Ministério para avaliação de temas e proposições de medidas atinentes à educação superior nacional;

II. reconheça o valor e o papel da extensão universitária, institucionalizando na estrutura do Ministério, setor e recursos de apoio específico.

TEMA 2: Universidade: Educação e Alfabetização

No cumprimento da sua função social, a Universidade Pública Brasileira vem demonstrando efetividade no trato da questão da alfabetização, através de pesquisas que abordam o fenômeno (linguagem) na formação de recursos humanos para a educação, na formulação de políticas e estratégias de ação conjunta com a sociedade. Fruto desse esforço acumulado, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas entende que a alfabetização de crianças, jovens e adultos insere-se nas contradições estruturais da sociedade brasileira e como tal, não pode campanhas e planos de curto prazo, uma vez que as análises e estudos disponíveis demonstram o fracasso destes procedimentos.

Esta afirmativa é confirmada ao longo dos últimos 30 anos pelas estatísticas oficiais que apontam o crescimento do analfabetismo no país.

Por tudo isso, a Universidade Pública Brasileira considera prioridade a recuperação imediata do sistema regular de educação do país como base para a superação dos problemas afetos à educação.

Neste sentido, a contribuição da Universidade Pública Brasileira para a alfabetização de crianças, jovens e adultos precede da consolidação de sua **AUTONOMIA** no

gerenciamento de suas funções de Pesquisa, Ensino e Extensão, enquanto instância crítica e revitalizadora da sociedade.

Para a atuação no processo de alfabetização no Brasil a Universidade Pública Brasileira deve:

1. estabelecer uma direção de trabalho comprometida para erradicar as causas do analfabetismo;
2. insistir que os programas de fomento para erradicar as causas do analfabetismo sejam feitos nas Universidades Públicas através de programas institucionais;
3. garantir que os projetos componentes dos programas de erradicação do analfabetismo gerenciados pela Universidade Pública, sejam feitos com o envolvimento das instituições comunitárias responsáveis pela alfabetização;
4. articular, nos programas de erradicação das causas do analfabetismo, a PESQUISA E O ENSINO Universitário;
5. valorizar os cursos de licenciatura como requisito básico para a recuperação da qualidade e condições do trabalho docente, restaurando o prestígio e o crédito do magistério.

TEMA 3: Metodologia em Extensão

O desafio de discutir metodologia em extensão coloca em aberto a própria visão e perspectiva que se tem não apenas do trabalho acadêmico, mas da Universidade, pois implica em concebê-la na sua relação dinâmica com a sociedade mais ampla a qual serve e da qual é produto. Este desafio implica numa opção ideológica definida em relação ao papel político e social que a Universidade deve cumprir e assumir perante os desafios históricos inerentes às diversas conjunturas que marcaram a trajetória da sociedade.

Neste sentido, a expressão metodológica da extensão resulta do exercício da autonomia da Universidade Pública através da gestão democrática e nos esforços para a socialização do conhecimento.

Desta forma, entende-se que a seleção das metodologias a serem aplicadas em programas/projetos de extensão, deverá ser orientada pelos seguintes princípios:

- a) explicitação da Teoria que fundamenta a prática;
- b) afirmação de um compromisso filosófico e prático sustentado numa concepção de Universidade, claramente explicitada;
- c) inserção na realidade social a partir das necessidades do conjunto da população e das perspectivas de mudança.

Fundamentadas nestes princípios, as metodologias a serem utilizadas deverão privilegiar as seguintes diretrizes operacionais:

- a) adoção de uma atitude dialógica da universidade em sua relação com a sociedade;
- b) planejamento participativo, envolvendo os vários segmentos da sociedade;
- c) organização na forma de programas institucionais, articulando a pesquisa e o ensino e oportunizando espaço para o exercício interdisciplinar;
- d) capacitação para o trabalho acadêmico, envolvendo o aprendizado de processos básicos para tornar o conhecimento existente acessível a todos

PROPOSTAS

Os Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, reunidos em Florianópolis (SC) no IV Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores, considerando a atual conjuntura política nacional, suas repercussões no setor educacional do país e, particularmente, nos destinos das Universidades Públicas, vem a público manifestar que:

1. urge, por parte do Ministério da Educação, uma explicitação de suas intenções quanto à formulação de uma política para a educação pública superior do país;
2. qualquer projeto nesse sentido deve respeitar os princípios constitucionais de manutenção e consolidação do ensino público, gratuito e de qualidade, com garantia de orçamento real e adequado ao desenvolvimento da pesquisa, ensino e extensão;
3. na formulação dessa política, devem ser considerados interesses e a participação de setores representativos da comunidade acadêmica, que amadureceu, ao longo das últimas décadas propostas de melhoria da educação superior;
4. a afirmação e efetivação da autonomia das Universidades não pode nem deve implicar num esvaziamento dos investimentos materiais (orçamentário e financeiro) conferidos pelo Estado para a educação superior pública, pelo contrário, no seu reforço e consolidação, resguardando se o compromisso de manutenção desse patrimônio nacional que é a Universidade Pública e sua melhoria de qualidade;
5. é necessário o governo garantir recursos humanos e materiais para de fato se efetivar a interiorização das Universidades, conforme determinação do Art. 6º das Disposições Transitórias da recente Carta constitucional;
6. o problema do analfabetismo no país, entendido como produto das contradições estruturais da sociedade brasileira, deve ser tratado nas suas causas, no cumprimento do preceito constitucional, de fortalecimento do sistema regular de educação básica pública e gratuita para crianças, jovens e adultos

7. os recursos públicos destinados à alfabetização sejam gerenciados, exclusivamente, pelas instituições públicas de educação;

8. a necessidade de elaboração da LDB pelo processo de participação ativa dos setores organizados da sociedade brasileira interessados na defesa da educação pública e gratuita.

FÓRUM NACIONAL DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

V. ENCONTRO NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO CONTEXTO DA AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA E SUA GESTÃO DEMOCRÁTICA.

São Luiz do Maranhão, 12 a 14 de junho de 1991

Os participantes do V Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, realizado em São Luís-MA., no período de 12 a 14 de junho 1991, tendo discutido o tema "A Institucionalização da Extensão no Contexto da Autonomia Universitária e sua Gestão Democrática", concluíram que:

. a integração da Universidade às realidades conjunturais se expressa pelo seu comprometimento com a sociedade que a mantém;

. quanto mais autônoma e democrática for uma Universidade, maior será a sua criatividade no sentido de, juntamente com a sociedade, encontrar caminhos para a solução de problemas;

. autônoma, hoje, é a Universidade que, em nome da autonomia, exerce a liberdade acadêmica, que é o meio e não fim;

. no processo histórico de construção da Universidade democrática, o elemento fundante é a referência ao social, pois o exercício da democracia não se esgota no processo eleitoral e este não pode ser limitado pelas questões setoriais e corporativistas.

Assim, o tema discutido levou os participantes do V Encontro a fazerem as seguintes recomendações:

1. Quanto às Diretrizes Políticas:

1.1. a política de Extensão de cada Universidade, no âmbito interno, deve propiciar a participação da comunidade universitária, privilegiando ações integradas com as administrações públicas, em suas várias instâncias, e com as entidades da sociedade civil. Esta política deve respeitar o caráter da indissociabilidade entre Ensino Pesquisa e Extensão, pois a atividade extensionista expressa a função social da Universidade;

1.2. a atividade de Extensão deve ser submetida a um sistema de avaliação na Universidade, de modo análogo às demais atividades fins, incluída a participação de setores da comunidade externa envolvida nesse processo;

1.3. a atividade de Extensão deve ter tratamento isonômico com o Ensino e a Pesquisa nos processos de avaliação funcional e institucional;

1.4. o Ensino, a Pesquisa e a Extensão devem receber o mesmo tratamento em relação ao planejamento orçamentário das Universidades, respeitando-se as características e necessidades específicas de cada área.

2. Quanto à Institucionalização:

2.1. a Institucionalização deve resguardar a competência dos Departamentos na elaboração de projetos, incentivar a interdisciplinaridade da ação extensionista e preservar as especificidades da atuação de cada Universidade;

2.2. a Extensão deve possuir o mesmo nível hierárquico que o Ensino e a Pesquisa na estrutura administrativa universitária;

2.3. a definição de mecanismos de operacionalização do processo extensionista nas estruturas do processo extensionista nas estruturas curriculares, a fim de que a participação dos discentes em projetos e atividades de extensão seja computada para integralização curricular;

2.4. as Pró-Reitorias de Extensão devem priorizar atividades que subsidiem ou promovam o desenvolvimento de ações interdisciplinares.

3. Quanto às Estratégias de Ação:

3.1. criar mecanismos permanentes de interação com a sociedade civil e de divulgação do trabalho acadêmico junto à sociedade;

3.2. promover eventos internos que sirvam de espaço para debates e avaliações sobre Extensão pelas Unidades Acadêmicas;

3.3. promover estudos e programas de avaliação que permitam demonstrar à sociedade a amplitude do trabalho extensionista;

3.4. fazer gestões, junto ao MEC, governos estaduais e outras entidades públicas e privadas, no sentido de implementar programas nacionais de bolsas de extensão.

4. Quanto às Questões Financeiras:

4.1. fazer gestões junto às agências de fomento públicas e privadas, nacionais e internacionais, para consecução de recursos financeiros destinados à Extensão;

4.2. garantir, junto às Universidades, dotação orçamentária destinada a atividades extensionistas, fixando-se percentuais nos orçamentos globais e setoriais;

4.3. fazer gestões, junto ao MEC e Governos Estaduais, a fim de garantir orçamentos globais para as Universidades Públicas;

4.4. definir os critérios de distribuição dos recursos gerados pela Extensão, que deverão ser gerenciados pelos setores competentes de cada IESP



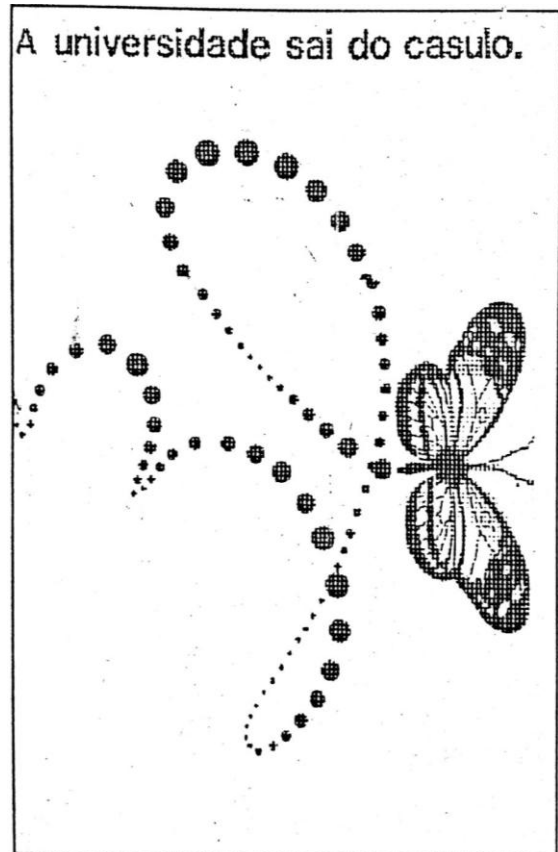
A EXTENSÃO NA UFAL

DELINEAMENTO E CONFIGURAÇÃO

DE UMA TRAJETÓRIA

II. A UFAL SAI DO CASULO EM BUSCA DO COMPROMISSO SOCIAL

1987. A UFAL entra na maioria dos 26 anos de sua existência. Os ventos da democracia que varrem o país levaram a comunidade universitária a lutar por eleições diretas para a administração superior. A equipe comandada pela Prof Delza Leite Goes Gitai, numa leitura da realidade brasileira, finca o marco de sua primeira bandeira de luta por uma universidade competente e comprometida com a Região. Ao lado dos companheiros de equipe, o Prof. Salomão Almeida de Barros Lima, eleito Pró-Reitor de Extensão, tendo analisado propostas de extensão em andamento nas Universidades de Brasília (UNB) e Rio de Janeiro (UFRJ) e dos primeiros Fóruns de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, começa a delinear os primeiros passos da UFAL em busca de uma práxis, na realização do Compromisso Social da Universidade. Foi uma longa caminhada que foi se consolidando passo a passo.



2.1. SEMINÁRIO UFAL / SOCIEDADE

O Seminário UFAL/SOCIEDADE. foi o primeiro ponto de encontro da comunidade universitária com a sociedade civil e política. Representantes de Órgão Públicos e de Movimentos Sociais organizados, durante três dias, debateram as possibilidades e limites de inserção da UFAL na problemática regional. Tendo como objetivo:

1. conhecer a realidade alagoana, tendo em vista a efetivação do compromisso social UFAL;
2. sensibilizar a Universidade e a comunidade para a realização de ações integradas voltadas para o desenvolvimento de Alagoas;

o Seminário atingiu suas metas, quando mais de 200 questionários foram respondidos pelos participantes, propiciando o delineamento das diretrizes políticas e estratégicas, os programas metas prioritárias de extensão para a UFAL, numa primeira tentativa de abrigar toda propostas apresentadas, sob a égide da regência da realidade. Todos os debates brotaram conferências e painés.

CONFERÊNCIAS:

- ◆ Paulo Freire (UNICAMP) O Problema da Educação no Brasil
- ◆ Elimar Nascimento (UFPe) Movimentos Sociais e Demandas das Classes Populares
- ◆ Cristóvão Buarque (UNB) Uma idéia de Universidade

PAINÉS:

- ◆ A Economia Alagoana (SEPLAN/AI) Dr. Mendonça Neto
(PRODUBAN) Dr. Manoel Garcia
(EMPRESÁRIO) Dr. Cândido Toledo
(UFAL) Profª Viviane Figueiredo
- ◆ A Educação em Alagoas (SED/AI) Prof. Luciano Peixoto
(UFAL) Prof. Luis Henrique Cavalcante
- ◆ A Saúde em Alagoas (SSSS/AI) Dr. Ubiratan Pedrosa
(SUCAM) Dr. Geraldo Vergetti
(SSSS/A) A.S.Genilda Leão
(UFAL) A.S.Ma Helena Calheiros
- ◆ Movimentos Sociais Representantes dos diversos Mov.Sociais de Alagoas

2.2 DIRETRIZES POLÍTICAS DE EXTENSÃO NA UFAL

Os questionários lançados durante o Seminário UFAL/SOCIEDADE produziram as condições para a elaboração das diretrizes políticas de extensão, que seriam adotadas pela administração "A Universidade somos nós". O Iº e IIº Fóruns de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Brasília 4 e 5 de nov. de 1987) e (Belo Horizonte 23 e 24 de maio de 1988) evidenciaram a nova face da extensão, mapeando diretrizes para que a Universidade realizasse seu compromisso social para resgatar sua credibilidade, como presença de ação-reflexão-ação, no seio da sociedade brasileira. Assim, a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Alagoas propôs as diretrizes políticas norteadoras para que a criatividade comunidade acadêmica, através de seus Departamentos, produzisse ações concretas, em projetos de extensão. Estas diretrizes foram o fruto da reflexão universitária a nível nacional, regional e local, nos encontros de Pró-Reitores de Extensão e nos debates com a comunidade acadêmica.

◆ EXTENSÃO COMO FUNÇÃO DO COMPROMISSO SOCIAL DA UFAL

"O compromisso social da Universidade é inserir-se nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos da igualdade e desenvolvimento social, notadamente resgatando a cidadania como valor norteador da práxis universitária e priorizando as atividades direcionadas à luta contra a dependência econômica, cultural e política (*IIº Fórum de Belo Horizonte*).

◆ EXTENSÃO COMO COMUNICAÇÃO DIALÓGICA ENTRE O SABER ACADÊMICO E O SABER POPULAR

"A Extensão é uma via em mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizado-acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade" (*Iº Fórum de Brasília*)

◆ A EXTENSÃO COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A Extensão na UFAL procurará fazer a capacitação dos agentes da transformação social contribuindo para a formação do Cidadão, como sujeito do processo histórico nos diversos segmentos sociais e no âmbito interno da vida acadêmica.

"A Extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade (*Iº Fórum de Brasília*).

◆ A EXTENSÃO COMO PRESENÇA DA UFAL NO PROCESSO HISTÓRICO

A Extensão procurará ser a consciência crítica e presença atuante da UFAL, nas Políticas Governamentais e nos Movimentos Sociais, onde se dará a oxigenação da vida acadêmica.

“Não há que considerar perdido o tempo do diálogo que, problematizando, critica e, criticando, insere o homem em sua realidade como verdadeiro sujeito da transformação” (*Paulo Freire, Extensão ou Comunicação. Rio de Janeiro, Paz e Terra Ed. 1983*).

◆ A EXTENSÃO NAS ATIVIDADES DE CULTURA E TEMPO LIVRE

A Extensão na UFAL deverá dimensionar as atividades artístico-culturais de desportos e tempo livre, numa perspectiva humanizadora. A Cultura Popular, as Artes e todas as formas de expressão estética da humanidade, bem como o atletismo e o uso do tempo livre devem ser o instrumento de humanização da Ciência e Tecnologia.

◆ A EXTENSÃO COMO ELO DA "INDISSOCIABILIDADE ENTRE AS ARTES, A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA"

Numa perspectiva de formação do Homem integral, enquanto cidadão-artista-intelectual-técnico e, considerando ser o Homem não apenas a manifestação de sua racionalidade, mas também de suas emoções estéticas, a Extensão terá como meta construir na Universidade a "Indissociabilidade entre as Artes, a Ciência e a Tecnologia".

2.3. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

◆ A EXTENSÃO COMO PRESENÇA PERMANENTE NA VIDA DEPARTAMENTAL

Através do processo participativa em que professores, alunos e corpo técnico-administrativo tomarão consciência da importância da Extensão, na vida universitária a comunidade departamental definirá suas linhas prioritárias na prática extensionista. Todos os projetos deverão ter como ponto de partida a decisão, a reflexão e a ação dos Departamentos Acadêmicos da UFAL.

◆ A EXTENSÃO COMO NOVA DIMENSÃO DO ENSINO E DA PESQUISA

Como "**ponte em mão dupla**", interligando a comunidade acadêmica e o contexto social, econômico, político e cultural da região, a extensão deverá ser a outra dimensão do ensino e da pesquisa, como processo metodológico da prática acadêmica. Criando novo conceito de "**sala de aula**", fora dos muros da Universidade, o processo ensino-aprendizagem se dará na apreensão do real concreto, produzindo um saber competente e comprometido a ser elaborado na

pesquisa, transmitido no ensino e socializado na extensão. O confronto com a realidade deve ser, portanto, o critério de avaliação da prática acadêmica na indissociabilidade das atividades fins da Universidade.

◆ EXTENSAO NUMA ÁREA VICINAL PRIORITÁRIA

Evitando a dispersão de recursos e considerando a necessidade de uma experiência piloto, a Extensão na UFAL definirá a área do Bairro do Tabuleiro do Martins como "AMPUS VICINAL", onde o processo de ação comunitária, de educação para a cidadania e o trabalho, bem como a qualidade de vida e saúde da população será configurado conjuntamente com a produção artístico-cultural, de desportos e tempo livre, numa perspectiva humanizadora. O Bairro do Tabuleiro do Martins abriga hoje uma população de mais de cem mil habitantes de baixa renda e um distrito industrial sendo o HU/UFAL hospital de referência do distrito III do SUS/AL.

◆ EXTENSÃO E ESTÁGIO CURRICULAR

"O Estágio Curricular, na medida em que é o momento da prática profissional, da consciência social e do compromisso político, é também um dos mais adequados instrumentos para viabilizar a extensão universitária, Deve-se garantir que a prática vivenciada no estágio integre a temática curricular, objetivando uma formação mais crítica e mais comprometida, capaz de propor alternativas de soluções para os problemas sociais" (*IIº Fórum Nac. de Belo Horizonte*)

◆ EXTENSÃO COMO DIÁLOGO UFAL/SOCIEDADE

A partir de propostas de Núcleos Temáticos e Programas de Atividades Departamentais, a Extensão promoverá, em reuniões periódicas, o encontro do Movimentos Sociais Organizados, dos Órgãos Governamentais, das Classes Empresariais e Trabalhadora com professores, alunos e corpo técnico-administrativo para reflexão e busca de soluções alternativas para os problemas não só do país com também da região.

◆ EXTENSÃO COMO DIÁLOGO UFAL/ARTE/CULTURA

A Extensão apoiará a ação departamental e de Núcleos Temáticos, promovendo, em eventos periódicos, o encontro de professores, alunos e corpo técnico-administrativo com os produtos de arte para engajar a Universidade na luta pela preservação de nosso patrimônio artístico-cultural e motivar a comunidade acadêmica para a produção destes bens em festivais, feiras e outras atividades.

◆ EXTENSÃO NA DEFESA DA VIDA E DO MEIO AMBIENTE

Sendo a vida o bem primário de toda existência humana, a Extensão tentará integrar a ação departamental, nas áreas de saúde, engenharia sanitária, biologia e ciências sociais com representantes de Movimentos Sociais para organizar e conscientizar os Grupos de Defesa da Vida e do Meio Ambiente para o estudo e a vigilância permanente sobre as condições de saúde, da qualidade de vida e de agressão à natureza e ao habitat urbano procurando viabilizar o binômio "**Desenvolvimento/Bem-Estar Social**" de todos os homens e do homem todo.

◆ EXTENSÃO COMO INTEGRAÇÃO DA TERCEIRA IDADE

A Extensão criará, ouvindo os Conselhos Superiores da UFAL, o **Departamento do Saber Acumulado**, onde professores e funcionários, já aposentados, terão oportunidade de participarem das atividades da UFAL nos campos de Extensão, de Cursos para a Comunidade, na produção e consumo de bens artístico-culturais e Núcleos Temáticos, onde se dará a colaboração dos aposentados, de forma livre, na integração do ensino da pesquisa e da extensão.

Estas foram as primeiras trilhas, apontando para os caminhos da atividade de extensão na UFAL, Os encontros da Equipe da Pró-Reitoria de Extensão com Professores e Funcionários nos diversos Departamentos, ensejaram o esboço dos Programas que seriam consolidados posteriormente com a realização do Iº Fórum de Extensão na Universidade Federal de Alagoas.

FÓRUM DE EXTENSÃO DA UFAL

Saber e Compromisso Social

A Pró-Reitoria de Extensão, rebatendo as propostas dos Fóruns Nacional e Regional Nordeste, realizou também Fóruns Internos de Extensão na UFAL para elaborar sua política de extensão e sedimentar na comunidade acadêmica os caminhos para uma prática de extensão compatível com as necessidades da população. Os Fóruns Internos de Extensão foram o ponto de partida para a formulação das diretrizes políticas e os programas de extensão que viriam a ser consolidados na UFAL. Todas as propostas foram debatidas pela comunidade acadêmica e elaboradas a partir dos questionários distribuídos entre os participantes que, com suas sugestões, se codificaram as principais linhas de extensão na UFAL, também o roteiro de Resoluções que posteriormente foram analisadas e aprovadas pelos Conselhos Superiores da UFAL.

JUSTIFICATIVA

A integração do Ensino e da Pesquisa, através da Extensão, requer que essa indissociabilidade seja discutida coletivamente, considerando:

- ◆ a Extensão como instrumentalizadora do processo dialético teoria prática;
- ◆ o processo interdisciplinar e transdisciplinar que favorece a visão do social;
- ◆ o exercício da cidadania como valor norteador da práxis universitária.

OBJETIVOS

- ◆ Analisar coletivamente a Extensão como prática acadêmica
- ◆ Discutir o novo conceito de sala de aula
- ◆ Articular Estágio e Extensão numa prática transformadora

PARTICIPANTES

- ◆ Prof. Volney Garrafa. Decanato de Extensão da UNB
- ◆ Prof. José Peixoto. Sub-Reitoria de Extensão da UFRJ

- ◆ Jose Jerônimo Neto ACOMATAN (Campus Vicinal)
- ◆ Jones Correia AMACB (Campus Vicinal)
- ◆ D^{ra} Terezinha Ramires CEDIM Al.

Além destes participantes contamos também com a participação de representantes da Sociedade Civil (Fed. dos Trabalhadores Rurais, Fed. de Trab. da Indústria, Sindicato dos Jornalistas, entre outros. Foi de grande importância também a representação das Políticas Públicas, sobretudo da Secretaria do Trabalho e Ação Social, Secretaria da Saúde e Serviço Social e Educação.

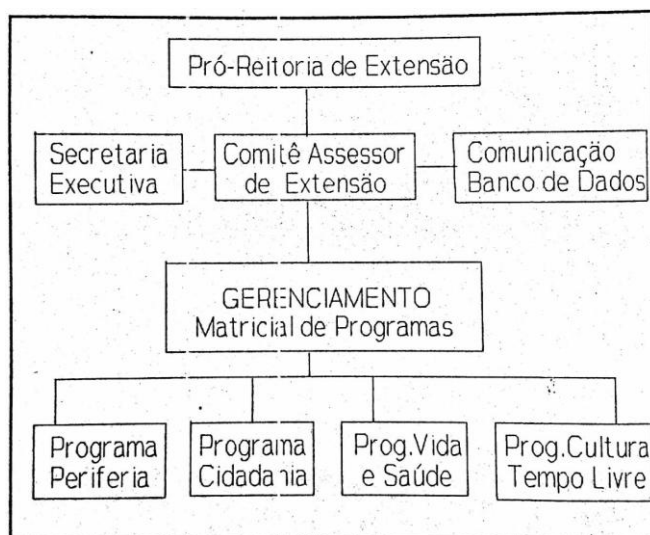
PLANO DE AÇÃO DA PROEX METODOLOGIA E PROGRAMAS

UFAL < = = = = > SOCIEDADE "SABER E COMPROMISSO SOCIAL"

"A Extensão colaborará para a formação de cidadãos-artistas intelectuais-técnicos, capazes de pensar e agir criticamente frente às exigências coletivas"(Reitor Cristovão Buarque.UNB)

Respondendo às sugestões apresentadas no Iº Seminário: UFAL/SOCIEDADE e no Iº Fórum de Extensão da UFAL, a PROEX estabeleceu seu Plano de Ação, definindo uma metodologia de trabalho e seus programas de atividades. Para desenvolver uma ação integrada entre os diversos programas foi preciso articular os elementos básicos de cada programa (Objetivos, Metas, Projetos construindo uma matriz organizacional para a totalidade das ações da PROEX. Com esta matriz organizacional a Pró-Reitoria de Extensão pode ter condições administrativas para coordenar, articula e orientar o esforço de cada um daqueles que buscam com entusiasmo uma nova prática acadêmica para a UFAL.

As alterações na estrutura administrativa da PROEX, tiveram em vista o aprimoramento da estrutura existente, para integrar matricial mente os diversos programas, consolidando a Secretaria interpenetração e interresponsabilidade entre gerentes e coordenadores de programas e projetos. O gerenciamento dos programas ocorreu através de um modelo matricial de administração por projetos. A participação e a criatividade departamental e, ao mesmo tempo, a demanda do contexto sócio-econômico, político e cultural da região guiaram as atividades programáticas da PROEX e a elaboração de seus projetos.



A Pró-Reitoria de Extensão desenvolve, portanto, seus programas e atividades, seguindo suas diretrizes políticas e estratégicas, em consonância com as sugestões da comunidade acadêmica e as decisões do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão.

PROGRAMA PERIFERIA

Ação comunitária na periferia de Maceió, articulando os Movimentos Sociais, buscando soluções para as necessidades da população, priorizando a experiência piloto do bairro do Tabuleiro do Martins.

OBJETIVOS:

1, CAMPUS VICINAL

Implantar um Campus Vicinal, no Bairro do Tabuleiro do Martins, onde se dará prioritariamente a retroalimentação da prática acadêmica.

Articular o plano departamental de extensão de cada Centro com os grupos e associações existentes na periferia de Maceió e no Tabuleiro do Martins.

Integrar e dar condições para a implantação dos programas da PROEX no Tabuleiro do Martins e periferia de Maceió.

Identificar as expectativas da população com relação à UFAL.

2. PESQUISAÇÃO

Realizar Pesquisa nos bairros da periferia de Maceió, em articulação com as Associações de Moradores, tendo em vista a implantação de Núcleos Permanentes de Extensão, numa perspectiva de intervenção co-participada.

- . Identificar os Movimentos Sociais existentes
- . Realizar reuniões com as Associações de Moradores
- . Mapeamento dos bairros
- . Estudar e debater com as Associações de Moradores
 - . condições de habitação
 - . saneamento e meio ambiente
 - . educação e saúde
 - . cultura e lazer, etc.

3. INTEGRAÇÃO DOS CAMPOS DE ESTÁGIO NOS NÚCLEOS PERMANENTES DE EXTENSÃO.

Articular os Departamentos e Coordenadorias de Cursos da UFAL para integrar os Campos de Estágio nos Núcleos Permanentes de Extensão, visando a formação profissional do corpo discente, num modelo de trabalho em equipe, onde os futuros profissionais das diversas áreas possam fazer o confronto teoria/prática e a busca de soluções para a população.

PROGRAMA CIDADANIA

A universalidade do conceito de cidadania coloca todos os indivíduos em condições de igualdade perante a Constituição, entretanto, o que se põe é a ilusão da cidadania concedida juridicamente, enquanto seu exercício permanece restrito a determinados grupos no Estado Moderno.

Postular o direito da cidadania é trabalhar um conjunto de direitos, o que significa refletir a partir de algumas categorias:

- . a cidadania no como processo de luta pela consolidação e ampliação de direitos, afastado o fetiche da igualdade;
- . a busca de formas alternativas que possibilitem à maioria da população condições de cidadania no sentido de obterem os direitos estabelecidos juridicamente e outros a serem conquistados.

O PROGRAMA se articula em três instâncias:

- a. Política de captação de recursos
- b. Mobilização da Comunidade Acadêmica
- c. Articulação com a Sociedade Civil e Política

OBJETIVO GERAL:

Contribuir para o exercício da Cidadania através de um processo educativo, envolvendo questões relativas à educação, ao trabalho e a produção de tecnologias alternativas.

OBJETIVOS:

1. Articular os diversos Movimentos Sociais, numa proposta de exercício da cidadania.
2. Promover Cursos de Extensão, articulando a comunidade acadêmica com as necessidades concretas da sociedade civil.
3. Promover um Programa de Educação Continuada e de Cursos à Distância.
4. Promover experiência piloto de alfabetização de adultos.
5. Propiciar ao corpo social da UFAL discussões com trabalhadores sobre a questão da educação, da cidadania e o processo de trabalho, examinando conjuntamente possíveis alternativas.
6. Desenvolver experiências de tecnologias alternativas com vistas à melhoria da qualidade de vida das populações periféricas.

PROGRAMA VIDA E SAÚDE

O Programa Vida e Saúde dá realce às atividades educativas de promoção e de proteção da saúde, realizadas por professores e alunos, no contato direto com o cotidiano das populações periféricas, em particular no Campus Vicinal do Tabuleiro do Martins com referência ao Hospital Universitário.

O Programa incentivará o desenvolvimento dessas atividades de forma interdepartamental, com a integração multi-disciplinar, objetivando a formação de equipes inter-profissionais.

OBJETIVO GERAL

Promover a melhoria da qualidade de vida e saúde da população do Estado, priorizando a área de responsabilidade do Hospital Universitário no SUS.AL., desenvolvendo ações de saúde coletiva e tecnologias alternativas com a valorização da Educação Física, como forma de construção da "mens sana in corpore sano".

OBJETIVOS:

1. Implementar o processo educativo com experiências vivenciadas nas comunidades, no contato direto com a problemática sócio-econômica, cultural e de saúde das populações.
2. Facilitar o engajamento dos estudantes da área de saúde nos Movimentos de Ação Comunitária para que busquem soluções apropriadas às necessidades sentidas pela comunidade, no campo da saúde.
3. Favorecer a inter-relação com as unidades do Sistema de Saúde do Estado de Alagoas.
4. Realizar cursos, na área de saúde, que respondam uma demanda sentida pela comunidade.
5. Realizar debates sobre temas relacionados com a saúde, que sejam do interesse da UFAL e da Sociedade Civil
6. Organizar na área do Tabuleiro do Martins e posteriormente na periferia de Maceió e do Estado GRUPOS representativos dos Movimentos Sociais em torno da DEFESA DA VIDA E DO MEIO AMBIENTE.

METAS: O Programa Vida e Saúde atingirá prioritariamente:

- . Prevenção e controle de doenças parasitárias
- . Prevenção e controle de doenças transmissíveis
- . Saúde da Mulher Saúde Escolar Saneamento básico
- . Saúde da Criança Creches Educação em Saúde
- . Imunização Saúde bucal Apoio Nutricional
- . Educação Física

PROGRAMA CULTURA E LAZER

Preservação do patrimônio artístico-cultural da humanidade e da região, ressaltando a riqueza da Cultura Popular e dando apoio e motivação para a produção e consumo de bens culturais não só na comunidade acadêmica, como também em meio à população do Estado.

OBJETIVOS:

1. CULTURA POPULAR

(Resp, Museu Théo Brandão)

Grupo de Tradições Folclóricas Théo Brandão

Valorizar a Cultura Popular, através de estudos antropológicos e registros audiovisuais universitária.

Incentivar a manutenção de Grupos Folclóricos, formados por membros da comunidade universitária

2. CULTURA ERUDITA

(Resp. Studium-Art)

Incentivar a Cultura Erudita através da instalação do Studium-Art com acervo áudio visual de óperas, orquestras, ballet e músicas eruditas.

3. CULTURA ESTRANGEIRA

(Resp. Fórum das Nações)

- . Casa de Cultura Britânica
- . Casa de Cultura e Expressão Francesa
- . Casa de Cultura e Expressão Alemã
- . Casa de Cultura Luso-Brasileira

- . Casa de Cultura Latino Americana
- . Casa de Cultura Oriental
- . Núcleo de Esperanto

Promover o intercâmbio cultural entre países estrangeiros, a difusão de suas culturas expressão lingüística, através das Casas de Cultura.

4. CIRCO CULTURAL UNIVERSITÁRIO

Difundir a Cultura Popular e Erudita, bem como programas de educação, cidadania e saúde nos bairros periféricos de Maceió, através de um espaço popular.

5. MEMÓRIA CULTURAL

Preservar a memória cultural do Estado, através de documentos audiovisual e escrita sobre os artistas alagoanos, as manifestações regionais e os movimentos artísticos da terra.

- . Arquivos
- . Hemeroteca
- . Museu de Luz e Som

6. CRIAÇÃO ARTÍSTICA

Estimular o desenvolvimento da sensibilidade artística entre os universitários, através do estímulo à criação, com promoções de festivais de arte e cultura, concursos literários e galerias de artes plásticas.

CONSOLIDAÇÃO

INSTITUCIONAL

DA

EXTENSÃO

NA UFAL

III. INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO NA UFAL

Participação dos Conselhos Superiores da UFAL

A Universidade, como instituição dinâmica, inserida no processo histórico, se ressentida da imperiosa necessidade de constantemente adaptar seu código de normas ao fluxo da realidade no contexto que a envolve. Parar, no tempo, amordaçada por conceitos e normatização de uma época já passada, seria sua condenação ao imobilismo e estagnação.

Dessa forma, os egrégios Conselhos Superiores da UFAL têm desenvolvido, com responsabilidade e competência sua tarefa ao definir as políticas adequadas para o bom desempenho da prática acadêmica na UFAL, numa constante leitura da realidade e conseqüente normatização de princípios.

Na UFAL, como nas demais universidades brasileiras, a extensão sofreu profundo golpe a partir da década de 60, quando o compromisso social do saber foi escamoteado por um mero assistencialismo. Hoje, num novo contexto de Brasil, as universidades repensam sua missão, voltadas para a competência e o compromisso com a realidade.

Nos Conselhos Superiores da UFAL, ressoaram os ecos do que se ouvia pelo Brasil. Os Fóruns Nacionais de Pró-Reitores de Extensão, os Fóruns Regionais Nordeste e os Fóruns Internos de Extensão da UFAL prepararam os caminhos para que a Pró-Reitoria de Extensão da UFAL pudesse apresentar uma proposta de consolidação da Extensão, como prática acadêmica de igual direito na UFAL.

Amadurecendo assim, portanto, na prática real, em diversos programas já em execução, os Conselhos Superiores da UFAL julgaram conveniente definir a Política de Extensão para a Universidade Federal de Alagoas, esperando seja esta um marco para a construção de uma Universidade competente e comprometida com a realidade.

RESOLUÇÕES APROVADAS

CONSU Res. n° 29/88 - Elege o Bairro do Tabuleiro do Martins como
Campus Vicinal da Universidade Federal de Alagoas

CEPE. Res. n° 12/89 - Dispõe sobre as atividades de Extensão na UFAL
Campus Vicinal da Universidade Federal de Alagoas

CONSU. Res. n° 42/91 - Determina local para execução de atividades de Ação
Cultural da Universidade Federal de Alagoas e aprova Regimento
Interno do Espaço Cultural Universitário.

CEPE. Res. n° 33/90 - Cria o Departamento do Saber Acumulado da Universidade
Federal de Alagoas.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

CONSELHO UNIVERSITARIO

Res. n° 09/88 de 29 de fevereiro de 1988

Elege o Bairro do Tabuleiro do Martins como Campus Vicinal da Universidade Federal de Alagoas.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com a deliberação tomada em sessão realizada em 29 de fevereiro de 1988 e,

CONSIDERANDO a nova dimensão dada à Extensão no Sistema Universitário Brasileiro, como "ponte em mão dupla", onde o saber acadêmico encontrará o saber popular em busca de um saber transformador,

CONSIDERANDO o compromisso social da Universidade diante da demanda da sociedade civil,

CONSIDERANDO ser o Hospital Universitário, hospital de referência do Distrito III do Plano Integrado de Saúde de Maceió,

CONSIDERANDO a carência de recursos da Universidade e a proximidade do bairro do Tabuleiro do Martins para agilização de atividades de extensão,

CONSIDERANDO, a necessidade de implantação de um plano piloto para integrar as ações extensionistas da comunidade acadêmica,

RESOLVE:

Art. 1° - Eleger o Bairro do Tabuleiro do Martins como CAMPUS VICINAL da Universidade Federal de Alagoas.

Art. 2 - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Sala das Sessões do Conselho Universitário, em, 29 de fevereiro de 1988

Profª Delza Leite Goes Gitai
Presidenta

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Resolução 12/89 de 19 de setembro de 1989

Regulamenta as Atividades de Extensão na
Universidade Federal de Alagoas

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, reunido em sessão extraordinária, aos 19 de setembro de 1989, tendo em vista proposta da Pró-Reitoria de Extensão e visando dar coordenação e organicidade às atividades de extensão,

RESOLVE:

Título I

DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Capítulo I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1 As atividades de Extensão na Universidade Federal de Alagoas reger-se-ão pela presente Resolução.

Art. 2 Para efeito desta Resolução a Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade.

§ 1 Dentro desta concepção, considera-se que a Extensão:

I. representa um trabalho onde a relação escola-professor-aluno-sociedade passa a ser de intercâmbio, de interação, de influência e de modificação mútua, de desafios e complementaridade;

II. constitui um veículo de comunicação permanente com os outros setores da sociedade e sua problemática, numa perspectiva contextualizada;

III. é um meio de formar profissionais-cidadãos capacita dos a responder, antecipar e criar respostas às questões da sociedade;

IV. é uma alternativa de produção de conhecimentos, de aprendizado mútuo e de realização de ações simultaneamente transformadoras entre Universidade e Sociedade;

V. favorece a renovação e a ampliação do conceito de "sala de aula", que deixa de ser o lugar privilegiado para o ato de aprender, adquirindo uma estrutura ágil e dinâmica, caracterizada por uma efetiva aprendizagem recíproca de alunos, professores e sociedade e ocorrendo, em qualquer espaço e momento, dentro e fora da Universidade;

VI. estimula a vivência social, política e profissional dos professores, alunos e funcionários, através de uma ação interdisciplinar, interdepartamental, inter institucional, solidária e co-participada entre a Universidade e a população.

§ 2 Obedecendo ao preceito constitucional da "indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão", os Departamentos elaborarão seus planos de atividades de extensão dirigidas basicamente para uma ou mais das perspectivas acima.

Capítulo II

DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Art. 3 As atividades de Extensão na Universidade Federal de Alagoas serão coordenadas pela Pró-Reitoria de Extensão através de Programas, vinculados a cada uma das Coordenadorias em consonância com as propostas apresentadas pelos Departamentos e/ou representantes da Sociedade ao Comitê Assessor de Extensão.

§ Único. As Coordenadorias de que trata o "caput" deste artigo são as definidas pelo Regimento Interno da Reitoria da UFAL, alterado pela Resolução nº 38/84 do Conselho Universitário.

Art. 4 As atividades de Extensão implicam na necessidade de uma articulação permanente entre as Pró-Reitorias de Extensão, de Graduação, de Pesquisa e Pós-Graduação e de seus respectivos programas.

§ Único. Cabe aos Departamentos Acadêmicos, através de seu pessoal docente e discente a execução das ações constantes das propostas apresentadas.

Art. 5 As atividades de Extensão na Universidade Federal de Alagoas serão desenvolvidas através de:

- . Núcleos Permanentes de Extensão
- . Eventos de Extensão
- . Cursos de Extensão

§ 1 Entende-se por **Núcleo Permanente de Extensão** as atividades exercidas pela Comunidade Acadêmica de forma localizada e contínua, junto a diversos segmentos da sociedade, com o objetivo de refletir e construir, conjuntamente, propostas de solução para as questões advindas da realidade social, prioritariamente, dos segmentos mais carentes da sociedade.

§ 2 Entende-se por **Eventos de Extensão** as atividades realizadas, no cumprimento de programas específicos, oferecidos com o propósito de produzir, sistematizar e divulgar conhecimentos, tecnologias e bens culturais, podendo desenvolver-se em nível universitário ou não, de acordo com a finalidade visada e a aprovação do CEPE.

I. Os Eventos de Extensão compreendem:

- a. Ciclos de Conferências
- b. Seminários
- c. Fóruns
- d. Ciclos de Debates
- e. Reuniões Técnicas
- f. Concertos
- g. Festivais
- h. Manifestações Artísticas e Culturais
- i. Espetáculos
- j. Oficinas
- k. Ateliês
- l. Outros de natureza semelhante

II. O critério de frequência mínima para cursos e eventos de extensão será estabelecido em seus respectivos projetos, não podendo ser inferior a 75%

§ 3 Entende-se per **Cursos de Extensão** as atividades programadas pelos Departamentos, colegiados de cursos, DCE e Centros Acadêmicos, visando socializar os conhecimentos produzidos na Universidade, através da execução de calendário próprio e conteúdo programático.

§ 4 Os Cursos de Extensão devem articular a Comunidade Acadêmica com as necessidades concretas da sociedade, num confronto permanente entre a teoria e a prática, como pré-requisito e consequência dos diversos programas de extensão.

§ 5 Os Cursos de Extensão serão ministrados, em tempo útil mínimo de 20 horas Para obtenção de certificado os participantes estarão sujeitos à avaliação e exigência de frequência, conforme o que estabelece o inciso II deste artigo.

§ 6 As propostas para a implantação de Núcleos Permanentes e realização de Eventos ou Cursos de Extensão devem ser apreciadas pelo Comitê Assessor de Extensão para encaminhamento ao CEPE, devendo conter, no caso de Eventos e Cursos, obrigatoriamente, os seguintes elementos:

- a. denominação (Título do Projeto)
- b. coordenador
- c. objetivo
- d. justificativa
- e. temas a serem desenvolvidos (conteúdo programático)
- f. professor / Unidade / Departamento
- g. ministrantes não pertencentes aos quadros da UFAL
- h. curriculum vitae resumido dos ministrantes
- i. público a que se destina
- j. carga horária
- k. estimativa mínima e máxima de participantes
- l. disponibilidade de infra-estrutura
- m. orçamento, com discriminação de receita e despesa
- n. taxas de participação
- o. período, horário e local
- p. critérios de admissão de candidatos
- q. tipo de avaliação a ser empregado e de frequência a ser exigida.

Art. 6 Os recursos para a implantação de Núcleos Permanentes e a realização de eventos ou cursos de extensão poderão ser supridos pelo orçamento disponível da PROEX pelo Departamento ou Unidade proponente, por Convênios, por outras Agências Financiadoras ou pela conjunção delas.

§ Único Em casos excepcionais, os eventos ou cursos de extensão poderão ser aprovados "ad referendum" pelo Pró-Reitor de Extensão e, posteriormente, submetidos ao CEPE.

Capítulo III

DO COMITE ASSESSOR DE EXTENSÃO

Art. 7 O Comitê Assessor de Extensão tem por finalidade assessorar a Pró-Reitoria de Extensão, articulando e fomentando ações de extensão no âmbito de cada Centro e Departamento e nos grupos ligados à sociedade, bem como acompanhar e supervisionar a Extensão Universitária, como Prática Acadêmica na UFAL.

§ 1 O Comitê Assessor de Extensão é constituído pelos seguintes titulares e seus suplentes:

- I. O Pró-Reitor de Extensão, como presidente nato
- II. Os Coordenadores de Programas de Extensão
- III. Um representante da PROGRAD
- IV. Um representante da PROPEP
- V. Um representante da PROEST
- VI. Um professor representante de cada Centro
- VII. Um aluno representante de cada área
- VIII. Um representante do Corpo Técnico-Administrativo
- IX. Dois representantes do Campus Vicinal
- X. Um representante de Sindicatos de Trabalhadores
- XI. Um representante de Empresas
- XII. Um representante de Movimentos Sociais
- XIII. Um representante de Políticas Públicas

§ 2 O representante de cada Centro será indicado pelo respectivo Diretor, após deliberação do Conselho de Centro.

§ 3 Os representantes do corpo discente e técnico-administrativo serão indicados por suas entidades de classe e os representantes das Pró-Reitorias, pelos respectivos Pró-Reitores.

§ 4 Os demais representantes serão escolhidos em rodízio por indicação dos grupos participantes em programas de Extensão ou, em sua falta, por suas representações.

§ 5 Excetuando os itens I,II,III,IV e V, os demais representantes terão um mandato de dois anos, sendo permitida uma única recondução.

§ 6 O representante de Políticas Públicas de que trata o item XIII deste artigo, será escolhido entre as entidades públicas.

§ 7 O Comitê Assessor de Extensão se reunirá ordinariamente uma vez em cada mês e extraordinariamente por convocação do Pró-Reitor ou da maioria de seus membros.

Art. 8 São atribuições do Comitê Assessor de Extensão:

- I. Definir as Diretrizes Políticas de Extensão na UFAL em consonância com as propostas da Comunidade Acadêmica em sua interação com a sociedade.
- II. Analisar e aprovar projeto para a execução de atividades de extensão para encaminhamento ao CEPE.
- III. Avaliar relatórios de execução de projetos de atividades de extensão e recomendar a expedição de certificados para fins de avaliação acadêmica.

IV. Avaliar relatórios das atividades de alunos envolvidos em programas de extensão e recomendar a expedição de certificados para a devida consignação de créditos em sua vida escolar.

Art. 9 Cabe aos membros do Comitê Assessor de Extensão:

I. Contribuir para o planejamento, incentivar, supervisionar, acompanhar e encaminhar à Pró-Reitoria de Extensão as propostas de atividades de extensão da unidade e/ou de sua representação.

II. Orientar, no âmbito de sua unidade elou representação, procedimentos a serem observados no encaminhamento das propostas de atividades de extensão.

III. Articular-se junto ao Centro ou grupo representado, buscando o cumprimento do calendário proposto pela Pró-Reitoria de Extensão, dada a necessidade de previsão orçamentária semestral.

IV. Incentivar e articular, a nível de Centro e Departamento, a participação de interessados nas atividades de extensão e participar de suas reuniões de planejamento e avaliação.

V. Articular-se com os demais membros do Comitê Assessor de Extensão com vistas a compatibilizar propostas interdepartamentais ou que envolvam outras unidades ou grupos sociais.

VI. Fazer divulgar a programação das atividades de extensão, no âmbito dos Centros, Departamentos, Núcleos Temáticos, DCE, Centros Acadêmicos e outras unidades relacionadas com sua representação.

VII. Apresentar à Pró-Reitoria de Extensão, no final de cada semestre letivo, relatório-síntese de extensão sob sua responsabilidade.

§ 1 Os membros do Comitê Assessor de Extensão serão designados por Ato do Reitor, mediante indicação da respectiva unidade e/ou representação, encaminhada através da Pró-Reitoria de Extensão.

§ 2 Os representantes de cada Centro encaminharão as propostas de extensão dos Departamentos, através da Direção, após ciência do Conselho respectivo

Art.10 Perderá o mandato:

§ 1 o membro que for removido, transferido ou se afastar do setor que representa;

§ 2 a representação que faltar a três reuniões consecutivas ou a cinco alternadas;

§ 3 a critério do Comitê, o membro ou representação que descumprir esta Resolução.

Art. 11 Cabe ao Secretário Administrativo da PROEX, além das atribuições definidas no Regimento Interno da Reitoria, secretariar o Comitê Assessor de Extensão e exercer outras tarefas que lhe forem atribuídas por este Comitê.

Capítulo IV

DA PARTICIPACAO DISCENTE

Art. 12 As atividades de extensão, visando o aprimoramento do processo ensino aprendizagem, na formação de cidadãos-artistas-intelectuais-técnicos, capazes de pensar e agir criticamente frente às exigências coletivas, serão prioritariamente exercidas pelo corpo discente, sob orientação e coordenação de seus professores.

Art.13 Para integralização dos currículos plenos de todos os cursos de graduação, deverão constar créditos obtidos em atividades de extensão.

Art. 14 Ao corpo discente da UFAL é garantida a participação em programas e projetos de extensão, nas atividades desenvolvidas nos:

- a. Núcleos Permanentes de Extensão
- b. Eventos de Extensão
- c. Cursos de Extensão

Art. 15 O DCE e os Centros Acadêmicos poderão apresentar projetos de extensão com a supervisão de professores, visando viabilizar a integração UFAL/SOCIEDADE e a adequação de seus currículos com a formação profissional exigida pela realidade brasileira e regional.

Art.16 A participação discente nas atividades de extensão se dará na forma de:

- a. Estágio Curricular
- b. Estágio Técnico-Vivencial
- c. Aluno Participante
- d. Aluno Bolsista

§ 1 Entende-se **Estágio Curricular** como o momento da prática profissional, ao longo de cada curso, da consciência social e do compromisso político da atividade acadêmica, possibilitando o confronto entre a teoria e a prática para a formação integral do cidadão.

§ 2 Os Departamentos Acadêmicos devem buscar nos Programas de Extensão o lugar privilegiado para seus campos de estágio, priorizando atividades multidisciplinares, onde se integrarão os diversos profissionais, gerando propostas alternativas para a sociedade.

§ 3 Entende-se por **Estágio Técnico Vivencial**, as atividades desenvolvidas pelos alunos, não determinadas nos currículos mínimos e plenos dos cursos, porém, a eles pertinentes.

§ 4 Entende-se por **Aluno Participante** aquele que, sem a obrigatoriedade de uma das formas de estágio, se propõe a desenvolver programas de extensão juntamente com seus professores.

§ 5 Entende-se por **Aluno Bolsista** aquele que foi selecionado pelo Comitê Assessor de Extensão, mediante indicação de coordenador de projeto, em Núcleos Permanentes de Extensão, para desenvolver atividades programadas na Pró-Reitoria de Extensão.

Capítulo V

DA AVALIAÇÃO E CERTIFICADOS

Art. 17 Os Coordenadores dos Projetos de Extensão deverão encaminhar, ao final de cada período letivo, relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas, no semestre, destacando os seguintes itens:

1. Atividades desenvolvidas
2. Metas atingidas
3. Resultados alcançados pela comunidade
4. Atuação do Corpo Discente
5. Dificuldades encontradas
6. Proposta para solução de problemas
7. Conhecimentos gerados

Art. 18 Os alunos bolsistas deverão apresentar relatório de suas atividades até o dia 25 de cada mês ao coordenador do projeto de extensão, que o encaminhará à Pró-Reitoria de Extensão para registro e confecção de folha de pagamento.

Art. 19 Os relatórios das atividades de extensão serão avaliados pelo Comitê Assessor de Extensão que recomendará a expedição de certificados para fins de avaliação acadêmica.

Art. 20 As atividades de extensão realizadas de modo ininterrupto e continuado, em Núcleos Permanentes de Extensão, por estudantes bolsistas ou participantes, serão atribuídas notas de aproveitamento pelo coordenador do projeto, devendo serem consignados como créditos na vida escolar do aluno, salvaguardadas as especificidades de cada curso.

Art. 21 Ao final das atividades de extensão serão expedidos certificados que, além de identificação pessoal do participante, deverão constar:

1. Nome do Programa
2. Título do Projeto
3. Tipo de Participação
4. Conteúdo programático, quando for o caso
5. Período de execução ou carga horária
6. Menção de aproveitamento, quando houver verificação
7. Unidade executora da atividade (Centro, Departamento, etc.)
8. Nível acadêmico, quando for o caso

Art. 22 Os certificados devem ser assinados pelo Pró-Reitor de Extensão e anotados em registro apropriado da Pró-Reitoria de Extensão.

§ Único Para fins de avaliação acadêmica do docente, os Departamentos devem levar em consideração a natureza, a duração e a participação nas atividades, em Núcleos Permanentes, Eventos ou Cursos de Extensão.

Capítulo VI

DO FUNDO DE APOIO A EXTENSÃO

Art. 23 A UFAL criará um Fundo de Apoio à Extensão que tem por finalidade captar recursos para o desenvolvimento de suas atividades de extensão.

Art. 24 Os recursos produzidos por qualquer dos Programas de Extensão, através da prestação de serviços à comunidade, deverão ser orçamentados em rubricas próprias e gerenciados pelo respectivo Coordenador com o visto do Pró-Reitor.

§ Único Dos recursos de que trata o "caput" deste artigo, 10% serão alocados no Fundo de Apoio à Extensão.

Art. 25 Os recursos captados através de convênios, agências de financiamento, doações e outros servirão para a implementação de projetos e bolsas de extensão.

Título II

DOS PROGRAMAS DE EXTENSÃO

Art. 26 A Pró-Reitoria de Extensão, através da proposta de execução dos Departamentos Acadêmicos, desenvolverá os seguintes Programas:

- a. Programa Periferia
- b. Programa Cidadania
- c. Programa Vida e Saúde
- d. Programa Cultura e Lazer

§ 1 Os Programas de Extensão devem coordenar as atividades que abrangem experiências político-pedagógicas que viabilizem a troca entre o conhecimento acadêmico e o saber popular; a participação junto a diferentes segmentos da sociedade, integrando ações articulando ensino, pesquisa e extensão e divulgando as experiências resultantes dessas ações em benefício da comunidade, na realização do compromisso social da Universidade.

§ 2 Outros Programas poderão ser criados, a partir da leitura da realidade social pelos Departamentos Acadêmicos, mediante proposição apresentada pelo Comitê Assessor de Extensão ao CEPE.

Art. 27 As atividades dos Programas de Extensão serão executadas através de:

- I. Programações conjuntas entre os Departamentos, Núcleos Temáticos, Organizações Estudantis, docentes e técnico-administrativas, grupos e organizações populares.
- II. Convênios entre a UFAL e Instituições Públicas, Privadas e Organizações Sociais.

Capítulo I

DO PROGRAMA PERIFERIA

Art. 28 O Programa Periferia é vinculado à Coordenadoria de Extensão Comunitária, através de seu Coordenador e Assessores.

Art. 29 O Programa Periferia compreende a atuação da Universidade em Núcleos Permanentes de Extensão, tendo como ponto de partida o Campus Vicinal do Tabuleiro dos Martins e definido conforme o § 1º do Art. 5º desta Resolução.

Art. 30 o Programa Periferia dará ênfase à presença da UFAL no processo histórico, através de sua participação permanente junto aos diversos Movimentos Sociais, nas Associações de Moradores.

Art. 31 As atividades e projetos específicos do Programa Periferia deverão articular o plano departamental de extensão de cada Centro com os grupos e Movimentos Sociais existentes na Periferia da Cidade, integrando disciplinas, práticas de disciplinas, atividades de módulos livres e estágios curriculares, garantida participação de professores supervisores.

Capítulo II

DO PROGRAMA CIDADANIA

Art. 32 O Programa Cidadania é vinculado à Coordenadoria de Cursos de Extensão, através de seu Coordenador e Assessores.

Art. 33 O Programa Cidadania visa contribuir para o exercício da cidadania, através de um processo educativo, envolvendo questões relativas à educação, ao trabalho e a produção de tecnologias alternativas.

Art. 34 As atividades do Programa Cidadania serão executadas através de:

I. Eventos de Extensão, propiciando ao corpo social da UFAL discussões com representantes dos Movimentos Sociais, dos Trabalhadores, Empresários, da Sociedade Civil e Política, tendo em vista o exercício da cidadania.

II. Cursos de Extensão, visando a socialização do conhecimento produzido comunidade acadêmica.

III. Articulação com o Programa Periferia, promovendo educação popular alfabetização de adultos, num processo de conscientização comunitária para cidadania.

IV. Integração da Comunidade Acadêmica com a Sociedade, visando desenvolver experiências de tecnologias alternativas para a melhoria da qualidade de vida da população e o desenvolvimento sócio-econômico da região.

V. Promoção de ações de experimentação pedagógica e metodológica na área da educação à distância, nos segmentos formal e não formal, com a finalidade democratizar o acesso ao conhecimento acadêmico, a conteúdos culturais sistematizados e a tecnologias adaptadas ao desenvolvimento da nação.

Art. 35 A Coordenadoria do Programa Cidadania elaborará um calendário de eventos e cursos de extensão do semestre, considerando os recursos disponíveis, as solicitações encaminhadas e a programação de outros eventos na mesma área, promovidos pela UFAL.

Capítulo III

DO PROGRAMA VIDA E SAUDE

Art. 36 O Programa Vida e Saúde é vinculado à Coordenadoria de Esportes e Lazer, através de seu coordenador e assessores.

Art. 37 O Programa Vida e Saúde visa promover a melhoria da qualidade de vida e saúde da população do Estado, priorizando a área de responsabilidade da UFAL no SUS/AL, desenvolvendo ações de saúde coletiva e tecnologias alternativas, como forma de aprendizagem e produção de conhecimentos compatíveis com a realidade social.

Art. 38 As atividades do Programa Vida e Saúde serão executadas através de:

I. implementação do processo educativo com experiências vivenciadas nas comunidades, no contato direto com a problemática sócio-econômica, cultural e de saúde da população;

II. engajamento de docentes e estudantes nos Movimentos de Ação Comunitária para que busquem soluções apropriadas às necessidades sentidas pela comunidade, no campo da saúde;

III. inter-relação com as unidades do Sistema de Saúde do Estado de Alagoas, através do Núcleo de Saúde Pública da UFAL;

IV. realização de cursos, na área de saúde, que respondam uma demanda sentida pela comunidade;

V. realização de seminários, debates, fóruns e outros eventos sobre temas relacionados com a saúde, que sejam do interesse da UFAL e da Sociedade;

VI. articulação com os Grupos representativos dos Movimentos Sociais, em torno da defesa da vida e do meio ambiente;

VII. fomento às atividades de educação física e desportos, num processo de integração da Comunidade Acadêmica com a Sociedade.

Capítulo IV

DO PROGRAMA CULTURA E LAZER

Art. 39 O Programa Cultura e Lazer é vinculado à Coordenadoria de Extensão Cultural, através de seu coordenador e assessores.

Art. 40 O Programa Cultura e Lazer visa a preservação do patrimônio arquitetônico artístico e cultural da Humanidade e da região, ressaltando a riqueza da Cultura Popular e dando apoio e motivação para a produção e consumo de bens culturais não só da Comunidade Acadêmica, como também em meio à população do Estado.

Art. 41 As atividades do Programa Cultura e Lazer serão executadas através de:

I. Grupo de Tradições Folclóricas Théo Brandão para valorização da Cultura Popular, através de estudos antropológicos bem como manutenção dos grupos de folgedos universitários e apoio às manifestações da Cultura Popular do Estado.

II. Incentivo à Cultura Erudita por meio de festivais, concertos e integração da comunidade em audições de vídeo e áudio no Art-Studium do Espaço Cultural Universitário.

III. Preservação da memória cultural de Alagoas, através de documentação sobre os artistas alagoanos, as manifestações regionais e o movimentos artísticos da terra.

IV. Promoção e intercâmbio cultural com países estrangeiros e difusão de suas culturas e expressão lingüística, através do Fórum das Nações.

§ 1 As atividades do Fórum das Nações serão executadas, através das Casas de Cultura Estrangeira.

§ 2 O Fórum das Nações terá um Coordenador e seu substituto, designados por ato do Reitor, mediante indicação do Pró-Reitor de Extensão.

§ 3 Além de outras que possam vir a ser criadas, o Fórum das Nações se constitui por:

- a. Casa de Cultura Britânica
- b. Casa de Cultura e Expressão Francesa
- c. Casa de Cultura e Expressão Alemã
- d. Casa de Cultura Latino Americana
- e. Casa de Cultura Luso-Brasileira
- f. Casa de Cultura Oriental

§ 4 Além das promoções culturais, as Casas de Cultura poderão prestar serviços à comunidade, através de cursos regulares de línguas estrangeiras.

§ 5 Cada Casa de Cultura terá um Coordenador e um substituto designados por ato do Reitor, mediante indicação do Conselho de Centro do CHLA e homologação do Comitê Assessor de Extensão.

§ 6 O Grupo de Tradições folclóricas Théo Brandão terá um Coordenador e seu substituto, designados por ato do Reitor, mediante indicação do Pró-Reitor de Extensão.

Art. 42 O Programa Cultura e Lazer implantará progressivamente, no antigo edifício da Reitoria, situado na Praça Sinimbú, o Espaço Cultural Universitário, que será utilizado para as manifestações culturais da UFAL.

Art. 43 O Programa Cultura e Lazer promoverá atividades de Lazer não só para a Comunidade Acadêmica, como também para outros segmentos da sociedade, visando o aprimoramento do espírito, através do exercício lúdico.

Art. 44 As atividades de extensão terão espaço móvel e aberto à comunidade, através do Circo de Extensão Universitária (CEU) para desenvolvimento de seus programas de Cultura, Educação, Saúde e Cidadania.

§ Único O Circo de Extensão Universitária terá um Coordenador e seu substituto, designados por ato do Reitor, mediante indicação do Pró-Reitor de Extensão.

Título I

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 45 Os casos omissos serão tratados em primeira instância no Comitê Assessor de Extensão e em grau de normatização pela Câmara de Extensão, que apresentará parecer ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) para aprovação.

Art. 46 Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Maceió, Sala dos Conselhos Superiores da UFAL, 19/09/1989

Prof^a Delza Leite Goes Gitai
- Presidenta

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

CONSELHO UNIVERSITARIO

Resolução n° 42/91 de 04 de setembro de 1991

DETERMINA LOCAL PARA EXECUÇÃO DE
ATIVIDADES DE AÇÃO CULTURAL NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS.

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo em vista o que consta do Processo n° 0136/90-91 e de acordo com a deliberação tomada em sessão realizada, no dia 04 de setembro de 1991;

CONSIDERANDO o parecer de sua Câmara de Assuntos Administrativos e Financeiros, aprovado em reunião realizada no dia 02.05.90;

CONSIDERANDO ser a Universidade o lugar privilegiado onde se dá o encontro dos diversos segmentos da sociedade para a construção do processo civilizatório da nação;

CONSIDERANDO ser a arte e a cultura bens primordiais de nosso povo para a consolidação de sua identidade nacional;

CONSIDERANDO ser a ciência e a tecnologia apenas uma face do ser homem;

CONSIDERANDO ser o homem integral a manifestação da racionalidade e das emoções estéticas;

CONSIDERANDO ser a arte e a cultura construtoras do homem integral

CONSIDERANDO o Art. 42 da Resolução no 012/89 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão,

RESOLVE:

Art. 1º - As atividades de ação cultural da Universidade Federal de Alagoas serão executadas pela PROEX, no Espaço Cultural Universitário, conforme Resolução n 012/89-CEPTE, Art. 42

Art. 2º O Espaço Cultural Universitário tem por objetivo a preservação do patrimônio arquitetônico, artístico e cultural da humanidade e da região, ressaltando a riqueza da Cultura Popular e dando apoio e motivação para a produção, circulação e consumo de bens artístico-culturais não só da comunidade acadêmica, como também da população do Estado.

Art. 3º - A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), através de seu Programa Cultura e Lazer (Resolução CEPE, 12/89), coordenará as atividades culturais, artísticas e de tempo livre, bem como administrará as necessidades do Espaço Cultural Universitário.

Art. 4º - Aprovar o Regimento Interno do Espaço Cultural Universitário em anexo, recomendando sua imediata execução.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões dos Conselhos Superiores da UFAL, em 04 de Setembro de 1991.

Prof. Rogério Moura Pinheiro

Presidente

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

REGIMENTO INTERNO DO ESPAÇO CULTURAL UNIVERSITÁRIO

Capítulo I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art.1º As atividades de produção, circulação, consumo e preservação de culturais da Universidade Federal de Alagoas, serão prioritariamente programadas no Espaço Cultural Universitário, sob a coordenação do Programa de Cultura e lazer da Pró-Reitoria de Extensão.

Art.2º Para efeito deste Regimento, considera-se extensão cultural toda forma de manifestações da vida cultural e artística, articulando o ensino e a pesquisa numa relação permanente entre a Universidade e a Sociedade.

§ Único - Dentro desta concepção considera-se que a extensão cultural:

I. - Representa o esforço da Universidade para consolidar uma política cultura o Estado, articulando os diversos órgãos responsáveis pela preservação e desenvolvimento das artes e cultura.

II. - Constitui um veículo de comunicação permanente com outros setores da sociedade no sentido do desenvolvimento artístico-cultural de nosso povo.

III. - É um meio para formar o cidadão integral não só capacitado pela ciência técnica, mas também portador da sensibilidade estética necessária para o desempenho de suas funções profissionais e sociais.

IV. - É um meio alternativo de produção artística e cultural, de aprendizado mútuo de realização de uma política cultural para o Estado, integrando a Universidade e a Sociedade.

V. - Estimula a vivência sócio-cultural e artística dos professores, alunos e funcionários, através de uma ação interdepartamental e interinstitucional, solidária e co-participada entre a Universidade e a população.

Art. 3º - O Espaço Cultural Universitário será regido pelos seguintes objetivos:

I. - Estimular a criatividade de professores, alunos, técnico-administrativos da UFAL, bem como da população do Estado.

II. - Abrir campo às atividades de arte e cultura em suas mais diversas manifestações.

III.- Manter dependências e serviços a fim de possibilitar o aperfeiçoamento técnico da produção artística e cultural da comunidade universitária e de outros segmentos da população do Estado.

IV. - Promover eventos, visando incentivar o gosto pelas artes e a cultura tais como: festivais, encontros, seminários, espetáculos, oficinas, exposições, etc.

V. - Incentivar o associativismo dos elementos de produção cultural para que se legitimem a nível de sociedade política e civil.

VI. - Registrar, estudar e divulgar o fazer cultural das diversas regiões do Estado e da Nação.

VII. - Implantar a atividades cultural como ação permanente da Universidade Federal de Alagoas.

VIII. - Celebrar convênios, através da Reitoria da UFAL, c acordos operacionais com outras entidades públicas ou privadas, no país ou exterior, visando a consecução destes objetivos.

Capítulo II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art.4 - A estrutura organizacional do Espaço Cultural Universitário é constituída dos seguintes órgãos:

- I. - Conselho Consultivo
- II. - Direção Geral
- III.- Secretaria Administrativa
- V. - Departamento de Relações Públicas
- V. - Biblioteca Setorial
- VI. - Administração Geral do Prédio
- VII. - Grupo de Amigos e Patrocinadores de Cultura Alagoana

Art.5º - O Espaço Cultural Universitário será dirigido pelo Coordenador do Programa Cultura e Lazer da PROEX ou seu substituto imediato.

Art.6º - O Conselho Consultivo será composto pelos seguintes membros:

- I. Diretor Geral do Espaço Cultural
- II. Diretores de Centros Acadêmicos
- III. Um representante dos servidores técnico-administrativos
- IV. Um representante do Diretório Central dos Estudantes
- V. - Um representante dos servidores aposentados

§ 1º - O Conselho Consultivo será presidido pelo Diretor Geral do Espaço Cultural.

§ 2º - Os representantes de que trata os itens II e IV serão indicados pelas suas entidades de classe.

§ 3º - O representante de que trata o item V será indicado pelo Departamento do Saber Acumulado.

Art.7º Compete ao Conselho Consultivo:

- I. Apreciar a Programação do Espaço Cultural:
- II. Proceder a articulação entre a Direção do Espaço Cultural, os Centros e Departamento Acadêmicos, os discentes e servidores aposentados.

§ Único - O Conselho Consultivo reunir-se-á ordinariamente pelo menos duas vezes por ano, no início dos períodos letivos.

Art.8º - Compete ao Diretor Geral do Espaço Cultural:

- I. - Dirigir, orientar e supervisionar todas as atividades em execução no Espaço Cultural Universitário.
- II. - Zelar pela manutenção da ordem e administração do Espaço Cultural, não só no aspecto físico como também programático.
- III. - Administrar e controlar as planilhas de orçamento e outros recursos advindos de convênios, prestação de serviços e doações para atividades culturais.

IV. - Representar a Pró-Reitoria de Extensão junto aos órgãos de Cultura da Sociedade Política e Civil.

Art.9 Cabe ao Secretário Administrativo:

I. Coordenar todas as atividades de apoio técnico-administrativo, no âmbito do Espaço Cultural.

II. - Secretariar as reuniões da Coordenadoria de Extensão Cultural.

III.- Expedir, receber e protocolar a correspondência e documentos referentes às atividades do Espaço Cultural.

IV. - Manter em ordem as planilhas de orçamentação, empenhos e ordenação de despesas não só oriundas dos recursos próprios do Espaço Cultural, como também dos convênios celebrados com outros órgãos de políticas públicas ou da sociedade civil.

V. - Receber, protocolar e registrar em livro próprio e providenciar fichário de acompanhamento de cada projeto cultural em execução no Espaço Cultural Universitário.

VI. - Receber processos, relatórios e documentação referentes aos diversos programas e atividades de Extensão Cultural, para encaminhamento à Coordenadoria de Extensão Cultural da PROEX.

VII.- Exercer outras tarefas que lhe forem atribuídas pelo Diretor Geral do Espaço Cultural Universitário.

Art.10 - Compete ao Coordenador de Relações Públicas do Espaço Cultural:

I.- Organizar e viabilizar o sistema de marketing do Espaço Cultural, criando as condições necessárias, diante de empresários, órgãos financiadores e sociedade política e civil para o desenvolvimento de ações culturais e artísticas no Estado.

II. Estruturar o sistema de captação de recursos, através de banco de dados de possíveis financiadores, agilizando a comunicação entre programadores de cultura e as fontes de recursos e de patrocinadores para cada área da produção artística e cultural.

III. - Elaborar projetos para viabilizar as condições necessárias para a venda de bens culturais produzidos no Espaço Cultural.

IV. - Coordenar, orientar e supervisionar o cerimonial de eventos promovidos no Espaço Cultural.

V. - Divulgar os eventos culturais a serem realizados no Espaço Cultural Universitário, através dos meios de comunicação locais e confecção de cartazes, faixas e memorandos dirigidos à comunidade acadêmica.

VI - Organizar a Hemeroteca do Espaço Cultural para preservação da Memória Cultural da Universidade.

VII.- Agilizar a comunicação entre os diversos órgãos produtores de cultura não só âmbito do Espaço Cultural, como também no Estado.

VIII. Agilizar a comunicação entre os diversos órgãos da Universidade, preparando relatórios e prestando informações rápidas, quando requeridas por outros órgãos da administração universitária.

Art.11 - O Espaço Cultural Universitário disporá de uma Biblioteca Setorial, que guardará todo o acervo dos Programas Culturais, servindo como espaço de pesquisas, consultas e produção científica.

§ 1º - A Biblioteca Setorial do Espaço Cultural, vinculada técnica e administrativamente ao Sistema de Bibliotecas da UFAL (SIBI/UFAL), terá um Bibliotecário e seu substituto a quem compete:

- I. - Organizar tecnicamente todo o acervo bibliográfico
- II. - Manter em ordem as instalações da Biblioteca
- III.- Ordenar o serviço de consultas e pesquisas

§ 2º - A Biblioteca Setorial do Espaço Cultural fará intercâmbio com Embaixadas, órgãos estatais e outras Bibliotecas do País e do Exterior, visando aumentar seu acervo.

Art. 12 - Compete ao Administrador Geral do Prédio:

- I. - Coordenar as atividades da Portaria do Espaço Cultural
- II. - Zelar pela manutenção de todos os equipamentos existentes no Espaço Cultural, bem como pelo bom funcionamento das instalações físicas do prédio.
- III.- Coordenar as atividades de vigilância e guarda do patrimônio do Espaço Cultural Universitário.

Capítulo III

DOS PROGRAMAS DE EXTENSÃO CULTURAL

Art.13 - A extensão cultural universitária desenvolverá programas para fomentar o processo educativo, cultural e artístico da comunidade acadêmica, articulando o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabilizando a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade.

§ 1º - Os Programas de: Extensão Cultural visam a preservação do patrimônio arquitetônico, artístico e cultural da humanidade e da região, ressaltando a riqueza da Cultura Popular e dando apoio e motivação para a produção e consumo de bens culturais não só da comunidade acadêmica, como também em meio à população do Estado.

§ 2º - Cada Programa terá um Coordenador e seu substituto, designados por Portaria do Reitor.

Art.14 - O Espaço Cultural Universitário abrigará, entre outros que poderão ser implementados, os seguintes programas:

- I. - Programa de Imagem e Som
- II. - Programa de Cultura Popular
- II.- Programa de Culturas Estrangeiras
- IV. - Programa de Cultura Negra
- V. - Programa de Oficinas de Arte
- VI. - Programa de Integração da Terceira Idade

Art. 15 - O **Programa de Imagem e Som** visa a preservação do patrimônio artístico e cultural da humanidade, viabilizando o registro e conservação eletrônica do que foi produzido, ao longo da História, no campo das artes, da ciência e tecnologia.

§ 1º - O Programa de Imagem e Som coordenará as atividades do **Stadium-Art** com apresentações permanentes para a comunidade de seu acervo de óperas, orquestras, balés, eruditas e populares, bem como documentários científicos e tecnológicos.

§ 2º - O Programa de Imagem e Som facilitará o processo de ensino-aprendizagem, através de apresentações para a comunidade acadêmica e escolas da comunidade.

Art.16 O Programa de Imagem e Som coordenará o **Centro de Preservação da Memória Cultural do Estado**, visando o acervo artístico e sua perpetuação, através de documentação audiovisual e escrita sobre artistas alagoanos, as manifestações regionais e o movimento artístico da terra.

§ Único - A Memória Cultural do Estado será consolidada através da criação de:

- . Arquivos
- . Hemeroteca
- . Museu de Luz e Som

Art. 17 - **O Programa de Cultura Popular** visa a valorização da Cultura Popular, através de estudos antropológicos e registros áudio-visuais, além da manutenção de grupo para-folclóricos formados por membros da comunidade acadêmica.

§ 1º - O Programa de Cultura Popular manterá, entre outros:

- I. - Grupo de Tradições Folclóricas Théo Brandão
- II. - Grupo de Capoeira “Dança e Luta pela Liberdade”
- III. - Oficina de Artesanato
- IV. - Oficina de Artes e Teatro Popular
- V. - Núcleo de Estudos de Cultura Popular

§ 2º - As atividades do Programa de Cultura Popular serão regidas pelo que dispõe a resolução nº 12/89-CEPE nos artigos 40 e 41 § 6º.

Art.18 - **O Programa de Culturas Estrangeiras** visa a promoção do intercâmbio cultural com países estrangeiros e a difusão de suas culturas e expressão lingüísticas.

Art.19 - O Programa de Culturas Estrangeiras será coordenado pelo Fórum das Nações, conforme disposição da Resolução nº 12/89 do CEPE no art. §§ 1º a 5º.

Art.20 - Além de outras que possuem vir a ser criadas, o Fórum das Nações se constitui por:

- I. - Casa de Cultura Britânica
- II. - Casa de Cultura e Expressão Francesa
- III.- Casa de Cultura e Expressão Alemã
- IV. - Casa de Cultura Latino-Americana
- V. - Casa de Cultura Luso-Brasileira
- VI. - Casa de Cultura Oriental
- VII.- Núcleo de Esperanto

Art.21 - As Casas de Cultura desenvolverão seminários, cursos regulares e eventuais de línguas estrangeiras para a comunidade, implantando laboratórios de língua e prestação de serviços de tradução de intérpretes.

Art.22 - As Casas de Culturas Estrangeiras realizarão eventos para a difusão da cultura de outros países, num esforço de integração entre os povos.

Art.23 - O Programa de Cultura de Negra visa a preservação do patrimônio artístico e cultura da raça negra em suas diversas manifestações no seio da nacionalidade.

§ 1º - O Programa de Cultura de Negra terá um Coordenador e seu substituto que fará a articulação, no Espaço Cultural, com o NEAB e o os diversos grupos negros de Alagoas.

§ 2º - O Programa de Cultura de Negra desenvolverá as seguintes atividades em articulação com as Oficinas de Artes:

- I. - Grupos de Capoeira “Dança e Luta pela Liberdade”
- II. - Grupo de Dança Afro-Brasileira
- III - Grupo de Culinária Afro-Brasileira
- IV. - Grupo de Música Afro-Brasileira

Art.24 - **O Programa de Oficinas de Artes** visa estimular o desenvolvimento da sensibilidade artística entre alunos e na comunidade alagoana, através de cursos, galerias e outras promoções para o despertar da criatividade no campo das artes.

Art.25 - O Programa de Oficinas de Artes terá um Coordenador Geral e Coordenadores para cada área do saber artístico, aos quais compete viabilizar a produção das artes e integrar os diversos programas do Espaço Cultural Universitário.

Art.26 - Entre outras que poderão vir a ser criadas, o Espaço Cultural Universitário terá as seguintes Oficinas de Artes:

- I. - Oficina de Artes
- II. - Oficina de Teatro
- III.- Oficina de Artes Plásticas
- IV.- Oficina de Poesia e Literatura

Art.27 - As Oficinas de Artes desenvolverão as seguintes atividades;

- I. - Cursos Permanentes de Artes
- II. - Eventos Artísticos para a Comunidade
- III. - Concursos, Exposições, Galerias, etc.
- IV. - Manutenção de Grupos Artísticos

§ Único - As Oficinas de Artes terão recursos próprios, provenientes de cursos, eventos artísticos, convênios e doações, que serão orçamentados, em rubrica própria, no Fundo de Apoio à Cultura.

Art.28 - **O Programa de Apoio à Terceira Idade** visa integrar os servidores aposentados da UFAL, participantes do Departamento do Saber Acumulado, e da comunidade, numa ação de aproveitamento do tempo livre em atividades culturais e artísticas.

Art. 29 - O Programa de Apoio à Terceira Idade oferecerá oportunidades de integração, nos programas de extensão, para os servidores aposentados da UFAL, viabilizando sua participação na vida acadêmica.

Art.30 - O Programa Vida e Tempo Livre desenvolverá atividades recreativa ressaltando a importância do exercício mental para o bom aproveitamento do tempo livre à comunidade.

Art.31 - O Programa Vida e Lazer desenvolverá, entre outras, as seguintes atividades:

- I. - Clube de Xadrez
- II. - Clube de Damas
- III.- Clube de Charadistas
- IV. - Clube Filatélico
- V. - Clube de Astronomia

Art.32 Os Órgãos Suplementares da Reitoria, vinculados à produção de cultura e artes, desempenharão suas atividades no Espaço Cultural Universitário e serão normatizados por Regimentos próprios.

Capítulo IV

DA PARTICIPAÇÃO DISCENTE

Art.33 - As atividades de extensão cultural, visando o aprimoramento do processos ensino-aprendizagem, na formação integral do cidadão, profissional e artista, serão prioritariamente exercidas pelo corpo discente, sob orientação e coordenação de seus professores.

Art.34 - O Diretório Central dos Estudantes da UFAL disporá de local apropriado no Espaço Cultural Universitário para o exercício de suas atividades artístico-culturais.

§ 1º - A Coordenação Geral do DCE será responsável por toda programação e execução de projetos que visem a integração do corpo discente no movimento artístico Universidade.

§ 2º - Cabe à Coordenação do DCE, através da Direção do Espaço Cultural Universitário, explorar a área livre do antigo estacionamento para ponto de encontro artístico-cultural da comunidade estudantil.

Capítulo V

DO PATROCÍNIO E APOIO A CULTURA

Art.35 O Espaço Cultural Universitário sedeará o Grupo de Amigos e Patrocinadores da Cultura Alagoana.

Art.36 - O Grupo de Amigos e Patrocinadores da Cultura Alagoana será constituído por aqueles que, sensibilizados pela Cultura e as Artes, se comprometerem na luta pelo desenvolvimento das expressões artísticas em Alagoas, não só financiando projetos e eventos, como também promovendo as condições necessárias para o bom desempenho dos artísticas da região.

Art.37 - Mediante indicação do Comitê Assessor de Extensão, o Conselho Universitário conferirá anualmente Medalha do Mérito Cultural àquele que tiver contribuído para o desenvolvimento das Artes em Alagoas.

Art.38 A UFAL criará um Fundo de Apoio à Cultura que tem por finalidade captar recursos para o desenvolvimento de suas atividades de extensão cultural.

Art.39 Os recursos produzidos por qualquer dos programas de extensão cultural, através da prestação de serviços à comunidade, deverão ser orçamentados em rubricas próprias e gerenciados pelo respectivo coordenador com o visto do Diretor do Espaço Cultural Universitário.

§ 1º - Dos recursos de que trata o caput deste artigo, 10% serão alocados no Fundo de Apoio à Cultura e serão orçamentados em rubrica própria para fazer face às despesas gerais do Espaço Cultural Universitário.

§ 2º - Os recursos captados através de convênios, agências de financiamento, doações e outros servirão para a implementação de projetos e bolsas de extensão.

Capítulo VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.40 - Os casos omissos serão tratados em primeira instância no Comitê Assessor Extensão (Res. CEPE 12/89) e em grau de normatização pela Câmara de Extensão, apresentará parecer ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) para aprovação

Art.41 - Este Regimento entra em vigor, nesta data, revogadas as disposições contrário.

Maceió, Sala dos Conselhos Superiores da UFAL,4/09/1991

Prof. Rogério Moura Pinheiro
Presidente

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Resolução CEPE n° 33/90 de 21 de novembro de 1990

CRIA O DEPARTAMENTO DO SABER ACUMULADO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo em vista o que consta do Processo n° 1246/90-24 e de acordo com a deliberação tomada em sessão realizada no dia 21 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO o patrimônio de saber e experiência acumulados ao longo de anos por professores e servidores técnico-administrativos;

CONSIDERANDO a importância da participação daqueles que já se aposentaram na vida acadêmica, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;

CONSIDERANDO a necessidade de integração das gerações no campo da produção, transmissão e socialização do saber;

CONSIDERANDO o compromisso social da Universidade para viabilizar a comunicação e integração dos inativos de outros setores da sociedade civil e política,

RESOLVE:

Art. 1° Criar o Departamento do Saber Acumulado da UFAL, como programa vinculado à Pró-Reitoria de Extensão, com o objetivo de articular as atividades de professores, servidores técnico-administrativos e outros inativos da sociedade civil e política.

Art. 20 - O Departamento do Saber Acumulado promoverá meios para que, sem ônus para a Universidade, os aposentados, portadores de títulos universitários, possam participar da vida acadêmica, nas atividades de pesquisa e extensão e, eventualmente, em seminários e outras modalidades de ensino.

Art. 3º - Compete ao Departamento do Saber Acumulado incentivar os antigos da sociedade civil e política e os aposentados da Universidade para participarem dos Núcleos Temáticos Programas de Pesquisa e Extensão e outras atividades acadêmicas.

Art. 4º - O Departamento do Saber Acumulado terá um Chefe e seu substituto designados através de Portaria do Reitor.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões dos Colegiados Superiores da UFAL, em 21 de novembro de 1990

Prof. Rogério Moura Pinheiro
Presidente

CAMPUS VICINAL

UMA EXPERIÊNCIA PILOTO

DE

EXTENSÃO NA UFAL

CAMPUS VICINAL

UMA EXPERIÊNCIA PILOTO DE EXTENSÃO

Por determinação do Conselho Universitário foi escolhido o Bairro do Tabuleiro do Martins como Campus Vicinal da Universidade Federal de Alagoas. A Pró-Reitoria de Extensão começou a delimitar os limites do Campus e ao mesmo tempo entrar em contato com os seus moradores, através de suas Associações. De início foram definidas as metas prioritárias que, com persistência, foram implementadas.

- ◆ Levantamento Sócio- Econômico, Político e Cultural do Bairro
 - ◆ Criação do Fórum Política e Cidadania
 - ◆ Tentativa de Implantação de Campos de Estágio
 - ◆ Implementação de Projetos Prioritários
-

UMA APROXIMAÇÃO DA REALIDADE DO CAMPUS VICINAL LEVANTAMENTO SÓCIO-ECONOMICO-CULTURAL DO TABULEIRO DO MARTINS CAMPUS VICINAL

A pesquisa foi realizada no período compreendido entre março de 1988 a agosto de 1990, com o objetivo de delimitar uma área na circunvizinhança do Campus, denominada Campus Vicinal da UFAL, para a qual a Universidade direcionou seus programas de extensão.

O trabalho se constituiu em situar geograficamente e historicamente o Tabuleiro do Martins, arrolar os domicílios, identificar as Associações e Grupos Sociais, estudar o Parque Industrial e o Campus Vicinal, além de caracterizar a sua população e documentar fotograficamente o bairro.

Os estudos histórico e geográfico realizados demonstram que a expressão bairro do Tabuleiro uma redefinição; a expressão é utilizada para referir-se à área delimitada como Campus Vicinal e também entendida como o espaço menor, correspondente ao Tabuleiro Velho. Por sua vez, o crescimento demográfico do Tabuleiro ocasionou o surgimento de núcleos habitacionais e sua divisão em bairros: Tabuleiro Velho, Tabuleiro Novo, Tabuleiro do Pinto, Clima Bom I e Clima Bom II, entre outros, aos quais cabe também, pela população, a designação de Tabuleiro dos Martins.

Foram arrolados 14.888 domicílios, incluído nesse número, a existência de domicílios que associam as funções de moradia e estabelecimentos de prestação de serviços, comércio ou pequenas fábricas.

Sendo a média populacional de 4,74 habitantes por domicílio, estima-se em 70.569 o total de habitantes dos domicílios arrolados no Campus Vicinal, em 1989, quando os dados foram coletados.

Essa população deve ter sido ampliada em consequência do processo de expansão já verificado por ocasião da pesquisa, que registrou um número de 235 construções em andamento; a esta observação deve-se acrescentar a menção do grande número de favelas em proliferação na área.

Foi realizado o levantamento das Associações de Moradores e dos Grupos Sociais existentes na localidade e foram identificadas e arroladas as instituições situadas no Tabuleiro do Martins.

Durante a pesquisa, ficou constatado que em apenas 2% dos domicílios abordados registrava-se a presença de trabalhadores do Parque Industrial, verificando-se com isso que, ao contrário do que se pensava, a população não se compõe, em sua maioria, de trabalhadores do Distrito Industrial Gov. Luis Cavalcante.

O bairro é caracterizado como residencial, com a tendência ao desenvolvimento de atividades de comércio, prestação de serviços e indústrias caseiras.

Como consequência dos estudos o Distrito Industrial Gov. Luis Cavalcante DILC e sobre as unidades constitutivas do Parque Industrial do Campus Vicinal, dois fatos merecem especial atenção: o número de unidades industriais desativadas no DILC e a deficiente infraestrutura disponível para as demais unidades em atividade no Tabuleiro.

Das informações sobre as condições de educação, saúde e habitação da população, conseguida diretamente da abordagem nos domicílios, chega-se às seguintes conclusões: há uma situação de carência em relação à educação, tendo em vista o alto índice de analfabetismo, o baixo grau de instrução e o número de pessoas que não frequentam a escola; a população não é satisfatoriamente atendida em questão de saúde, tendo ficado evidenciado durante a pesquisa, a utilização de medicamentos caseiros e a procura do atendimento de farmácias para suprir às necessidades do atendimento médico; um quadro favorável registra-se no que se refere às condições de habitação da população, entretanto, a proliferação de favelas na área, provoca a alteração qualitativa das condições registradas naquele quadro.

PERSPECTIVAS

O trabalho realizado permitiu vislumbrar possibilidades de desenvolvimento de atividade projetos pelos diversos Departamentos da Universidade.

Tratando-se, especificamente, das expectativas das Associações de Moradores e dos Grupos Sociais existentes no Campus Vicinal quanto à atuação da Universidade, pode-se sugerir o desenvolvimento de trabalhos no sentido de: incentivo aos grupos folclóricos, apoio busca de solução para os problemas de saneamento básico; realização de reuniões e palestras para a população em geral e não apenas para os representantes das Associações; apoio à

construção e recuperação de praças realização de palestras sobre saneamento e políticas publicas.

Considerando-se os gerais do levantamento é possível evidenciar outras alternativas de atuação da Universidade isoladamente ou em articulação com as Entidades Representativas das Indústrias, como as que a seguir se registram.

A partir da pesquisa realizada no Tabuleiro do Martins (Campus Vicinal), estender a experiência vivenciada por alunos e professores do Departamento de Geografia e Meteorologia a outras localidades de Maceió, contribuindo para a revisão dos limites dos bairros da cidade, alteradas pela expansão demográfica registrada nas últimas décadas.

Aprofundar o estudo sobre a evolução histórica do Tabuleiro do Martins e estender a experiência a outros bairros, criando novas alternativas de pesquisa para o Departamento de História.

Aprofundar estudos para fins de desenvolvimento de projetos em planejamento urbano, estudo de tráfego, ordenação do crescimento dos bairros, saneamento básico, drenagem e escoamento de águas e outros, todos referentes às atividades próprias do Centro de Tecnologia da Universidade (CTEC).

Realizar cursos que contribuam para superar as dificuldades enfrentadas pelas indústrias quanto à não qualificação de mão-de-obra disponível no Campus Vicinal.

Confrontar os dados do levantamento realizado com as informações oficiais a respeito da saúde e da educação, para fins de definição de linhas de ação que venham a atender às necessidades e expectativas da população, registradas no corpo deste documento.

Realizar cursos que possibilitem aos pequenos empresários, noções de contabilidade, economia, administração e direito, incentivando e fortalecendo suas iniciativas.

Imprimir continuidade às atividades de assessoria e apoio às As Associações de Moradores e Grupos Sociais do Campus Vicinal, visando fortalecê-las como elementos para reivindicações populares.

Desenvolver atividades que estimulem a prática de esporte e recreação.

Em suma, tendo em vista o novo conceito de Extensão Universitária, abrem-se inúmeras possibilidades de desenvolvimento de trabalhos que poderão estar no âmbito das atividades próprias de cada um ou de todos os Departamentos da UFAL, independentemente ou em articulação com entidades externas, sempre com o envolvimento da população.

FÓRUM POLITICA E CIDADANIA

Um Encontro com a Sociedade Civil Organizada

A Extensão concebida como um processo de educação permanente põe a possibilidade de se constituir num vínculo de integração das atividades acadêmicas com a

realidade. Dentro desta ótica e, por entender que o compromisso social da Universidade implica na realização de um trabalho efetivo e sistemático com as formas de expressão da sociedade - os Movimentos Sociais - os Programas Cidadania e Periferia da PROEX, a partir de 1989, desenvolveram com os Movimentos Sociais do Campus Vicinal da UFAL, o **Fórum Política e Cidadania**.

Esse encontro Universidade x Movimentos Sociais configurou-se numa perspectiva de exercício da cidadania, entendida como movimento visa a incorporação de novos grupos ao gozo dos direitos sociais. Propiciou um espaço coletivo para reflexão e análise do contexto de realidade e a busca de alternativas sobre as questões dos direitos sociais.

Nas reuniões realizadas, sistematicamente, foram discutidos problemas referentes à cidadania através de um processo educativo, envolvendo questões relativas às políticas públicas: saúde, educação, trabalho, saneamento e outros, identificando-se as demandas efetivas e articulando-as com as diferentes áreas acadêmicas da UFAL, dentro da divisão social do conhecimento.

O Fórum proporcionou a professores e alunos o contato direto com as organizações populares e a transposição dos muros da Universidade, permitindo o exercício profissional numa relação direta com a realidade e a troca de saberes acadêmicos x popular. A dinâmica do processo produziu tópicos que foram objeto de estudo científico, exercendo um papel renovador na esfera acadêmica.

Por outro lado, possibilitou aos Movimentos Sociais do Campus Vicinal o acesso à Universidade, na medida em que foi estabelecido um canal nas relações da sociedade com a UFAL.

Em 1991, o Fórum Política e Cidadania, extrapolou os limites do Campus Vicinal e teve rebatimento a nível Estadual. A PROEX foi procurada pelo Movimento de Articulação Comunitária de Alagoas - MACAL - para prestar assessoramento científico-metodológico no planejamento, divulgação e realização do Iº Congresso Estadual das Associações Comunitárias de Alagoas - Iº CEDAC.AL¹.

O evento visava a mobilização das Associações de Moradores do Estado e a criação de uma Federação Estadual, vinculada à Confederação Nacional das Associações de Moradores - CONAM. A equipe técnica da PROEX, a partir das demandas apresentadas pela MACAL, mobilizou professores e alunos de diversos segmentos acadêmicos e articulou-se no sentido de consolidar o referido assessoramento.

A programação do Congresso foi coletivamente construída (MACAL e Universidade) e estruturada em três instâncias: Análise da conjuntura Nacional e Local; Análise das Políticas Públicas Setoriais e a criação da Federação Estadual de Associações de Moradores.

O evento constituiu-se num espaço privilegiado, onde os debates e discussões foram estabelecidos a partir do cotidiano dos participantes, buscando ultrapassá-lo. Resultou na pro-

¹ Vide Anais do Iº Congresso Estadual das Associações comunitárias de Alagoas. Iº CEDAC/AL., PROEX/UFAL, 1991

dução de alternativas de enfrentamento quanto às questões trabalhadas pelos grupos na esfera das Políticas Públicas Setoriais e consolidadas em Plenária e culminou com a criação da Federação Estadual das Associações de Moradores do Estado de Alagoas - FAMEAL.

O trabalho efetivado no Fórum Política e Cidadania e a própria ultrapassagem dos limites do Campus Vicinal, indo até os Movimentos Sociais do Estado, representou principalmente um salto qualitativo dentro das próprias diretrizes políticas da extensão universitária. Significou também a efetivação do compromisso consubstanciado e solidificado na trajetória do trabalho e que representa hoje, um patamar para a continuidade do atendimento às demandas postas pelos Movimentos Sociais e oficializadas pela FAMEAL junto ao Conselho Universitário em 14/11/91.

ESTÁGIO CURRICULAR NO CAMPUS VICINAL

"A equipe da PROEX elaborou em 1989 uma Proposta de Extensão², visando a implementação do Campus Vicinal da UFAL, tendo como eixo, a questão do Estágio Supervisionado, enquanto momento privilegiado da prática acadêmica, numa tentativa de possibilitar a formação dos Núcleos Permanentes de Extensão da UFAL. Para tanto apresentamos a seguir tópicos do projeto, bem como pontuamos os objetivos alcançados e as propostas de sugestões para a possível continuidade do trabalho:

A Universidade Brasileira vem repensando a sua dimensão política e a sua presença no processo histórico, devendo constituir-se num espaço de ampliação do patrimônio do saber que sendo constituído pela humanidade e que deve ser colocando a serviço da população, fornecendo elementos para interpretação e transformação da realidade; assim como para formação de profissionais críticos e comprometidos com a realidade social. Suas ações devem ser dirigidas para as questões sociais e basear-se nas demandas da sociedade-necessidades, interesses e anseios.

As suas dimensões ensino, pesquisa e extensão devem ser vistas de forma indissociável, possibilitando assim a formação de cidadãos intelectuais técnicos que possam pensar e agir criticamente frente às exigências coletivas. Para atender a essa exigência mister se faz a renovação do conceito de sala de aula, sendo atualmente entendido numa dimensão crítica, espaço em que os professores, alunos e população são sujeitos no ato de aprender e produzir conhecimentos e formar recursos humanos. Engloba todos os espaços dentro e fora da Universidade em que se realiza processo histórico-social e alicerça-se na relação teoria/prática, consciência e auto-consciência.

²Delineamento de uma proposta de Extensão no Campus vicinal da UPAL. PROEX, 1990: Ara Maria Ávila de Mendonça, Maria Cristina Rodrigues Nolasco de Araujo e Zilta da Silva Nogueira.

Dentro desse contexto a extensão está sendo concebida como um "...processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade"³, conseqüentemente ocorrendo o processo de retroalimentação. A troca de saberes sistematizado-acadêmico e popular resultaria na produção do conhecimento decorrente do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade.

A extensão, além de instrumentalizadora disse processo dialético de teoria/prática, é também um processo interdisciplinar e transdisciplinar que favorece a visão de totalidade do social, além de ter em vista o exercício da cidadania como valor norteador da práxis universitária.

A relação com a pesquisa ocorre a partir do papel que essa passa a desempenhar enquanto criadora do conhecimento, podendo assim contribuir para a transformação da sociedade. O núcleo central da pesquisa implica em saber-se o que pesquisar e para que fins e interesses se buscam os novos conhecimentos. Essa busca manifesta o compromisso social da Universidade. A materialização desse compromisso, por parte da comunidade acadêmica, requer uma mudança estrutural do comportamento acadêmico, não só nas bases-docente, discente e técnico-administrativa, mas um nova visão de integração das Pró-Reitorias, colegiados e administração superior da Universidade.

A integração do Ensino e da Pesquisa, através da Extensão, requer que essa indissociabilidade no âmbito da Universidade, seja discutida de forma global, definindo linhas de ensino e pesquisa, tendo como parâmetro a realidade social, numa discussão coletiva com a comunidade acadêmica, onde o estágio curricular através da extensão poderá viabilizar a interação do ensino teórico/prático no contexto da formação dos alunos.

Segundo a resolução CAPE n° 054/87 o estágio curricular define-se como o ...conjunto de atividades de aprendizagem social, profissional, política e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e de trabalho de seu meio, realizada sob responsabilidade e coordenação da instituição de ensino. (Lei n 6494, de 07/12/77 - Decreto n° 87.497, que dispõe sobre o estágio de estudantes de estabelecimento de ensino superior e de 2° grau regular e supletivo, nos limites que especifica e dá outras providências.

O artigo 2° ainda considera o estágio curricular sendo realizado na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob responsabilidade e coordenação de instituições de ensino. Assim sendo o estágio deve ter as características de ensino, pesquisa e extensão na perspectiva de integração das funções da Universidade.

A Universidade Federal de Alagoas, a partir de 1988, considerando a nova dimensão dada à Extensão no âmbito do Sistema Universitário Brasileiro, primeiramente elegeu o Bairro do Tabuleiro dos Martins como Campus Vicinal da Universidade, conforme Resolução n° 09/88 do Conselho Universitário.

³Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Brasília, 1987. Participação de 33 Universidades.

A referida deliberação pauta-se na necessidade de delimitação de uma área específica, concentradora e integradora das diversas ações de extensão da universidade, evitando a dispersão de recursos humanos e financeiros e possibilitando realização de uma experiência piloto que permita a posterior expansão das atividades a outras áreas periféricas de Maceió e do Estado.

Elegeram-se o referido bairro em decorrência da análise dos seguintes indicadores: a localização do Campus A.C.Simões e do Hospital Universitário, unidade de referência do III Distrito Sanitário do SUS/Al; a grande expansão demográfica da área; a concentração de população de baixa renda e a incidência de populações marginais; a organização político-social dos moradores, evidenciada pela existência de 22 associações de bairro; e a localização na área do Distrito Industrial Governador Luíz Cavalcante.

A Pró-Reitoria de Extensão procurou articular a proposta de extensão em três instâncias consideradas fundamentais: mobilização do corpo social da universidade, da sociedade civil e política e iniciou um processo de captação de recursos, culminando com a realização do Iº Fórum de Extensão, em agosto de 88, que teve como ponto de norteador a Política Nacional de Extensão, a fim de provocar um debate coletivo com a comunidade acadêmica, representantes da população do Tabuleiro do Martins e representantes da sociedade política.

A partir da nova perspectiva de Extensão, tendo como parâmetro o Saber e o Compromisso Social, foram implementados vários projetos dos departamentos articulados por essa Pró-Reitoria⁴, envolvendo docentes e discentes e, principalmente, elaborados a partir das primeiras apreensões das demandas sociais da população.

Os referidos projetos contaram com recursos próprios, de entidades privadas e estatais e agências financiadoras a nível estadual, nacional e internacional, dando início à política de captação de recursos proposta por essa Pró-Reitoria. É importante ressaltar que os projetos em pauta encontram-se em diversas fases, ou seja: alguns já concluídos, outros em operacionalização ou em vias de financiamento.

Apesar do processo ter sido iniciado, consubstanciando a nova proposta de extensão, como demonstra a trajetória descrita, cabe ressaltar a necessidade de intensificação e sistematização da prática acadêmica no Campus Vicinal. Além das vias referidas, ou seja, dos projetos iniciados que se considera um marco fundamental, enquanto momento inicial de um processo. Entretanto, sentiu-se a necessidade de algo mais permanente, dando um respaldo para ampliar um processo sistemático e continuado de integração UFAL/Sociedade.

Portanto, foi pensado para ser debatida coletivamente a possibilidade de implementar os Estágios Supervisionados - o momento da relação teoria/prática, constituindo Núcleos Permanentes de Extensão, das diversas áreas do conhecimento, considerando e articulando as potencialidades da UFAL e as demandas e potencialidades do Campus, no sentido de uma

⁴Para conhecimento dos projetos com as referidas agências, consultar o documento elaborado pela PROEX: "Saber e Compromisso Social".

ampliação do Compromisso Social da Universidade.

IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS PRIORITÁRIOS

Durante a gestão 88/91, a Pró-Reitoria de Extensão procurou mobilizar a comunidade departamental da UFAL para responder os anseios de demandas da população do Campus Vicinal. A participação dos Departamentos foi de grande relevância para que os projetos fossem executados. Entre os principais projetos poderemos apresentar os seguintes:

ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

Projeto Experimental, desenvolvido na Vila São Francisco - Campus Vicinal - após análise de relatórios" elaborados durante o Estágio Supervisionado de Serviço Social e incursões na própria Vila. estabelecendo contato direto com a população e dirigentes comunitários, onde detectou-se a necessidade e interesse da população por Cursos de Alfabetização de jovens e adultos.

O processo de alfabetização teve como ponto de partida o cotidiano da vida e de trabalho da população e o universo do aluno. Partindo de temas e palavras geradoras, inseridas num contexto e outras foram criadas de acordo com interesses e necessidades ligadas à realidade local e nacional. Os conteúdos foram organizados de forma que atendessem à realidade da população e do aluno, partindo do mais simples para o mais complexo, considerando a gradação, a continuidade e a sequência.

O projeto ampliou o Campo de Estágio para universitários de vários cursos, junto às classes populares e possibilitou o confronto entre os saberes acadêmico e popular.

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

"Promoción Social y Educación Popular"

Curso financiado pelo CELATS - Centro Latino Americano de Trabajos Sociales, no período de abril 90 a abril de 91. Os objetivos do Curso foram apoiar os processos de reflexão e análise da prática profissional com os grupos organizados e situar a reflexão no interior da relação: prática social x prática profissional; bem como contribuir com a compreensão da Educação Popular, enquanto prática educativa.

Os alunos foram professores da UFAL, técnicos de várias Secretarias de Estado e Profissionais que trabalham com Movimentos Sociais. Com relação à metodologia, o curso constou de 04 módulos:

Tema I - Vida Cotidiana. Relacion Individuo y Sociedad

Tema II - Participacion y Democracia en la Sociedad Civil y el Estado
Tema III - Organizacion, Protagonistas y Movimientos Populares
Tema IV - Processo de Promocion Social orientados por la Educacion Popular.

MULHER E CIDADANIA

A partir do Curso de Extensão: "Dominação de Gênero na Sociedade", se constituiu na PROEX um Grupo de Trabalho sobre a questão feminina, articulando professores e alunos e representantes da sociedade civil:

- . Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher
- . Secretaria de Saúde e Serviço Social
- . Secretaria de Cultura
- . Secretaria de Educação

O Programa possibilitou a existência de espaço favorável para trabalhar questões relacionadas com a discriminação da mulher na sociedade, saúde, educação, trabalho, qualidade de vida e outras, bem como implementar o processo de luta - Trabalho com Mulheres da Periferia - tendo como sustentação política e cidadania e metodologia o gênero e os procedimentos com efeitos multiplicadores.

Principais projetos

Mulher e Cidadania. Assessoria à Mulher Popular
Mulher e Relação de Gênero
Cursos de Extensão: Mulher e Educação Popular
Cursos de Capacitação de Liderança de Mulheres Populares
Atendimento de Saúde à Mulher no Ciclo Grávido-Puerperal
Dominação de Gênero na Sociedade

COMUNICAÇÃO POPULAR

O Projeto parte de uma demanda da comunidade do Eustáquio Gomes - Campus Vicinal – na área de produção de um Jornal, enquanto vínculo de integração comunitária e agente disseminador da informação e conseqüentemente na viabilização de um processo alternativo na área da Comunicação Popular.

O trabalho teve início com a discussão com a população-alvo, a respeito do caráter do jornal, bem como a análise e redação dos materiais produzidos, a busca de fontes financiadoras na própria comunidade, com a Assessoria do Departamento de Comunicação da UFAL. A parte fundamental do projeto foi a articulação e a capacitação de representantes da comunidade na área da comunicação alternativa.

PROJETO INTEGRADO DE APOIO À TERCEIRA IDADE

Projeto desenvolvido no Campus Vicinal junto à Associação de Romeiros do Estado de Alagoas - Núcleo Permanente de Extensão do Clima Bom I, no penado 89/91, com recursos do Projeto Conviver - CBA.

O trabalho surgiu a partir de uma demanda específica de um grupo de idosos, tendo em vista proporcionar condições para uma efetiva integração de idosos na comunidade, mediante atividade ocupacionais, recreativas, sociais e do desenvolvimento de uma proposta educativa na área da saúde do idoso. Participaram do projeto professores e alunos da UFAL, construindo um espaço da inserção da UFAL na realidade social, na instância da problemática da Terceira Idade.

SAÚDE NO CAMPUS VICINAL

Vale ressaltar a participação da efetiva do CSAU juntamente com o Programa Vida e Saúde na condução de grande número de projetos no Núcleo Permanente do Clima Bom II, bem como junto aos vários movimentos organizados de Associações de Moradores do Campus Vicinal. Os projetos contaram com recursos oriundos de convênios entre UFAL/LBA e UFAL/FUNDEPES/FCBIA. A participação de todos os departamentos do CSAU em programas junto às diversas categorias de idades no Campus Vicinal.

É digno de destaque, o trabalho de extensão estabelecido entre o Programa Vida e Saúde da PROEX e o CSAU, tem resultado em significativa contribuição na promoção da qualidade de vida e saúde da população da Capital, priorizando a área de responsabilidade da UFAL/HU no SUS/AI. (Campus Vicinal), desenvolvendo ações de "saúde coletiva, como forma de aprendizagem e produção de conhecimentos compatíveis com a realidade social, por intermédio do engajamento de docentes e estudantes nos Movimentos de Ação Comunitária, buscando soluções apropriadas que respondam às necessidades sentidas pela comunidade, no campo da saúde. A realização de seminários debates, cursos, fóruns e eventos relacionados com a saúde é uma demonstração nítida do quanto a PROEX em articulação com o CSAU e outros departamentos tem exercido os princípios conceituais da extensão. No Banco de Dados da PROEX estão registrados até o momento um total de 47 projetos de extensão desenvolvidos pelos Departamentos do Centro de Ciência da Saúde. Isto representa um avanço considerável de gerência participativa, viabilizando a relação, transformadora entre a Universidade e Sociedade.

ESCRITÓRIO JURÍDICO

O Departamento de Direito do CCSA também marcou presença atuante junto à comunidade do Campus Vicinal. A iniciativa dos professores e alunos de Direito foi uma resposta às necessidades sentidas pela população. Através de convenio com a OAB e Assistência Judiciária, a população do Campus Vicinal teve oportunidade de conhecer seus direitos e lutar por sua cidadania. Várias causas foram encaminhadas ao Fórum da Capital, tendo sido colhidos resultados significativos.

RESPOSTA AO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UFAL

Ao iniciar a Gestão 87/91, a Pró-Reitoria de Extensão encaminhou ao Egrégio Conselho Universitário uma proposta para se eleger o Bairro do Tabuleiro do Martins com Campus Vicinal da UFAL. A proposta foi aprovada com a Resolução do CONSU 09/E8 de março de 88.

Ao término do mandato da atual gestão, em sessão realizada no dia 14 de novembro de 1991, o Presidente da Federação das Associações de Moradores do Estado de Alagoas, acompanhado de várias lideranças do Campus Vicinal, pediu a palavra durante a sessão do Conselho Universitário para agradecer à Magnífica Reitera Delza Leite Góes Gitai pelo trabalho realizado pela PROEX no Campus Vicinal com ramificações em vários Municípios alagoanos. Um apelo emocionante foi feito pela presidente da União das Mulheres Sertanejas para que a Universidade jamais esqueça o seu Compromisso Social. As palavras da Mulher Sertaneja tocou de tal forma os Conselheiros que, após o seu falar, foi ela aplaudida de pé por todos os presentes.



**ESPAÇO CULTURAL
UNIVERSITÁRIO**

“A ARTE EM CAMPO FÉRTIL”

ESPAÇO CULTURAL. UNIVERSITÁRIO

"A Arte em campo fértil"

A ausência quase que completa do Poder Público no incentivo à Cultura, à má aplicação de uma política de benefícios fiscais inspirada na Inglaterra e na dos Estados Unidos, a falta de visão empresarial do produto artístico/cultural do país embaralharam a criatividade e, no caso de Alagoas, o esforço coletivo ponto acrescentou à existência nesses últimos anos.

O artista, o pesquisador, o folclorista que, no Governo Militar tinha sua expressão cerceada, mas obtinha dinheiro público com facilidade, ao vislumbrar a "Nova República" foi logo encarando a Lei nº 5.505 onde o Presidente Sarney passava para a iniciativa privada o patrocínio das artes e com isso o poder de, também traçar a Política Cultural da Nação.

O Estado não deu tempo ao poeta, ao músico, ao ator de assimilar o marketing, o timing do restrito mercado das artes. Os amadores, de um momento para outro, substituíam grosseiramente os livros de outro por books e story-boards. De repente humilde artesão transformava-se em pessoa jurídica para obter cadastro no MINC e concorrer em igualdade a Rodin. A pesquisa da Toledo & Associados detectou em 88/89 que dos 150 milhões de cruzados investidos, doados e/ou patrocinados pelos empresários, apenas 2.004% coube ao Nordeste e 82,43% desses cruzados ficaram entre o Rio e São Paulo.

A brusca transição do sair da total dependência de recursos públicos para se tornar mercadoria aos olhos da iniciativa privada fez com que, em Alagoas, o artista, o produtor cultural se rendesse ao marasmo. O que não veio mais da Funarte, da Fundacen, do Pró-Memória e de tantas outras, deixou-o isolado diante da necessidade emergente de profissionalismo.

O fato, porém, é que até precisamente setembro de 89 não havia em Maceió local onde sequer o artista pudesse se encontrar e coletivamente partilhar o caminho sem prumo da produção teatral, musical e mágica, entendendo-se como o conjunto das artes plásticas, cinema, vídeo, fotografia.

A Universidade Federal de Alagoas dispondo, no entanto, de um edifício onde no passado funcionou a estação de bondes e até há pouco sua Reitoria, resolveu destiná-lo às Artes e à Cultura. Na Resolução nº 12/89 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) foi instalada até sua Coordenadoria de Ação Cultural com o intuito de implantar o Espaço Cultural Universitário para dar continuidade aos programas voltados à Cultura Popular, Cultura Negra, Culturas Estrangeiras, às Artes e ao Tempo Livre. Naqueles 8.000^m² a UFAL também instalou o Departamento de Artes com cursos de Canto e de Interpretação

Teatral. No estacionamento daquele espaço, implantou-se um Centro de vivência onde um circo divide os 1.200" * 2 com a sede do DCE, o Sindicato dos Servidores e uma Oficina de Arte Primitiva.

Os Espaço Cultural Universitário aconteceu assim que foram tornados público seus 2 pavimentos de 46 ambientes, 2 jardins, auditório. Produzir ali dentro sem fadiga, com o mínimo de luz e de ventilação necessárias depende agora de desfazer o labirinto de eucatex que os anos de reitoria compuseram, com divisórias. A meta foi alcançada, quando, depois de reforma autorizada pela Magnífica Reitera, se conseguiu enfim um Espaço para a Cultura com a inauguração da Espaço Cultural Universitário, no dia consagrado à consciência negra - 20 de novembro de 1991, com a presença do Secretário Nacional de Cultura o Prof. Paulo Sérgio Rouanet.

OBJETIVOS DO ESPAÇO CULTURAL UNIVERSITÁRIO

- ◆ Estimular a criatividade através da Arte, da Cultura e das formas alternativas de melhoria de qualidade de vida.
- ◆ Promover a indissociabilidade entre as Artes, as Ciências e as Tecnologias
- ◆ Promover o fortalecimento da identidade cultural e da cidadania
- ◆ Manter dependências e serviços que promovam o aperfeiçoamento técnico da produção artística e cultural de Alagoas.
- ◆ Promover tudo que incentive o trato com as artes, sejam feitas, oficinas, cursos, festivais, exposições, bem como campanhas de proteção à natureza, campanhas cívicas.
- ◆ Incentivar o associativismo dos promotores culturais, artistas, folcloristas, para que legitimem em sociedades civis.
- ◆ Celebrar convênios e acordos operacionais, através do Gabinete do Reitor, com Entidades Públicas e Privadas, nacionais e internacionais, para garantir a consecução de seus propósitos.

PROGRAMAS:

CULTURA POPULAR

Museu de Antropologia e Folclore Théo Brandão
Biblioteca de Antropologia e Folclore
Grupo de Tradições Folclóricas Prof. Théo Brandão
Casa do Artesão

FÓRUM DAS NAÇÕES (Casas de Cultura Estrangeira)

Casa de. Cultura Britânica
Casa de Cultura c Expressão Alemã
Casa de Cultura e Expressão Francesa
Casa de Cultura Latino Americana
Casa de Cultura Luso-Brasileira

Casa de Cultura Oriental
Núcleo de Esperanto

OFICINAS DE ARTES

Música
Cinema
Artes Plásticas (Pinacoteca Universitária)

Teatro
Vídeo

GRADUAÇÃO

Canto
Formação de Ator

CULTURA NEGRA

Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
Escola de Capoeira "Dança e Luta pela Liberdade"

IMAGEM E SOM

Art-Studiu (Vídeo concertos, documentários)
Memória Cultural de Alagoas

VIDA E TEMPO LIVRE

Circo Cultural
Clube de Damas
Clubes de Terceira Idade

Clube de Xadrez
Dep^{to} do Saber Acumulado

ESPAÇO CULTURAL EM MOVIMENTO

TEATRO:

PROMOÇÕES: - "A Lição" Casa de Cultura Francesa
- "Paris, Versailles" " " "
- "Feira das Ilusões" Curso de Formação de Ator
- "Festa nas Alagoas" " " "

PATROCÍNIO - "Quando se deu o eclipse"
- "Cariada inicial"
- "Duas crianças no trânsito"

CINEMA

PROMOÇÕES: - 2 Mostras de Cinema Alemão
- 1 Mostra de Cinema Francês

APOIO CULTURAL: - 3 Mostras de cinema brasileiro

- 1 Mostra "Tempo Glauber"
- 1 Mostra de Curta Metragem
- 1 Curso de Animação

VIDEO

PROMOÇÃO: - Vídeo France I

- Vídeo France II

Stuidiu Ari - Vídeo Operas (Às quintas feiras para a comunidade)

- Vídeo Concertos
- Vídeo Ciência (Para turmas de alunos da UFAL e Comunidade)
- Memória Cultural de Alagoas: . Linda Mascarenhas
. Tércio Wanderley

DANÇA .

PROMOÇÃO: - Escola de Capoeira "Dança e Lula pela Liberdade"

APOIO CULTURAL: - Ekodidé de Dança Afro

- Grupo de Folclore Amentrel das Alagoas
- Bio Dança

EXPOSIÇÕES: 02 Selos 05 Fotografias

02 Serigrafia 03 Pintura

01 vernissage 03 Folclore

LITERATURA

PROMOÇÕES: - 02 Seminários

04 Conferências (02 IBM Brasil)

APOIO CULTURAL: 02 Concursos de Poesias

03 Seminários

07 Lançamentos de Livros

FOLCLORE

O Grupo de Tradições Folclóricas Prof. Théo Brandão-

- . renovou totalmente seus participantes
- . participou de 04 festivais
 - . realizou mais de 50 apresentações
 - . montou "Chegança" e "Taieira", além de renovar figurinos do Pastoril, Guerreiro, Coco de Roda e Baianas.

ART-STUDIUM (Programação no período 10/89 a 11/91)

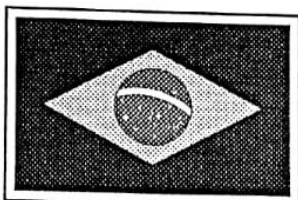
APRESENTAÇÕES	TOTAL	APRESNTAÇÕES	TOTAL
Audio-Lazer	113	Concertos	7303
Bales	12	Óperas	19
Oratórios	09	Vídeo-Aulas	113

VÍDEO DOCUMENTÁRIOS

Arquitetura	14	Arqueologia	
Astronomia	05	Biologia	
Ecologia	44	Esporte	
Física	02	Folclore	
Geografia	07	História	
Medicina	11	Música Clássica	
M.P.B.	10	M.P.I.	
Teatro	07	Zoologia	
Programas na Rádio Educativa	33	

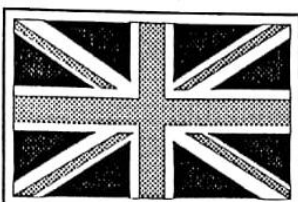
FÓRUM DAS NAÇÕES

A Cultura dos Povos e sua Expressão Linguística



O FÓRUM DAS NAÇÕES

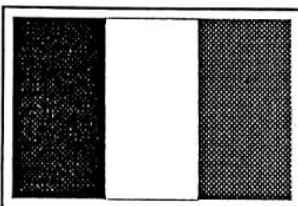
promove o intercâmbio cultural entre países estrangeiros, a difusão de suas culturas e expressão linguística, através das Casas de Cultura.



CASA DE CULTURA BRITÂNICA

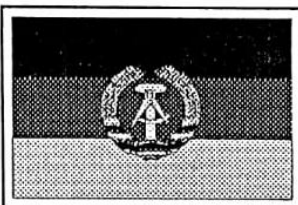
Cursos de Inglês - Participantes

Crianças	834
Adolescentes.....	1698
Adultos.....	2545
27 Seminários.....	526
12 Seminários no Interior.....	634
Shows com Art.Britânicos	07
Exposições	04
Vis.do Conselho Britânico	08



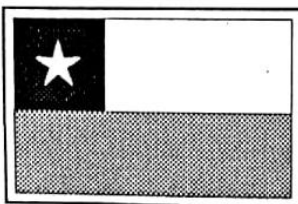
CASA DE CULTURA E EXPRESSÃO FRANCESA

09 Turmas	82
03 Mostras de Filmes Franceses	
02 Teatros Franceses	



CASA DE CULTURA E EXPRESSÃO ALEMÃ

05 Turmas	60
03 Mostras de Filmes Alemães	
03 Recitais Cancioneiro Bras.x Lied Alemã	

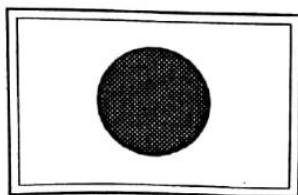


CASA DE CULTURA LATINO AMERICANA

05 Turmas	160
-----------------	-----

CASA DE CULTURA ORIENTAL

01 Turma (Curso de Japonês).....	20
05 Encontros de Cultura Oriental	



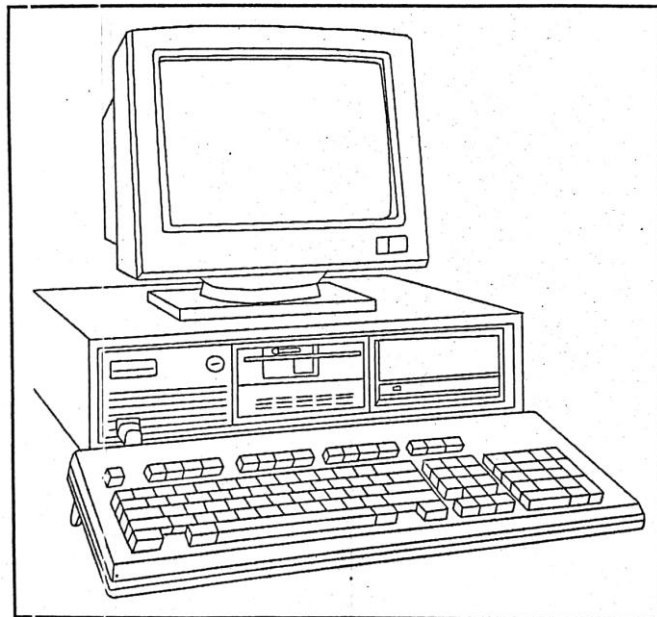
NÚCLEO DE ESPERANTO

01 Turma	20
----------------	----

"A INTEGRAÇÃO DAS CULTURAS
"CRIARÁ NOVOS LAÇOS DE FRATERNIDADE
ENTRE TODOS OS POVOS"

BANCO DE DADOS

DA PROEX



INFORMAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE EXTENSÃO

BANCO DE DADOS DA PROEX

Subsídios para a Elaboração de Projetos de Extensão

A partir de 1988, a Universidade Federal de Alagoas redimensionou a Extensão no âmbito do sistema universitário brasileiro, momento em que foi eleito o bairro do Tabuleiro do Martins como CAMPUS VICINAL da UFAL, conforme Resolução 09/88 do Conselho Universitário. Esta deliberação fundamentou-se na necessidade de delimitação de uma área específica, polarizadora e integradora das diversas ações de extensão, concentrando recursos humanos, materiais e financeiros. Pensou-se ainda na possibilidade de realização de uma experiência piloto que permitisse a posterior expansão das atividades a outras áreas da periferia urbana de Maceió.

Apesar da existência de vários projetos já em execução, evidencia-se a necessidade de intensificar e sistematizar a prática acadêmica no Campus Vicinal, possibilitando a integração UFAL/Sociedade. Refletiu-se então sobre a necessidade de implementar e intensificar Núcleos Permanentes de Extensão, onde seriam desenvolvidos os estágios supervisionados, ocasião em que se daria a relação teoria/prática das diversas áreas do conhecimento e conseqüentemente a sua retroalimentação. Esses Núcleos (levem levar em consideração as potencialidades da comunidade acadêmica e as potencialidades do Campus Vicinal, no propósito de viabilizar o Compromisso Social da Universidade.

Para tanto, a Pró-Reitoria de Extensão procedeu levantamento das potencialidades da Campus Vicinal, uma vez que inexistia tal produção acerca das organizações populares, das unidades de saúde e das unidades de ensino, informatizando os dados obtidos, no sentido de subsidiar a comunidade acadêmica interessada na execução de projetos nessa área.

A pesquisa junto às organizações populares e os serviços públicos de saúde e educação, realizada "no período de outubro a dezembro de 1989, caracterizou-se pelo mapeamento desses recursos localizando a sua distribuição na área, sua estrutura e seu funcionamento da ótica do dirigente e suas articulações, permitindo em parte o delineamento de uma perfil dessas potencialidades.

BANCO DE DADOS pretende ainda socializar as informações junto às organizações populares e a população do Campus, ajudando possíveis debates sobre prática cotidiana dos movimentos de bairro, como também junto à comunidade acadêmica e às Secretarias de Estado que prestam serviços públicos à população da área, subsidiando reflexões e novos planejamentos.

No Banco de Dados da PROEX estão também cadastrados todos os Projetos de Extensão dos diversos departamentos da UFAL, aprovados pelo Comitê Assessor e postos em execução.

Este cadastro serve como Memória de Extensão na UFAL e avaliação de participação de todos os que acreditaram no compromisso social da universidade.

BANCO DE DADOS DA PROEX

Cadastro de Projetos Apresentados pelos Departamentos ao **COMTTE ASSESSOR DE EXTENSÃO DÁ UFAL/PROEX**

ÁREA I

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS

DEPTO. PROFESSOR

PROJETO

CEM José Rildo de O. Moura	Proj. Xingó. Estudo do Impactos Ambientais. Uso e Ocup.do Solo
CEM Mariza de C. Souza	Aperf. em Geografia para Doe. de 1º e 2º Gr. da Rede Oficia;
CEM Jovesi de A. Costa	Os Métodos Científicos em Geografia (Curso de Extensão)
CEM José Goes	Casa de Cultura Oriental (Coordenação)
CEM Paulo R. C. Araújo	Curso de Atualização em Cartografia p/Técnicos de nível médio
GET Perilo Rostan Wanderley	Inst., Operação e Manut. de Poços Tubulares p/captação de água
GET Luiz A. R. Saldanha	Const. de Poços Tubulares p/captação de água subterrânea
MAP Elia A.S. Pontes	Maracatu na Periferia (Oficina)
MAP Elia A.S. Pontes	Pastoril na Periferia (Oficina)
MAP Elia A.S. Pontes	Guerreiro na Periferia (Oficina)
MAP Fernando B. Oliveira	Formação em Rec. Humanos em Informática aplicada à Educação
MAP M ^a Elizabeth BTMP de Almeida	Intr. à Informática na Educação Especial
MAP M ^a Elizabeth BTMP de Almeida	Curso de Introdução à Programação em Linguagem LOGO
MAP M ^a Elizabeth BTMP de Almeida	Clube do LOGO. Informática p/Crianças.

CENTRO DE TECNOLOGIAS

DEP^{TO} PROFESSOR

PROJETO

ARQ	Lúcia Leimbeck	Curso de Acústica nas Construções
ARQ	Lúcia Leimbeck	Reforma e Ampliação da Unidade de Hospitalização do H.G.S.R.
ARQ	Lúcia Leimbeck	Levantamento Físico do Hospital Geral S.Ribeiro
ARQ	Lúcia Leimbeck	Escritório de Arquitetura no Hospital Geral S.Ribeiro
ARQ	Josemary O.O. Ferrare	Escritório de Memória Cultural e Arquitetônica de Alagoas
ARQ	Bianor M. Lima	Cidade Verde. Criação de Hábitos de Defesa do Meio Ambiente
ARQ	Alias J.R. Gomes	Proj. Arquitetônico de um Centro Comunitário no Campus Vicinal
ARQ	Pedro C. de Oliveira	Plantão de Assessoria às Prefeituras de Alagoas
ARQ	Patrícia M. Bentes	Creche Escola Padrão
ARQ	Leonardo Bittencourt	Proj.Arquitetônico para Implantação de Escola no Campus Vicinal
CCT	Marcio B. Callado	Abastecimento de Água em Pequenas Comunidades (Tec.Altern.)
CCT	Marcio B. Callado	Pesq. de Soluções Alternativas p/Saneamento de Peq. Comunidades
EEM	Leonardo Bittencourt	Prog.de Apoio ao Ensino de 2ºGrau nas Esc.Públicas do Estado

CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS

DEP^{TO} PROFESSOR

PROJETO

AGR	Alice Calheiros Espíndola	Tutoria para Produção de Hortaliças e Criação de Peq.Animais
AGR	Alice Calheiros Espíndola	Proj. de Atividade Ocupacional (Horta) p/Pacientes do HU
AGR	Eliezio de Amorim Costa	Horta Institucional para Menores do Lar S. Domingos
AGR	Eliezio de Amorim Costa	Horta Institucional para Idosos do Lar S. Domingos
AGR	Eliezio de Amorim Costa	Horta Institucional p/ Pacientes do Hosp.Gen.S.da Fonseca
AGR	Guilherme M. Vajas Hernandez	Edição de Textos em Sistemas de Microcomputação
AGR	José Marinho Almeida	Assentamento de Famílias e Ass.Técnica na Fazenda S.Luís

ÁREA II

CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

DEP^{TO} PROFESSOR

PROJETO

BOT M ^a Rosa A. de Mendonça	Uma Ecologia Vivenciada para Decentes de I ^o grau (Metodologia)
BOT Marcia Silva Sardeiro	Coex vai à Comunidade
PAT Gilberto Fontes	Pesquisa de Microfilarias de Wucherer Bancroft em Esc.de Maceió
PAT Ib Fabrício Coelho	Pat vai à Comunidade
FSO Paulo Sardeiro/Leda L. Melo	Fso e Pat vão à comunidade
FSO Nadja M.Resende M.de Souza	Fso vai à comunidade

CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

DEP^{TO} PROFESSOR

PROJETO

EDF Judith Feitoza de Carvalho	A Educação Física como vetar de Educação
EDF Lisanel Cândido da Silva	Roda de Capoeira (Oficina de Capoeira)
EDF Madalena Santana	A Motricidade e a Ludicidade numa abordagem psico-pedagógica
EDF Madalena Santana	A Motricidade no Desenvolvimento da Criança
EDF João Luís Silva Farias	Atividade Saúde e Lazer (p/crianças do Campus Vicinal)
EDF Carlos Alberto de B.Lima	Difundindo o Mini-Basquetebol
EDF Luiz José de Carvalho	Prog.de Natação para Crianças do Clima Bom I (Campus Vicinal)
EDF Marilene de Oliveira Monte	Educação na Recuperação-da Clientela da Clinica Médica do HU
EDF M ^a Neide Santos da Silva	Noções Básicas de Primeiros Socorros (Com.do Campus Vicinal)
EDF M ^a Neide Santos da Silva	Curso de Preparação de Agonies Comunitários (Campus Vicinal)
EDF Rosa M ^a Silva Medeiros	Apoio à Terceira Idade. Integração de Idosos na Comunidade
EDF M ^a Cristina S. Figueiredo	Atendimento de Saúde à Mulher no Ciclo Grávido-Puerperal
EDF Judith Feitoza de Carvalho	Saúde Comunitária no Campus Vicinal. Distrito SUS/III

ENF Judith Feitoza de Carvalho	Estudante e Comunidade num dia de Lazer e Educação p/Saúde
ENF M ^a Adelina de Barros	Creche-Escola N. ^{ra} Aparecida. (Clima Bom II)
ENF Francisco Brandão	Educação e Saúde. Ação Integrada UFAL/SSSS/SED
ENF Francisco Brandão	Intensificação da Vacinação de Rotina I
ENF Francisco Brandão	Intensificação da Vacinação de Rotina II
ENF Francisco Brandão	Curso sobre Técnicas Básicas de Enfermagem
ENF Fátima Fontan Silva	A Saúde da Mulher na Primeira Gestaçao
ENF Vera Garcia Neumann Monteiro	Estruturação do Serviço de Enfermagem na Sta.C.de Misericórdia
ENF Glória Maria Barros de Souza	Estruturação do Serviço de Enfermagem do HDT
ENF Angela M ^a Marques de Gusmão	Campanha de vacinação contra o tétano entre escolares do C.Vicinal
NUT Margarida Maria Freire	Apoio Nutricional de Ações Básicas de Saúde ao Gr.Mater-Infantil
NUT Sandra Mary V.M.de Castro	Comunidade do Alto do Cruzeiro. Ações de Saúde
MSO Fernando Fontan (CPDEM)	Prevenção e Tratamento precoce da Deficiência Mental
MSO Isaura M ^a de Oliveira (“)	A Estimulação precoce com prevenção de saúde mental
MSO Divanise Suruagy de Moura	Prática da Disc. De Saúde Coletiva no Clima Bom I (Cam. Vicinal)
MSO Divanise Suruagy de Moura	Prática da Disc. De Saúde Coletiva na Esc.N.Pinto (Cam. Vicinal)
MSO Divanise Suruagy de Moura	Dengue, Diagnóstico e Tratamento
MSO Divanise Suruagy de Moura	Cólera. Aspectos epidemiológicos e preventivos
MSO Antônio Piranema Pedrosa	Cuidados Básicos de Saúde Materno-Infantil p/Gestantes (s ^{ta} .Lúcia)
MSO Antônio Piranema Pedrosa	Cuidados Básicos de Saúde Materno-Infantil II. Gest.do s ^{ta} .Lúcia.
MSO José Jerônimo Neto	Ações Básicas de Saúde do Escolar. Inspeção Biomédica
MSO Gerson Odilon Pereira	Aspectos Éticos e Legais do Atendimento de Emergência
TOG M ^a José de Lima Costa	1º Curso de Planejamento Familiar
TOG Nadieje Calaça Cavalcanti	Ass. À Mulher no Ciclo Grav.-Puerperal e Aleitamento Materno
TOG Elizabeth Ma de Souza	Medicina Alternativa Integrada ao Saber Popular
TOG Ricardo Nogueira	1º Curso de Atualização em Pediatria
CLC George Cuido Breda	Avaliação auditiva em escolares 1º e 2º Gr.do Campus Vicinal
CLC João Carlos F. de G. Lyra	Oftalmologia Sanitária escolar
ODO Márcia Teima T.L.Guimarães	Proj.Assistencial Odont. Na Comunidade do Campus Vicinal
ODO Hildeberto Cordeiro Lins	Proj.Preventivo-Assistencial p/Ecolares do Campus Vicinal

ÁREA III

CENTRO CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

DEP^{TO} PROFESSOR

PROJETO

ART	Abel dos Anjos	Oficina de Magote de Instrumentos Musicais
ART	Washington d'Anunciação	Projeto Sonoartezão (Oficina de Canto Coral)
ART	Washington d'Anunciação	Educação Artística na Periferia (Oficina de Artes)
ART	Washington d'Anunciação	Oficina de Criação em Teatro (Oficina de Teatro)
ART	Washington d'Anunciação	Oficina de Bonecos e Fabricação de Espetáculos
ART	Washington d'Anunciação	Oficina de Técnica Circense
ART	Reginaldo da Silva Orico	Recitais de Violão acústico em Escolas de 1º e 2º graus
COS	Antônio R. de Freitas	Capacitação à Distância em Com. Popular Impressa
COS	Almir Guilhermino	VideoTeca
COS	Antônio de Freitas	Implantação de Jornal Comunitário no Conj.INOCOP
CSO	Nadia Regina L.B.Lima	Fórum Mulher e Cidadania
CSO	Nadia Regina L.B.Lima	Educação Popular para os Direito da Mulher
CSO	Nadia Regina L.B.Lima	Mulher e Educação Popular: Um Delineamento Teórico
CSO	Nadia Regina L.B.Lima	Assessoria à Mulher Popular: Mulher e Relações de Gênero
FIL	Cleonice F. dos Santos	Dia Internacional da Mulher. Educação para a Cidadania
FIL	Cleonice F. dos Santos	Filosofia e Educação. Curso p/Técnicos da Fund.Educar
FIL	Cleonice F. dos Santos	Contribuição Histórica das Ciências Humanas em M.de Foucault
FIL	Cleonice F. dos Santos	Filosofia na Periferia. (Assessoria às Ass.Mor.Campus Vicinal)
FIL	Cleonice F. dos Santos	A Mulher e as Relações de Poder na Sociedade
FIL	Cleonice F. dos Santos	Teoria Crítica da Vida Cotidiana (Curso de Extensão)
FIL	Cleonice F. dos Santos	A Teoria das Relações Sociais de Gênero (Curso de Extensão)
HIS	Ivone dos Santos	Coord.Casa de Cultura Latino Americana
HIS	Moacir M.de Santana	Ident. da Documentação Cartorial do Arq.Público de Alagoas
HIS	Reny Dalva Gomide	Seminário: "A Família Hoje"
HIS	Reny Dalva Gomide	Iº Seminário: "Mulher e Ciência"
HIS	Reny Dalva Gomide	IIº Seminário: "Mulher e Ciência"
LCV	Estevão da R.Lima	O Latim no Direito. Curso de Extensão para Advogados
LCV	Eneida M.de Oliveira	Iº ENAPEL. Encontro Alagoano de Prof. e Est. de Letras

LEM	Irene M ^a Dietschi	Curso Básico de Língua Alemã. (Casa de Cultura Alemã)
LEM	Irene M ^a Dietschi	Curso de Língua Alemã I (CCEA)
LEM	Irene M ^a Dietschi	Curso de Língua Alemã II (CCEA)
LEM	Irene M ^a Dietschi	Curso de Língua Alemã III (CCEA)
LEM	Irene M ^a Dietschi	Curso de Língua Alemã IV (CCEA)
LEM	Aurea M ^a Lima Fiuza	Orientação Pedagógica p/Bolsistas da Casa de Cult.Britânica
LEM	Aurea M ^a Lima Fiuza	Coord. do Fórum das Nações (PROEX)
LEM	Aurea M ^a Lima Fiuza	Divulgação e Ensino da Língua Esperanto
LEM	Hilda Laffite	Curso de Extensão em Língua Inglesa (Crianças) 10 Turmas
LEM	Hilda Laffite	Curso de Extensão em Língua Inglesa (Adolescentes) 10 Turmas
LEM	Hilda Laffite	Curso de Extensão em Língua Inglesa (Adultos) 10 Turmas
LEM	Vinicius F. Meira	Curso de Extensão em Expressão Francesa I
LEM	Vinicius F. Meira	Curso de Extensão em Expressão Francesa II
LEM	Vinicius F. Meira	Curso de Extensão em Expressão Francesa III
LEM	Vinicius F. Meira	Curso de Extensão em Expressão Francesa IV
LEM	Vinicius F. Meira	Curso de Extensão em Expressão Francesa V

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

DEP^{TO} PROFESSOR

PROJETO

DIR	Marilma T.de Oliveira	Escritório Jurídico (Ass.Jurídica a Moradores do Campus Vicinal)
DIR	Solange B.Jurema	Fórum de Direito do Trabalho (Seminário)
DIR	Marlene Falcão Wanderley	O Consumidor e seus Direitos (Seminário)
ECO	Arnóbio Cavalcante	Matemática Financeira. Utilização da Máquina HP-12C
ECO	Arnóbio Cavalcante	Elementos de Matemática (Curso de Nivelamento)
ECO	Arnóbio Cavalcante	Matemática Financeira Aplicada (Curso de Extensão)
ECO	Arnóbio Cavalcante	Introdução ao uso do Microcomputador
ECO	Arnóbio Cavalcante	Edição de Textos em Microcomputador (WordStar)
SSO	Claudia Viana M.Malta	Proj. "Que Fazer". Ações Sociais com Meninos de Vila
SSO	Margarida S. Santos	Pesquisa Exploratória do Campus Vicinal
SSO	Cristina Nolasco	Delineamento Teórico-Metodológico da Pesquisa/Ação
SSO	Cristina Nolasco	Extensão e Estágio Curricular. Possibilidades da Prát.Acadêmica
SSO	Cristina Nolasco	Curso de Extensão em Política Social
SSO	Ana M ^a Ávila Mendonça	Curso de Ext.sobre Relação de Dominação de Gênero na Sociedade
SSO	Ana M ^a Ávila Mendonça	Educação Popular à Distância
SSO	Ana M ^a Ávila Mendonça	Oficina de Trabalho para Jovens do Campus Vicinal
SSO	M ^a Claudete R. de Melo	Perspectivas Teórico-Metodológicas do Serviço Social

CENTRO DE EDUCAÇÃO

DEP ^{TO}	PROFESSOR	PROJETO
APE	Terezinha A. Gama	Assessoramento Técnico Pedagógico a Municípios Alagoanos
APE	Marluce Singer Freire	Relação Teoria/Prática no cotidiano do Trabalho Acadêmico
APE	M ^a Auxiliadora Silva Freitas	Ass. Téc.Pedagógico à Escola Creche N.S.Aparecida Clima Bom
MTE	Hildebrando V.Guimarães	Assessoria ao Dep.de Educação da Pref.de S.Miguel dos Campos
MTE	M ^a do Socorro Cavalcante	Curso de Atual em Métodos Alternativos p/Ensino de I ^o e II ^o gr.
MTE	Rogério Henrique G.Ferreira	Tecnologia Alternativa de Geração de Renda p/Mulheres da Periferia
MTE	M ^a Amélia J.C Pessoa	Projeto “Escola Construção”
TFE	Cícera Justino M.Farias	Núcleo de Educação e Organização Comunitária (V. São Francisco)

OUTRAS CATEGORIAS

DEP ^{TO}	PROFESSOR	PROJETO
TEC.	Givaldo Lopes Machado	Máscara e Adereços Carnavalescos e Folclóricos
TEC.	Gedalva Santos Malcus	Memória Cultural de Alagoas
TEC.	Agildinice Carlos Araujo	Objetos Antigos com Sucata (Cursos de Artes)
H.U.	Terezinha Barbosa da Silva	Aleitamento Materno
H.U.	Ruth França C.da Trindade	Implementação da Vacina Anti-Sarampo na Fav. Fives Lille
H.U.	Rosineide Siqueira	Estrelas do Cotidiano na Periferia.Educ.Pop.p/os Direitos da Mulher
H.U.	Rosineide Siqueira	28 de maio. Dia Internacional da luta contra a Mortalidade Materna
H.U.	Rosineide Siqueira	Saúde para Mulheres do Campus Vicinal
H.U.	Rosineide Siqueira	Avaliação de rotina de curativos em pacientes cesariados
CPD.	Isaura Maria de Oliveira	A estimulação Precoce com prevenção de saúde mental
VIS.	Severina Soares da Silva	Curso de Alimentação Alternativa
SED.	Theny Mary Fireman de Araujo	Curso sobre a Sexualidade Feminina

BANCO DE DADOS DA PROEX

CAMPUS VICINAL

FÓRUM POLÍTICA E CIDADANIA

CADASTRO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

LOCALIZAÇÃO	ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	Nº SOC.
Clima Bom I	Ass.dos Amigos do Clima Bom I	600
Clima Bom I	Ass. de Moradores do Clima Bom I	250
Clima Bom I	Ass. Comunitária do Clima Bom I	210
Clima Bom I	Ass. Comunitária da Concretal	585
Clima Bom I	Ass. dos Romeiros do Padre Cícero	60
Clima Bom II	Ass. dos Moradores e Amigos do Clima Bom II	350
Benedito Bentes	Ass. Beneficente do Parque Benedito Bentes I	150
Benedito Bentes	Ass. União da Mulheres	150
Benedito Bentes	Ass. do Bem Estar Social do Moradores	350
Benedito Bentes	Núcleo do Clube de Mãe	450
Benedito Bentes	Ass. dos Moradores do Benedito Bentes I	200
Benedito Bentes	Ass. dos Moradores do Parque Benedito Bentes I	250
Colina dos Eucalíptos	Ass. dos Moradores do Conj. Colina dos Eucalíptos	450
Conj. Dubeaux Leão	Ass. dos Moradores do Dubeaux Leão	250
Conj. Estácio G. de Melo	Ass. dos Moradores do Conj. Eustácio G.de Melo	242
Conj. Hamilton C.Moraes	Ass. dos Moradores do Conj. Hamilton C.Moraes	620
Conj. Henrique Equelman	Ass. Comunitária Henrique Equelman	195
Conj. Inocoop	Ass. dos Moradores do Conjunto Inocoop	100
Conj. Jardim do Planalto	Ass. dos Moradores do Jardim do Planalto	250
Conj. Morada do Bosque	Ass. dos Moradores do Conj. Morada do Bosque	64
Conj. Morada dos Palmares	Ass. dos Moradores do Conj. Morada dos Palmares	20
Conj. Village Campestre	Ass. dos Moradores do Conj. Village Campestre	240
Conj. Parque Universitário	Ass. dos Moradores do Parque Universitário	120
Conj. Salvador Lira	Ass. dos Moradores do Salvador Lira	600
Conj. José Mª de Melo	Ass. dos Moradores do Conj. José de Melo	200
Conj. Jardim Glória	Ass. dos Moradores do Conj. Jardim Glória	589

LOCALIZAÇÃO	ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	Nº SOC .
Loteamento Forene	Ass. dos Moradores da Forene	100
Loteamento Nuporanga	Ass. das Mulheres de Nuporanga	100
Loteamento Santa Amélia	Ass. dos Moradores do Lot. Santa Amélia	520
Loteamento Santa Lúcia	Ass. do Desenvolvimento Comunitário	600
Loteamento Santa Lúcia	Comunidade Santa Lúcia/Nuporanga	320
Loteamento Santa Lúcia	Ass. Comunitária do Lot. Santos Dumont	1500
Tabuleiro Novo	ACOMATAN Ass. de Moradores e Amigos do T.Novo	32
Tabuleiro Novo	Casa da Amizade das Senhoras Rotarianas	360
Tabuleiro Velho	AMONTAM. Ass. dos Moradores do Tab.do Martins	450
Tabuleiro Velho	Sociedade Santo Antônio	200
Tabuleiro Velho	Sociedade Esportiva 7 de Setembro	380
Tabuleiro Velho	Centro Social Pio XII	80
Tabuleiro Velho	Ass. das Mulheres do Tabuleiro do Martins	200
Tabuleiro Velho	Ass. Menino Jesus	200
Vila São Francisco	Ass. dos Moradores da Vila São Francisco	75

CADASTRO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidades de Ensino

LOCALIZAÇÃO	UNIDADE DE ENSINO	Nº Alunos
Benedito Bentes I	Esc. De 1º e 2º Gr.Eunice de Lemos Campos	903
Benedito Bentes I	Esc. Dom Otávio Aguiar	709
Benedito Bentes I	Esc. de 1º Gr.Pastor José Tavares de Souza	750
Benedito Bentes I	Esc. de 1º Jornalista Lafaette	988
Col.dos Eucalíptos	Esc. de 1º Gr. Cleto Marques Luz	601
INOCOP	Esc. de 1º Gr. Prof. Corinho da Paz	290
Village Campestre	Esc. de 1º Graciliano Ramos	141
Dubeaux Leão	Esc. Profª Irene Garrido	966
Henrique Equelman	Esc. de 1º Manoel de Araújo Dórea	346
Salvador Lira	Esc. de Ensino Fund. Dr José Haroldo da Costa	1124
Santa Lúcia	Esc. de Ensino Fund; Donizzeti Calheiros	300
Santa Lúcia	Esc. de Ensino Fund. Profª Maria de Lourdes Vieira	50
Santa Lúcia	Esc. de 1º Gr. Jayme de Altavila	298

LOCALIZAÇÃO	UNIDADE DE ENSINO	Nº Alunos
Clima Bom I	Esc. de 1º Gr. Deputado Nenoí Pinto	307
Clima Bom I	Esc. de 1º Gr. Prof. Reni Lima	193
Santos Dumont	Esc. Comunitária Profª Onélia Campelo	234
Eustáquio Gomes	Esc. de 1º e 2º Gr. Alfredo Gaspar de Mendonça	1242
Tabuleiro Novo	Esc. Rotary	855
Tabuleiro Novo	Esc. Romeu de Avelar	1556
Tabuleiro do Martins	Esc. União Beneficente N.S ^{ra} das Graças	282
Tabuleiro do Martins	Esc. de 1º Gr. Prof. José Ferreira de Macedo	290
Tabuleiro do Martins	Esc. Ovídio Edgar de Albuquerque	675
Tabuleiro do Martins	Esc. de Ensino Fund. Pedro Suruagy	210
Tabuleiro do Martins	Esc. Coronel Francisco Alves Mata	256
Tabuleiro do Martins	Esc. de Ensino Fund. Suzel Dantas	245
Tabuleiro do Martins	Esc. de Ensino Fund. Dom Antônio Brandão	1195
Tabuleiro do Martins	Esc. Integrada de 1º e 2º Gr. Margarez Lacet	2840

CADASTRO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

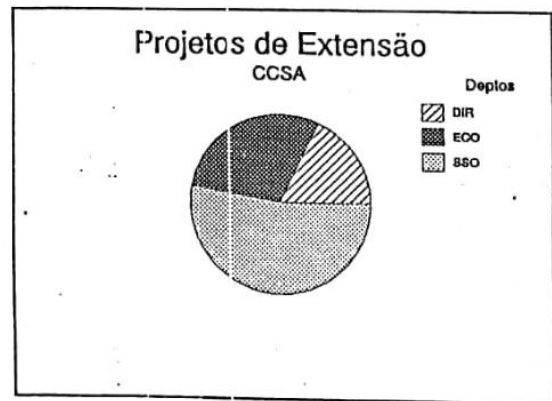
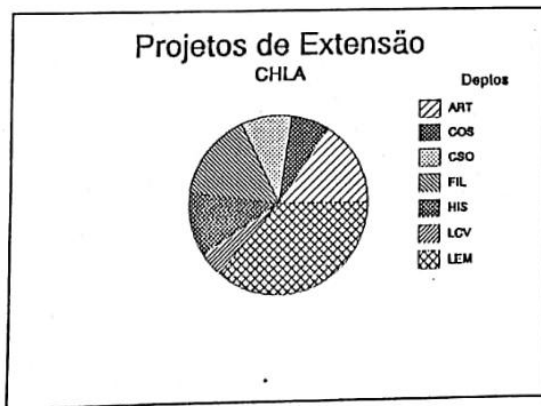
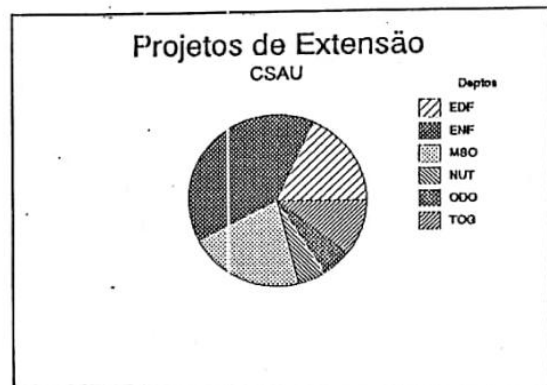
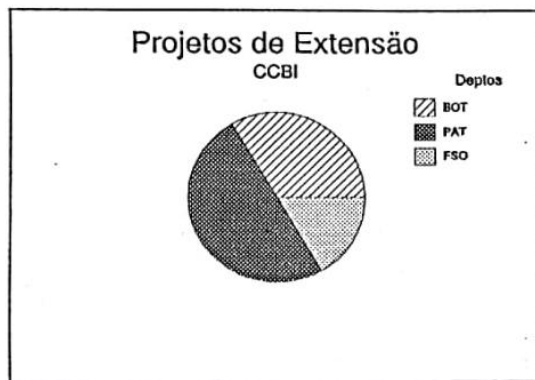
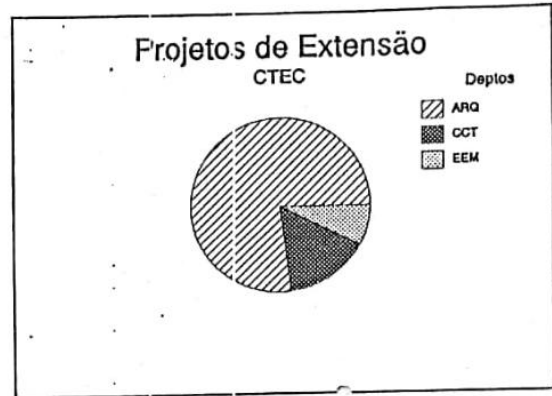
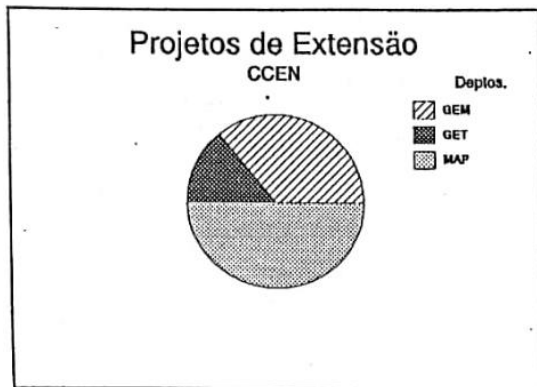
Unidades de Saúde

LOCALIZAÇÃO	UNIDADE DE SAÚDE
Cidade Universitária	Hospital Universitário
Conj. Eustáquio Gomes	Centro de Saúde Teresa Barbosa
Conj. Benedito Bentes	Centro de Saúde Hamilton Falcão
Clima Bom I	Centro de Saúde Djalma Loureiro
Conj. Salvador Lira	Centro de Saúde José Pimental Amorim
Tabuleiro do Martins	Centro de Saúde Assis Chateaubriand

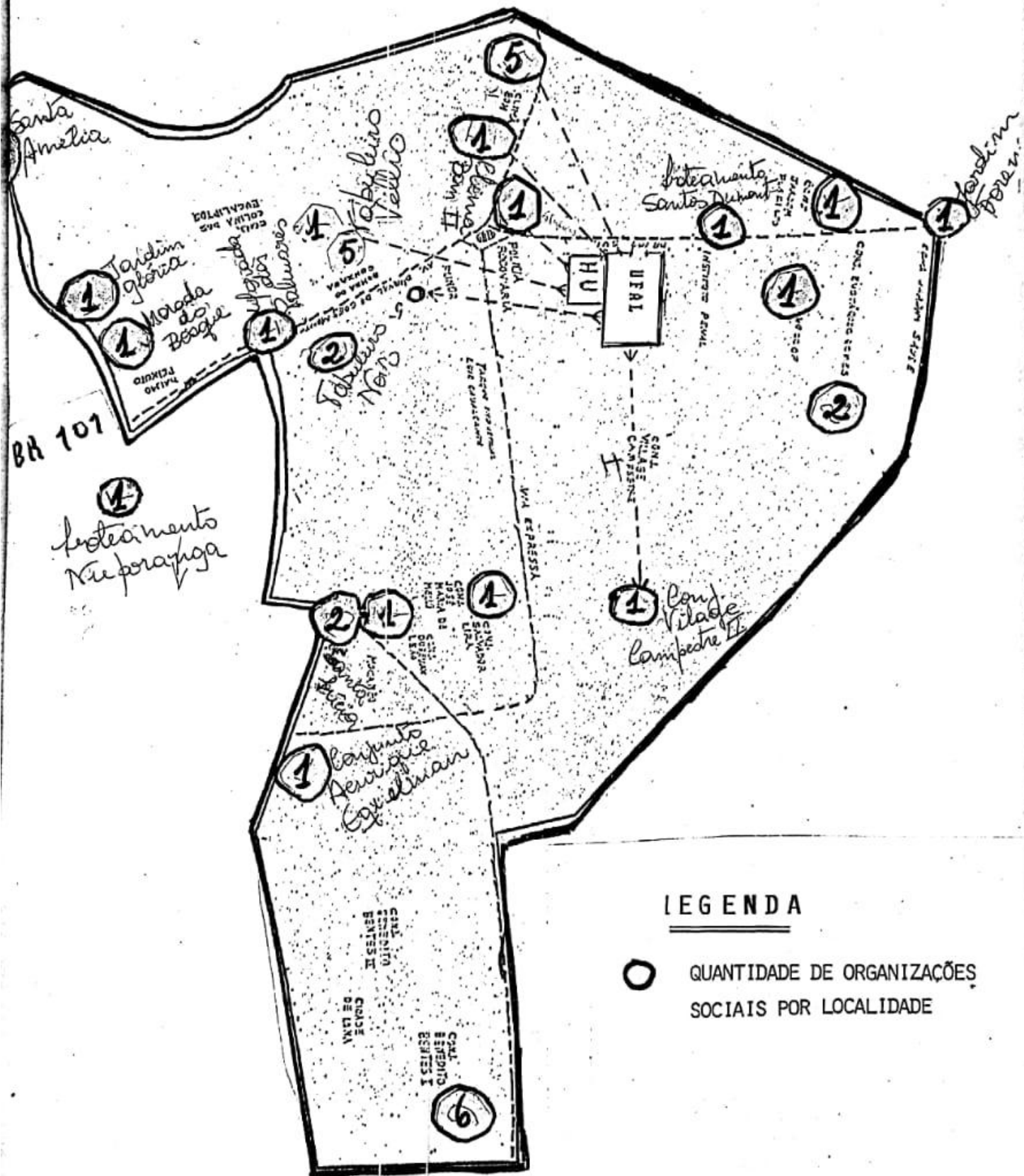
BANCO DE DADOS DA PROEX

PROJETOS DE EXTENSÃO

Representação Gráfica



DISTRIBUIÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS
 NO CAMPUS VICINAL / U F I A L
 TABULEIRO DO MARTINS



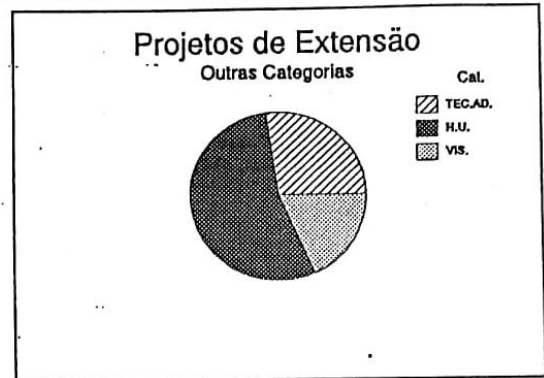
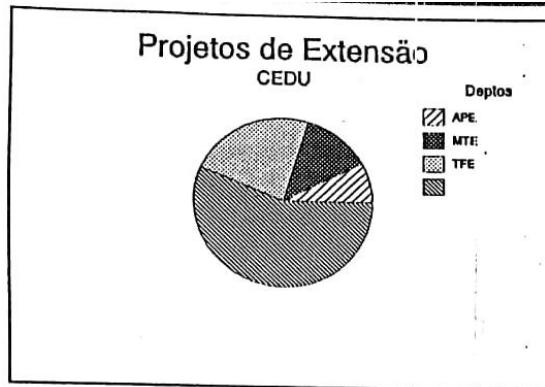
LEGENDA

○ QUANTIDADE DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS POR LOCALIDADE

BANCO DE DADOS DA PROEX

PROJETOS DE EXTENSÃO

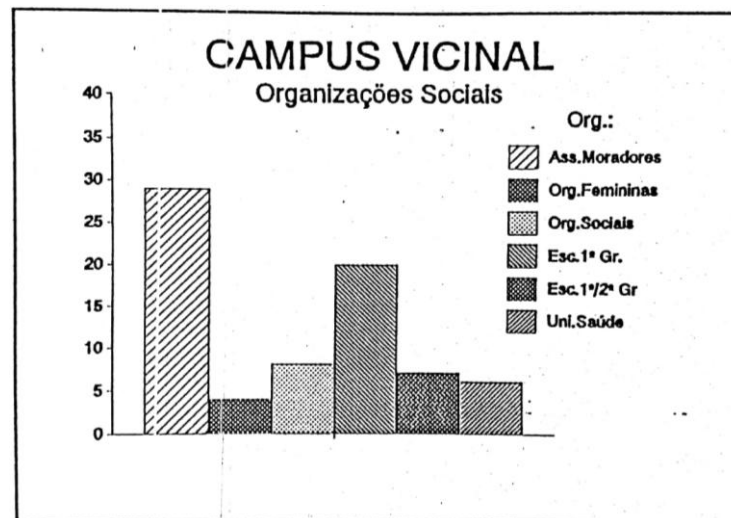
Representação Gráfica



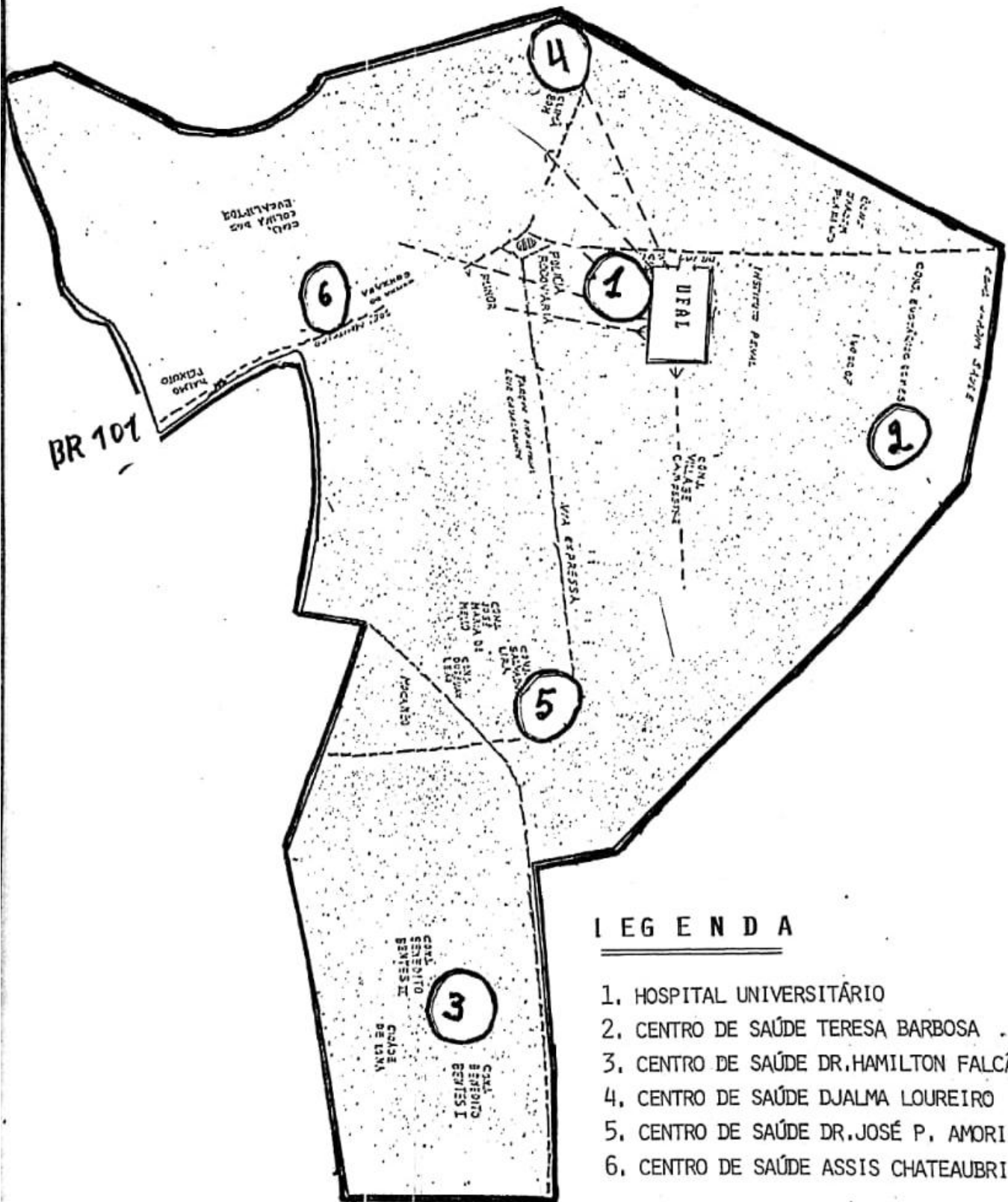
CAMPUS VICINAL

BANCO DE DADOS

Pesquisa realizada por alunos e Tec.Adm.da PROEX



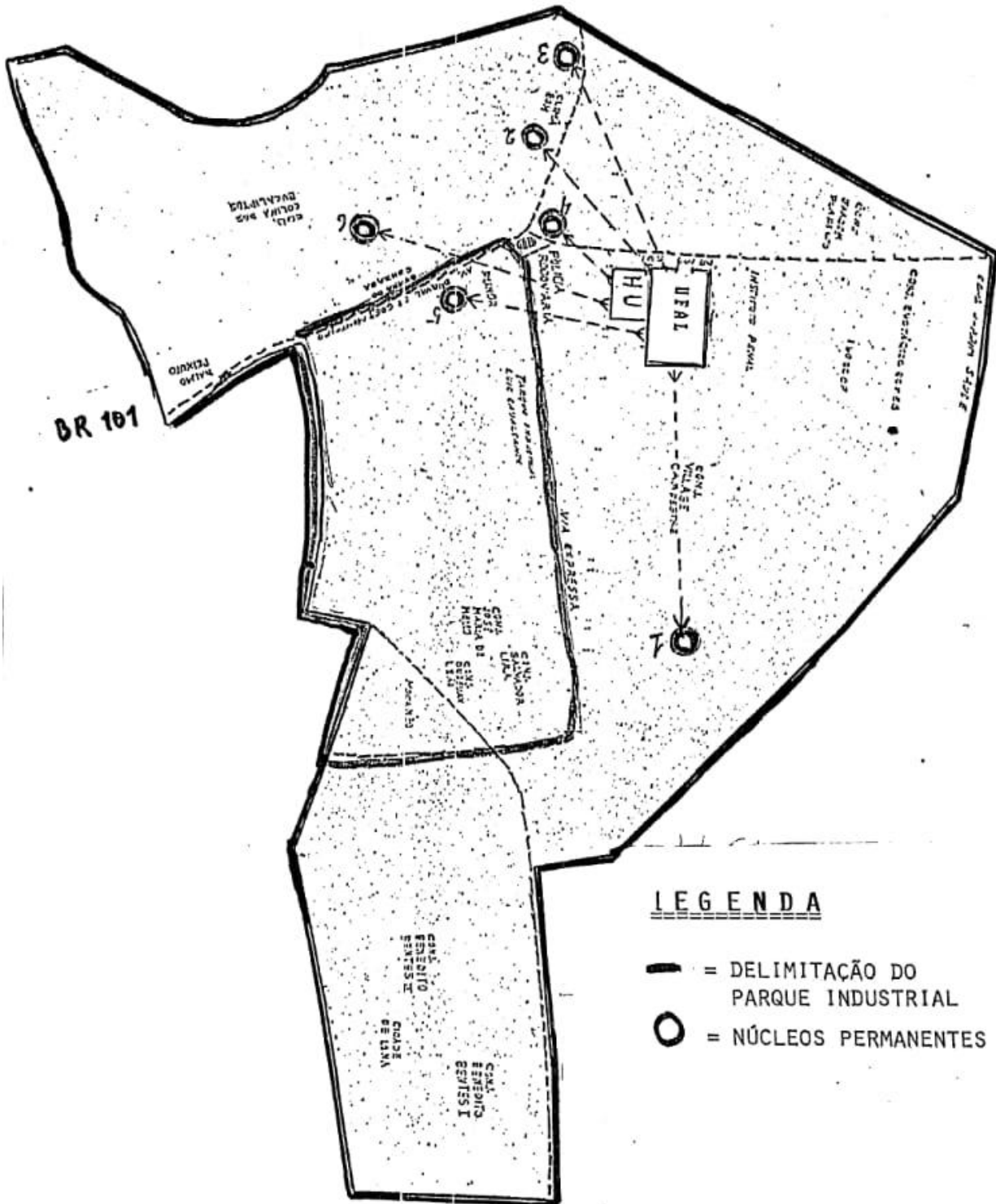
DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES
DE SAÚDE NO CAMPUS VICINAL / UFAL
TABULEIRO DO MARTINS



LEGENDA

1. HOSPITAL UNIVERSITÁRIO
2. CENTRO DE SAÚDE TERESA BARBOSA
3. CENTRO DE SAÚDE DR. HAMILTON FALCÃO
4. CENTRO DE SAÚDE DJALMA LOUREIRO
5. CENTRO DE SAÚDE DR. JOSÉ P. AMORIM
6. CENTRO DE SAÚDE ASSIS CHATEAUBRIAND

TABULEIRO DO MARTINS

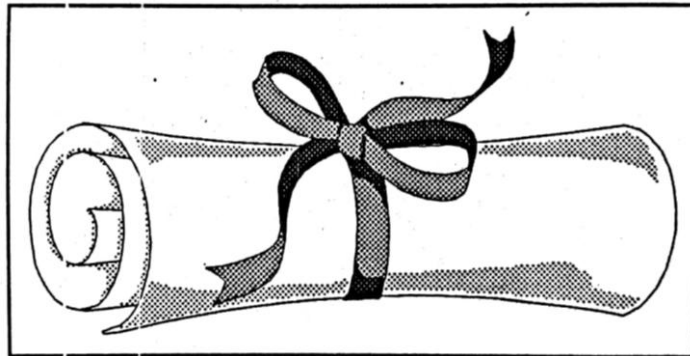


ATIVIDADE INDUSTRIAL/PORTE DAS INDÚSTRIAS-1989

ATIVIDADE INDUSTRIAL	MICRO	PEQUENA	MÉDIA	TOTAL
ALIMENTAÇÃO	05	-	-	05
METALÚRGICA	03	06	01	10
QUÍMICA	04	-	-	04
CONSTRUÇÃO CIVIL	04	05	01	10
TRANSF. MADEIRA	05	02	-	05
TOTAL	19	13	02	34

COMITÊ ASSESSOR

DE EXTENSÃO



COMO FAZER EXTENSÃO NA UFAL

COMITÊ ASSESSOR DE EXTENSÃO

Como fazer Extensão na UFAL

O Comitê Assessor de Extensão foi criado pela Resolução CEPE 12/89 com a finalidade de assessorar a Pró-Reitoria de Extensão, no sentido da plena institucionalização do processo extensionista na UFAL. O Comitê Assessor de Extensão tem desempenhado com eficiência sua função ao articular e fomentar ações de extensão no âmbito de cada Centro e Departamento, como também nos grupos ligados à sociedade civil, acompanhando e supervisionando a extensão universitária, como prática acadêmica.

Por Portaria da Magnífica Reitoria da UFAL foi constituído o primeiro Comitê Assessor de Extensão com os seguintes:

MEMBROS DO COMITÊ ASSESSOR DE EXTENSÃO DA UFAL

Prof. Salomão Almeida de Barros Lima - Pró-Reitor
Profª Ana Maria Ávila de Mendonça. Prog. Cidadania
Supl. Profª Eliane Agreda
Profª Judith Feitoza de Carvalho . Prog. Vida e Saúde
Supl. Tec.Ad. Elizel dos Anjos
Profª Cristina Rodrigues Nolasco . Progr. Periferia
Supl. Profª Zilta Nogueira
Prof. Almir Guilhermino. Prog. Cultura e Lazer
Profª Ivonne Bechtlinger Simon. Repr. PROPEP
Supl. Tec.Ad. Ana Mª Santos Tenório
Profª Mª José Menezes Messias. Repr. PROEST
Supl. Tec.Ad. Arlene da Silva Santos
Profª Emília Freitas de Lima. Repr. PROGRAD
Supl. Profª Elida Silva de Almeida
Profª Elia Araujo S. Pontes . Repr. CCEN
Supl. Profª Jovesi de Almeida Costa

Profª Lúcia Costa Leimbeck. Repr. CTEC
Supl. Prof. Josilton de Omena Passos.
Profª Lucia Pereira. Repr. CECA
Supl. Prof. Marcelo José Melo
Profª Marcia Silva Sardeiro. Repr. CCBI
Supl. Profª Gilda Accioli da Silva
Profª Lucia Maria Leite. Repr. CSAU
Supl. Prof. Antonio Amorim de Araujo
Profª Mª Aparecida Batista de Oliveira. Repr. CHLA
Profª Edilma Acioli Bomfim
Profª Mª Rejane de Cerqueira. Repr. CCSA
Supl. Prof. Jader Macedo Marques
Profª Mª Amélia Gama de Câmara Pessoa. Repr. CEDU
Profª Margarida Mª Silva dos Santos. Repr. NEDER

REPRESENTANTES DO CORPO DISCENTE

Milton Moreira da Silva . DCE área I
Sérgio Vicente da Silva . suplente
José Sinval Clemente da Silva. DCE área ii
Wilza Monteiro da Anunciação, suplente
William Alves Dantas. DCE área III
António Pereira Filho, suplente

REPRESENTANTES DO CORPO TÉC.ADMINISTRATIVO

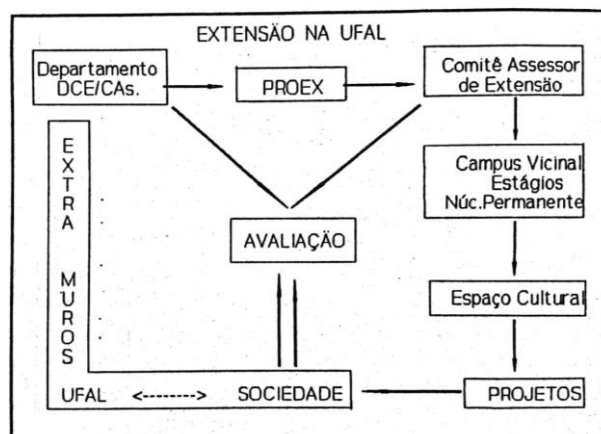
Izabel de Barras Branco
Supl. Ma Edilza de Oliveira Sarmiento

REPRESENTANTES DA COMUNIDADE

Ivanise Nascimento de Oliveira. AMOTAM
José Jerônimo Neto. ACOMATAN
Supl.: João Correia de Amorim. Clima Bom II
Josefa da Conceição Sobral. S^{ta} Lúcia
Mª Lygia R.Toledo de Lima. CEDIM
Profª Cleonice Ferreira. CEDIM

O PROCESSO DA PRÁTICA EXTENSIONISTA NA UFAL

O Comitê Assessor de Extensão desempenhou papel histórico na UFAL, fazendo com que a comunidade acadêmica tomasse consciência das normas que regem a extensão e fazendo cumprir os passos necessários para a execução de projetos, desde sua formulação até a avaliação final. Assim, hoje, a comunidade universitária dispõe de roteiro claro de



COMO FAZER EXTENSÃO: (Percurso do Processo)

I. No Departamento

"Cada Departamento aprovará o seu Plano Departamental até 60 (sessenta) dias antes de iniciado o ano civil a que este se referir, definindo o seu Projeto de Ensino; Pesquisa e Extensão, baseado em diretrizes aprovadas no órgão colegiado competente, segundo as propostas apresentadas por seus docentes" (CHPE Res. 13/88 art.4º)

"Obedecendo ao preceito constitucional da "indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão" os Departamentos elaborarão seus planos de atividades de extensão(,,)" (CEPE Res. 12/89 art.2º § 2º)

"Cabe aos Departamento acadêmicos, através de seu pessoal docente e discente a execução das ações constantes das propostas apresentadas" (CHPE Res. 12/89 art. 4º § Único)

No DCE (Centros Acadêmicos)

"As atividades de extensão, (...) serão prioritariamente exercidas pelo corpo discente, sob a orientação e coordenação de seus professores". (CEPE Res. 12/89 art. 12)

"O DCE e os Centros Acadêmicos poderão apresentar projetos de extensão, com a supervisão de professores, visando viabilizar a integração UFAL/Sociedade e a adequação de seus currículos com a formação profissional exigida pela realidade" (CEPE Res. 12/89 art. 15)

II. Na Pró-Reitoria de Extensão

"As atividades de extensão na Universidade Federal de Alagoas serão coordenadas pela Pró-Reitoria de Extensão através de Programas, vinculados a cada uma das coordenadorias em consonância com as propostas apresentadas pelos Departamento e/ou representantes da Sociedade ao Comitê Assessor de Extensão" (CEPE Rés. 12/89 art.3º)

"Os Programas de Extensão devem coordenar as atividades que abrangem experiências político-pedagógicas que viabilizem a troca entre o conhecimento acadêmico e o saber popular; a participação junto a diferentes segmentos da sociedade, integrando ações, articulando ensino, pesquisa e extensão e divulgando as experiências resultantes dessas ações em benefício da comunidade, na realização do compromisso social da universidade". (CEPE Res. 12/89aft. 26 § 1º)

Comitê Assessor de Extensão

"São atribuições do Comitê Assessor de Extensão:(...). Analisar e aprovar projetos para a execução de atividades de extensão para encaminhamento ao CEPE" (CEPE Res. 12/89 art. 8º item II)

"As propostas para a implantação de Núcleos Permanentes e realização de Eventos ou Cursos de Extensão devem ser apreciadas pelo Comitê Assessor de Extensão para encaminhamento ao CEPE, devendo conter, (...), os seguintes elementos" (CEPE Rés. 12/89 art.5º § 6º)

Elementos do Projeto / Veja Formulários em anexo

1. Projetos em Núcleos Permanentes
2. Projetos de Eventos e/ou Cursos de Extensão

III. No Extra Muros da UFAL

"As atividades de extensão na Universidade Federal de Alagoas serão desenvolvidas através de:

- . Núcleos Permanentes de Extensão
- . Eventos de Extensão
- . Cursos de Extensão" (CEPE Res. 12/89 art.5º)

"A Pró-Reitoria de Extensão, através da proposta de execução dos departamentos acadêmicos, desenvolverá os seguintes programas:

- . Programa Periferia
- . Programa Cidadania
- . Programa Vida e Saúde
- . Programa Cultural e Lazer" (CEPE Res. 12/89 art.26)

"Outros programas poderão ser criados, a partir da leitura da realidade social pelos departamentos acadêmicos, mediante proposição apresentada pelo Comitê Assessor de Extensão ao CEPE" (CEPE Res. 12/89 art. 26 § 2)

As atividades e projetos específicos do Programa Periferia deverão articular o Plano Departamental de Extensão de cada Centro com os grupos e Movimentos Sociais existentes na periferia da cidade, integrando disciplinas, práticas de disciplinas, atividades de módulos livres e estágios curriculares, garantida a participação de professores supervisores" (CEPE Res. 12/89 art. 31)

Nos Campos de Estágio

"O Estágio Curricular, na medida em que é momento da prática profissional, da consciência social e do compromisso político, é também um dos mais adequados instrumentos para viabilizar a extensão universitária". (Fórum de Pró-Reitores de Extensão. Encontro de Belo Horizonte)

"Entende-se estágio curricular como o momento da prática profissional, ao longo de cada curso, da consciência social e do compromisso político da atividade acadêmica, possibilitando o confronto entre a teoria e a prática para a formação integral do cidadão" (CEPE Rés. 12/89 art. 16 § 1º)

"Os Departamentos Acadêmicos devem buscar nos programas de extensão o lugar privilegiado para seus campos de estágio, priorizando atividades multidisciplinares, onde se integrarão os diversos profissionais, gerando propostas alternativas para a sociedade". (CEPE Rés. 12/89 art. 16 § 2º)

IV. AVALIAÇÃO E RESULTADOS

"Os coordenadores de projetos de extensão deverão encaminhar, ao final de cada período letivo, relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas, no semestre (...)" (CEPE Res. 12/89 art.17)
(Em anexo - Formulário de Relatório)

"Os relatórios das atividades de extensão serão avaliados pelo Comitê Assessor de Extensão que recomendará a expedição de certificados para fins de avaliação acadêmica" (CEPE Res. 12/89 art. 19)

"Ao final das atividades de extensão serão expedidos certificados (...)"
"Os certificados devem ser assinados pelo Pró-Reitor de Extensão e anotados em registro apropriado da Pró-Reitoria de Extensão" (CEPE Res. 12/89 arts. 21 e 22)

Progressão Funcional

"O docente, em condições de progressão funcional, de um para outro nível dentro da mesma classe, será avaliado segundo o seu desempenho acadêmico em função específica que lhe for atribuída durante o período de dois anos, observadas as seguintes atividades acadêmicas: I. as pertinentes à pesquisa, ensino e extensão que, indissociáveis, visem a aprendizagem, a produção do conhecimento, a ampliação e transmissão do saber e da cultura;" (CEPE Res. 13/88 art.3º)

"A avaliação docente definida nos artigos 3º, 6º e 8º incidirá sobre as atividades diretamente relacionadas ao exercício ou emprego do Magistério, ponderados, entre outros fatores, a assiduidade, responsabilidade e qualidade do trabalho e onde serão considerados o desempenho didático, a produção científica, (...) os trabalhos de extensão..." (CEPE Res. 13/88 art.9º)

"Para fins de avaliação das atividades docentes, serão consideradas as seguintes pontuações: (...)" I. "...avaliados, no mínimo, em dois níveis de atividades (ensino, pesquisa, extensão, administração) com notas variando de zero a dez, tendo como resultado final a média aritmética destas atividades" (CEPE Res. 13/88 art. 10).

"Para fins de avaliação acadêmica do docente, os Departamentos devem levar em consideração a natureza, a duração e a participação nas atividades, em Núcleos Permanentes, Eventos ou Cursos de Extensão". (CEPE Res. 12/89 art.22 § Único)

Créditos de Extensão

"Para integralização dos currículos plenos de todos os cursos de graduação deverão constar créditos obtidos em atividades de extensão" (CEPE Res. 12/89 art.13)

"São atribuições do Comitê Assessor de Extensão: (...) IV. Avaliar relatórios das atividades de alunos envolvidos em programas de extensão e recomendar a expedição de certificados para a devida consignação de créditos em sua vida escolar" (CEPE Res. 12/89 art.8º item IV)

(Em anexo - Formulário de Relatório do aluno)

"Às atividades de extensão realizadas de modo ininterrupto e continuado, em Núcleos Permanentes de Extensão, por estudantes bolsistas ou participantes, serão atribuídas notas de aproveitamento pelo coordenador do projeto, devendo serem consignados como créditos na vida escolar do aluno, salvaguardadas as especificidades de cada curso". (CEPE Res. 12/89 art.20)

III. PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Ufal e Comunidade na caminhada do amanhã

A análise do trabalho desenvolvido pela PROEX, no período 1988/91, permite identificar a busca e a conquista de uma nova definição política para a Extensão Universitária na UFAL, em consonância com o movimento articulado a nível nacional. Os programas e projetos implementados, as atividades e procedimentos efetuados em diferentes instâncias, a interligação comunidade acadêmica e contexto social, as pesquisas realizadas e outros, representam um marco fundamental, enquanto momento inicial de um processo que visa colocar a Extensão como a outra dimensão do Ensino e da Pesquisa Universitária.

Entretanto, a sistematização da Extensão na vida acadêmica requer a efetiva inserção da Universidade no contexto de realidade social, implicando na presença permanente da UPAL no Campus Vicinal.

Esta perspectiva de análise aponta para o enfrentamento de duas instâncias fundamentais para a consolidação da Extensão: a formação de Núcleos Permanentes de Extensão, congregando as diversas áreas do conhecimento e articulando as demandas da realidade às potencialidades da UFAL; e a inclusão de Estágios Curriculares Supervisionados nos referidos Núcleos, possibilitando a presença contínua de docentes e alunos neste espaço de relação teoria/prática.

Neste sentido, a PROEX realizou uma pesquisa dos recursos do Campus Vicinal nas áreas de Educação, Saúde e Movimentos Sociais, visando identificar e conhecer o potencial existente a nível institucional e na esfera não governamental e proceder a socialização das informações junto à comunidade acadêmica, para subsidiar a formação dos Núcleos Permanentes de Extensão (Cf. Banco de Dados da PROEX). Buscou também conhecer a realidade dos estágios nos diversos cursos da UFAL, através de uma Pesquisa de Opinião aplicada a professores e alunos representantes dos Centros Acadêmicos, cujos resultados transcrevemos a seguir:

Pensando na necessidade de intensificar, sistematizar e institucionalizar a prática acadêmica no Campus Vicinal, a PROEX identificou os Cursos que possuem estágio curricular obrigatório, o número de créditos destinados à disciplina, o período em que ela é ministrada, o acompanhamento ou não do professor ao alunado e as expectativas dos docentes e discentes sobre o estágio em relação aos Cursos.

Foram pesquisados 07 Centros, atingindo 25 Cursos, através de entrevistas com Professores dos Colegiados e alunos dos Centros Acadêmicos. Dos 25 Cursos investigados, identificou-se 16 (64%) que têm estágio curricular obrigatório. Destes, 14 (87,5%) são acompanhados por professores supervisores. Varia de 02 a 52 o número de créditos atribuídos à disciplina, incidindo o maior percentual de Cursos - 25% - com 10 créditos. O Estágio ocorre, em sua maioria (75%), no último período dos Cursos. Constata-se que tanto os professores quanto os alunos não têm clareza teórica em relação à importância do estágio, nem da presença do supervisor no acompanhamento da prática acadêmica. A maioria dos professores (50%) e dos alunos (52%) afirma que o estágio responde, apenas em parte, às expectativas dos cursos e apenas 25% dos professores e 17, 6% dos alunos afirmaram que correspondiam às expectativas. Os resultados desta pesquisa de opinião poderá ser consultada no Banco de Dados da PROEX.

Finalizando, cabe ressaltar que a configuração da trajetória percorrida pela Extensão pretendeu não somente resgatar os principais elementos do processo desenvolvido, mas principalmente, apontar para os desafios que se colocam para a efetivação do processo: a formação dos Núcleos Permanentes de Extensão e a inserção dos Estágios Curriculares Supervisionados no processo extensionista. O trabalho desenvolvido permitiu a identificação destas instâncias e ainda a caracterização das respectivas realidades. Desta forma, configura-se o momento atual e se põe simultaneamente a possibilidade de garantir a continuidade do processo: **"o enlace ufal/sociedade"**.

"Enquanto isso, as tribos e os povos
rasgam a terra e dormem na mina,
pescam nos espinhos do inverno,
cravam os pregos em seus ataúdes,
edificam cidades que não habitam,
semeiam o pão que amanhã não terão,
disputam-se a fome e o perigo"

Fábio Neruda

"Memorial da Ilha Negra"

"A ÚNICA FINALIDADE DA CIÊNCIA É ALIVIAR A MISÉRIA HUMANA"

(B.Brecht, "Galileu Galilei")